

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

Camburi: Os caminhos de um território quilombola contemporâneo (1988-
2022)

São Paulo
2023
Versão Corrigida

Larissa Helena Costa

Camburi: Os caminhos de um território quilombola contemporâneo (1988-
2022)

Dissertação de Mestrado
apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo.

Área de concentração: História
Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Antonia Terra
de Calazans Fernandes.

São Paulo
2023
Versão Corrigida

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Cc Costa, Larissa Helena Camburi: os caminhos de um território quilombola contemporâneo (1988 - 2022) / Larissa Helena Costa; orientador Antonia Terra de Calazans Fernandes - São Paulo, 2023.
154 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. quilombo . 2. quilombo contemporâneo. 3. memória. 4. identidade. 5. Camburi. I. Fernandes, Antonia Terra de Calazans , orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE
Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Larissa Helena Costa

Data da defesa: 11/04/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Antonia Terra de Calazans Fernandes

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 04/06/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))

Lista de Abreviações

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Turístico

CPISP - Comissão Pró-Índio de São Paulo

DOU - Diário Oficial da União

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP - Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo

FCP - Fundação Cultural Palmares

GEMMA - Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

PESM - Parque Estadual da Serra do Mar

PQB - Programa Brasil Quilombola

RTID - Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

SPES - Sociedade Pró-Educação e Saúde

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

TBC - Turismo de Base Comunitária

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UC - Unidade de Conservação

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz

Agradecimentos

Começar a escrever os agradecimentos foi uma das tarefas mais emocionantes dessa dissertação de mestrado, digo isso, pois em meio a tantas turbulências do percurso, não imaginei que essa página seria escrita. Aqui está ela, materializada.

Primeiramente, agradeço à professora Antônia Terra, que aceitou ser minha orientadora e fez isso de forma ímpar, com afeto, rigidez, ética e com muita crença na educação pública brasileira. Obrigada por me fazer entender que sou uma Historiadora.

À toda comunidade do Quilombo de Camburi, mas especialmente à Tata, Queli, Maria, Simão, Caius, Larissa, Letícia, Vaico, Seu Euclides e todas as crianças, pois sem eles, essa dissertação não existiria.

Agradeço aos meus pais, Marcelo e Leliana, por terem me apoiado tanto, me lembrando, com muita humildade, da importância dos estudos, mas também do descanso e da família.

À minha irmã Leticia, e à minha prima Gabriela, que ficaram no quarto comigo enquanto eu escrevia, em silêncio, para que eu não ficasse mais tanto tempo sozinha.

À minha avó, Mércia, merendeira aposentada, que quase todo dia me perguntava no almoço: “mas o que é o mestrado?”, “você já terminou?”, “termina quando?” e quando eu a respondia já emendava “e depois você vai estudar o quê?”

À minha madrinha e meu padrinho, que me apresentaram Camburi, me ensinaram a importância desse lugar e dividiram muitas memórias, contações de histórias e cantorias com violão vendo o céu estrelado.

Com muito afeto, às minhas amigas e amigos de pós-graduação:

Marília, minha madrinha acadêmica. Além de me mostrar a importância da História Oral, sempre esteve ao meu lado nos estudos, muito preocupada com que a academia fosse um espaço verdadeiramente plural e democrático.

À Camilie, que sempre foi um ombro amigo, desde o primeiro dia na universidade. Me ensinou muito sobre narrativas e não me desamparou quando as coisas apertavam, uma mulher de luta.

À Maiara, que dividiu todo o percurso do mestrado, leu meus textos com carinho, tomou inúmeros cafés comigo e é uma das minhas referências de seriedade e compromisso acadêmico.

À Daiara, que dividiu seminários, com um olhar histórico extremamente sensível e apurado.

À Dayane, um exemplo de ser humano, professora, filha e acadêmica dedicada.

Ao Lauri Henrique e à Lari! Que me acompanham e refletem comigo sobre a História do Brasil antes do ingresso na universidade. Espero que um dia a gente escreva um livro sobre a História de Osasco juntos.

À Beatriz, à Claudia, ao Cauã e ao Giovanni, que me ensinaram tanto sobre como pensar educação, dividiram a graduação, a casa, a vida e me fizeram olhar para o que eu realmente gostava de estudar, que era Quilombo.

Ao meu amigo Felipe Clemente, que me ligou inúmeras vezes para discutir projeto acadêmico e políticas públicas e me auxiliou na compilação dos dados, com a confecção do mapa, a pensar o território e as políticas ambientais.

Aos amigos: Vagnão, Matheus e Filipe, professores que dividiram e debateram comigo etapas de pesquisa, ciência e educação.

Aos professores e colegas de trabalho que sempre me apoiaram e incentivaram nos estudos e acalmaram minhas angústias.

Ao professor Carlos Bacellar e aos colegas do grupo de pesquisa de demografia histórica.

Aos meus professores da pós: Flávio Gomes, Lilia Schwarz, Maria Helena P. T. Machado por uma das experiências mais ricas de toda minha trajetória de estudos.

À professora Maria Cristina Wissembach e ao professor David Ribeiro pela minuciosa e cuidadosa arguição na qualificação.

Às minhas alunas e aos meus alunos, que me indagavam cada vez mais e me deram tanta esperança na educação brasileira.

E por fim, mas não menos importante, à Margarete, em memória. Que infelizmente nunca poderá ler essa dissertação, mas foi quem me disse que meu lugar poderia ser na Universidade de São Paulo e me fez sonhar.

À minha fé, em ser a primeira mulher da família a concluir um mestrado.

COSTA, Larissa H. **Camburi: Os caminhos de um território quilombola contemporâneo (1988-2022)**. 2022 154 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Resumo

A partir de 1988, com a nova Constituição, o Brasil pôde vislumbrar um cenário de ampliação de direitos sociais e políticos dos povos quilombolas. Porém, essa caminhada foi trilhada de forma turbulenta, na qual se fez necessário rediscutir o que eram esses quilombos e quais suas necessidades no mundo contemporâneo. Se antepondo a uma História colonial que os consolidava de forma classificatória como comunidades restritas, estáticas e isoladas, os quilombos contemporâneos passaram a reivindicar suas identidades.

Para compreender os impactos dessas transformações, a História Oral é incorporada como metodologia, resgatando através das memórias dos moradores do Quilombo de Camburi, no litoral norte paulista, a complexidade desse processo histórico. A discussão engloba a trajetória de institucionalização do reconhecimento da comunidade como Quilombo, com base na autodefinição, sua formação cultural e étnica e os embates políticos que são travados para a garantia dos direitos básicos.

A escolha de olhar para as trajetórias individuais dos moradores tem como objetivo assegurar a importância do protagonismo quilombola frente ao cenário político, buscando ressaltar que a História também lhes pertence.

Palavras-chave: Quilombo; Quilombo Contemporâneo; Memórias; Identidade; Camburi

COSTA, Larissa H. **Camburi: The paths of a contemporary quilombola territory (1988-2022)**. 2022 154 p. Dissertation (Master in Social History) - Faculty of Philosophy, Literature and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2022.

Abstract

Beginning in 1988, with the new Constitution, Brazil was able to glimpse a scenario of increased social and political rights for quilombola peoples. However, this path was trodden in a turbulent way, in a way that it became necessary to rediscuss what these quilombos were and what were their needs in the contemporary world. In opposition to a colonial history that consolidated them in a classificatory way as restricted, static, and isolated communities, the contemporary quilombos began to claim their identities.

In order to understand the impacts of these transformations, the Oral History is incorporated as methodology, rescuing through the memories of the residents of the Camburi Quilombo, in the northern coast of São Paulo, the complexity of this historical process. The discussion encompasses the trajectory of institutionalization of the recognition of the community as a Quilombo, based on self-definition, its cultural and ethnic formation, and the political battles that are waged to guarantee basic rights.

The choice of looking at the individual trajectories of the residents aims to ensure the importance of the Quilombola protagonism in the political scenario, seeking to emphasize that history also belongs to them.

Keywords: Quilombo; Contemporary Quilombo; Memories; Identity; Camburi

COSTA, Larissa H. **Camburi: Los caminos de un territorio quilombola contemporáneo (1988-2022)**. 2022 154 p. Disertación (Maestría en Historia Social) - Facultad de Filosofía, Letras y Humanidades, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2022.

Resumen

A partir de 1988, con la nueva Constitución, Brasil pudo vislumbrar un escenario de mayores derechos sociales y políticos para los pueblos quilombolas. Sin embargo, este camino fue recorrido de manera turbulenta, de manera que se hizo necesario rediscutir qué eran estos quilombos y cuáles eran sus necesidades en el mundo contemporáneo. En contraste con una historia colonial que los clasificaba como comunidades restringidas, estáticas y aisladas, los quilombos contemporáneos comenzaron a reivindicar sus identidades.

Para comprender los impactos de estas transformaciones, se incorpora como metodología la Historia Oral, rescatando a través de las memorias de los habitantes del Quilombo de Camburi, en el litoral norte de São Paulo, la complejidad de este proceso histórico. La discusión abarca la trayectoria de institucionalización del reconocimiento de la comunidad como quilombo, a partir de la autodefinición, de sus antecedentes culturales y étnicos y de las luchas políticas que se libran para garantizar los derechos básicos.

La elección de mirar las trayectorias individuales de los residentes, pretende asegurar la importancia del protagonismo quilombola en la arena política, buscando enfatizar que la historia también les pertenece.

Palabras clave: Quilombo; Quilombo contemporáneo; Memorias; Identidad; Camburi

SUMÁRIO

Introdução	p.12
Capítulo 1. Quilombos contemporâneos	p. 14
1.1 Camburi: A construção de um território de Quilombo	p. 23
1.2 No território uma pesquisa	p. 33
Capítulo 2. Cinzas do Norte: Diálogos entre comunidades Quilombolas	p. 44
2.1 O impacto do progresso	p. 54
2.2 Esquecimentos e memórias quilombolas	p. 62
Capítulo 3. O percurso do mar: Terra, Educação e Trabalho no Quilombo	p.71
3.1 A Educação Quilombola	p. 80
3.2 Os cenários do turismo em Camburi	p. 90
Capítulo 4. Identidades e enraizamentos	p.100
4.1 Alimentação como cultura.....	p.106
4.2 O lugar do sagrado: festividades e religiosidades	p. 116
Considerações finais.....	p. 127
Fontes	p.128
Referências	p.129
Anexos	p.144

Introdução

Pensar sobre o cenário Quilombola no Brasil é percorrer uma longa caminhada. Essa dissertação se estrutura tendo como base o Quilombo de Camburi, que está localizado no litoral norte paulista e tem seu processo de autoidentificação e reivindicação política atrelado à conquista e ampliação dos direitos aos povos quilombolas a partir da Constituição de 1988.

Além do marco histórico constitucional, uma questão central envolveu a trajetória da construção da pesquisa: Onde estão as vozes quilombolas na história? Com essa indagação e sob orientação da professora Dr. Antônia Terra de Calazans Fernandes, a História Oral foi surgindo como uma metodologia fundamental para que essas vozes e agentes aparecessem.

A História Oral é uma área ampla. Na escolha teórica, Alessandro Portelli foi um dos historiadores que mais influenciaram o desenvolvimento da pesquisa. As entrevistas foram realizadas com quatro moradores do Quilombo, e são condutoras das temáticas que serão trabalhadas ao longo da dissertação. Com isso, foi possível analisar as transformações perante os cenários políticos e sociais que impactam no cotidiano da comunidade.

A história dos quilombos no Brasil foi estudada por um longo tempo na historiografia sob uma ótica colonial. Após longos debates, surge a perspectiva histórica dos quilombos contemporâneos, sendo essa a discussão que permeia o primeiro capítulo da dissertação.

Após compreender essa transformação historiográfica, é retomada como estruturou a comunidade quilombola de Camburi e a trajetória que percorreu ao longo do processo de luta pelo direito à terra.

Ainda no primeiro capítulo há a apresentação dos moradores quilombolas, que foram entrevistados para a realização da pesquisa, da estrutura das entrevistas, quando elas foram realizadas, e demais observações que foram coletadas no caderno de campo.

O segundo capítulo, intitulado Cinzas do Norte, estabelece a relação entre o Quilombo de Camburi e outros territórios de quilombo que existem na proximidade. A análise é pensada a partir do impacto da rodovia BR-101, que foi construída no contexto da ditadura civil-militar brasileira problematizando a narrativa do progresso.

Ainda no segundo capítulo, há a discussão de como a perspectiva do progresso

corroborar para o apagamento das histórias e memórias quilombolas na comunidade, e como a comunidade age politicamente para resgatá-las.

O terceiro capítulo é atrelado à vida cotidiana no Quilombo, o acesso à terra, ao trabalho e à educação. Além do plantio e da produção agrícola de subsistência, que costumam ser traços dos contextos quilombolas no Brasil, no caso de Camburi, por se localizar em uma área litorânea, o trabalho e a educação estão também associados à vida no mar.

Os quilombos apresentam especificidades étnicas, culturais, sociais e políticas. Isso significa dizer que as comunidades quilombolas no Brasil são múltiplas e repletas de particularidades. Pensando nisso, a construção do quarto capítulo intitulado Identidades e Enraizamentos, tem como finalidade discutir os aspectos da cultura do Quilombo de Camburi, no aspecto alimentar, e no aspecto festivo e religioso.

Apesar da dissertação estabelecer uma ordem cronológica das transformações do Quilombo de Camburi ao longo do tempo, o último capítulo tem a preocupação em demonstrar que também é possível uma inversão temporal da leitura da dissertação e que essa não precisa, necessariamente, seguir uma leitura linear.

Capítulo 1. Quilombos contemporâneos

“É tempo de formar novos quilombos, em qualquer lugar que estejamos.”

(Conceição Evaristo, 2020)

Ao longo de toda a construção dessa pesquisa, houve uma questão que perseguiu meus pensamentos, sendo essa a indagação central: Afinal, o que é um Quilombo?

O meu primeiro esforço foi de buscar uma definição conceitual e, assim, percorri um longo caminho de debate teórico. Diante dessa indagação, pude questionar o que ainda hoje permeia a mentalidade brasileira, que é a atribuição do quilombo como um:

Local isolado, formado por escravos negros fugidos. Esta talvez seja a primeira ideia que vem à mente quando se pensa em quilombo. Essa noção remete-nos a um passado remoto de nossa história, ligado exclusivamente ao período no qual houve escravidão no País. Porém, os quilombos não pertencem somente a nosso passado escravista. Tampouco se configuram como comunidades isoladas, no tempo e no espaço, sem qualquer participação em nossa estrutura social. Ao contrário, são quase 4 mil comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro que mantêm-se vivas e atuantes, lutando pelo direito de propriedade de suas terras consagrado pela Constituição Federal desde 1988¹

Com o questionamento do olhar colonial, e da noção de isolamento das comunidades, encontrei, graças à historiadora Antônia Terra Calazans Fernandes, os caminhos dos chamados “Quilombos Contemporâneos”.

É importante afirmar que não há uma desconsideração em relação à importância da historiografia colonial para os estudos dos Quilombos no Brasil. Contudo, tal historiografia não daria conta de compreender e explicar a complexidade da permanência do Quilombo de Camburi como um espaço de resistência étnica, cultural, política e, sobretudo, como um território em transformação social.

Como Santos (2012) afirma:

“A herança de um termo carregado de significação negativa, inerente a um passado histórico, sem a necessária adequação semântica e contextual, resulta em dificuldade da utilização do conceito quilombo, considerando o lugar ocupado pelos quilombolas na atualidade. (SANTOS, 2012. P. 60)”²

¹ <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/quilombolas-brasil/> acesso em 27/09/2022

Tendo em vista esse pressuposto, a dissertação aborda a perspectiva histórica e política dos quilombos a partir da Constituição de 1988, buscando compreender o Quilombo de Camburi no tempo presente. Antes de adentrarmos o território de Camburi propriamente dito, proponho refletirmos sobre a importância da discussão sobre as comunidades quilombolas. Obtém-se:

Dados do governo brasileiro indicam que, hoje, existem 3.495 comunidades quilombolas distribuídas por todas as regiões do país, desde o Sul do Brasil até a Amazônia. As comunidades remanescentes de quilombo ou os quilombos contemporâneos são grupos sociais cuja identidade étnica até hoje os distingue do restante da sociedade. A identidade étnica de um grupo é a base para sua forma de organização, de sua relação com os demais grupos e de sua ação política. A maneira pela qual os grupos sociais definem a própria identidade é resultado de uma confluência de fatores, escolhidos por eles mesmos: de uma ancestralidade comum, formas de organização política e social a elementos linguísticos e religiosos. (SANTOS, 2012. P. 60)

A pergunta que abre esse capítulo, de certa forma, estava incorreta. Ao longo da realização da pesquisa compreendi que o meu papel enquanto historiadora não era o de buscar estritamente uma definição conceitual. A definição do que é um quilombo contemporâneo segue os princípios da autodefinição, que é feita pelos próprios quilombolas.

Nesse sentido, ao escrever essa dissertação, não pude deixar de repensar qual era o meu papel como pesquisadora e historiadora. Ao contrário do que eu mesma havia internalizado no meu subconsciente, ser uma historiadora vai muito além de analisar documentos. Após essa ruptura, tentei trilhar um caminho de pesquisa que pudesse estabelecer um diálogo entre a comunidade de Camburi e o ambiente acadêmico.

Afirmo que toda a responsabilidade ética pelas palavras aqui escritas é inteiramente minha enquanto pesquisadora, porém, a História que proponho é coletiva. Digo coletiva no sentido de perceber que só foi possível construí-la pela composição de olhares, histórias, memórias, documentos e, sobretudo, por pessoas quilombolas.

Nesse sentido, reforço e faço minhas as palavras do historiador Alessandro Portelli, (2010. P. 41): “Eu sentia que a história oral poderia reforçar essa consciência de si na história e oferecer novas formas de autorrepresentação.”, pois foi através dessa metodologia que os moradores quilombolas de Camburi se representaram aqui.

² SANTOS, Alexandra. O sabor da história: práticas alimentares e identidade quilombola. Revista Intratextos, v. 3, n. 1, p. 54-71, 2012. p. 60.

Ansiando que a História seja cada vez mais plural e democrática, adentramos na diversidade de trajetórias dos camburienses e nas subjetividades que compõem esse território.

A voz dos quilombolas aqui representados abre espaço para uma multiplicidade histórica e nos leva a pensar: quem deve narrar essa História? É necessário que alguém de fora da comunidade fale sobre a comunidade? Essas perguntas serão respondidas ao longo da construção dos capítulos em debate.

Os quilombos têm sido estudados em diferentes campos de estudo. Nesse sentido, quando pensamos e pesquisamos a palavra “quilombo” já se abre um leque de dissertações, teses e debates. Criar um cenário de diálogo entre pesquisadores de diferentes áreas é um dos aspectos centrais na construção e divulgação dos conhecimentos acadêmicos.

Em 2012, por exemplo, Fábio Geraldo de Almeida, em sua dissertação de mestrado defendida no MAE-USP, dedicou-se a estudar o quilombo Mandira, localizado em Cananéia, no Vale do Ribeira. Desenvolvendo um estudo de etnoarqueologia e considerando que a trajetória histórica de formação dos territórios é utilizada como ferramenta para direitos territoriais, sua proposta envolveu estudo multifocal e interdisciplinar entre arqueologia, antropologia, história e geografia. Isso resultou na interpretação da diversidade de vestígios arqueológicos, para demonstrar como isso implica no seu processo de ocupação e formação.

O autor Edison Luis dos Santos, em sua dissertação de mestrado defendida pela ECA-USP em 2013, realiza um estudo sobre o processo de mediação cultural no território do Quilombo de Camburi. A dissertação se debruça sobre o papel do mediador com base nas referências teóricas e no trabalho de campo desenvolvido na comunidade. Um dos produtos dessa pesquisa é o dispositivo infoeducativo Estação Memória Cambury.

Ao tratar especificamente do Quilombo do Camburi, em sua dissertação de mestrado defendida em 2014 pelo Instituto Oceanográfico (USP,) Dominique Chahine Gallo estuda os impasses políticos que envolvem a gestão dos territórios das Unidades de Conservação (UC) e a permanência das comunidades remanescentes de quilombo nesses territórios. A pesquisa está centrada no Quilombo de Camburi e se embasa na metodologia desenvolvida pelo "Conseil Scientifique de L'Evaluation", da França. Seus resultados são analisados de forma qualitativa e quantitativa visando compreender a evolução político-organizacional da área.

Ao estudar a criação de mercadorias a partir da biodiversidade, Luiz Henrique Simões Franco defendeu em 2016 sua dissertação de mestrado, que contempla o estudo de formas alternativas de renda contraposta ao modelo hegemônico capitalista, e que levam em consideração a importância da biodiversidade. Analisando o uso do cambuci, o autor evidencia como a dinâmica artesanal de produção realizada por quilombolas, camponeses e indígenas é monopolizada pelos empresários capitalistas ao perceber a lucratividade dos produtos da biodiversidade.

Outro exemplo é a dissertação de mestrado defendida em 2018 por Tamires Arruda Fakih, no departamento de geografia humana da FFLCH-USP. A pesquisa consiste no estudo da Comunidade Quilombola Sapatu, localizada no Vale do Ribeira, através da metodologia da pesquisa participante com entrevistas direcionadas. Tendo em vista o diálogo com as reais necessidades dos moradores da comunidade, a autora defende proposições de políticas públicas que contemplem a população quilombola. Sua proposta aponta para a indispensabilidade de investimento do Estado para a garantia do direito dos quilombolas em participar das decisões políticas que contemplam as comunidades tradicionais.

Ainda na perspectiva dos quilombos contemporâneos, Gabriel Maurílio Colombo de Freitas (2019) apresenta em sua dissertação de mestrado na área de Ecologia Aplicada a análise de conflitos de terra e titulação dos quilombos após a Constituição de 1988, observando que, mesmo após três décadas de aprovação, somente 6,7% das comunidades remanescentes de quilombo foram tituladas. Sua proposta, na área de Ecologia Aplicada, considera a historicidade dos quilombos e as heranças deixadas pelo sistema colonial e o escravismo no Brasil como um legado de opressão, desigualdade e racismo.

As transformações históricas nos Quilombos continuam acontecendo diariamente. As interpretações sociais, étnicas e políticas permanecem em constante questionamento e mudança, portanto, o diálogo com os demais estudos permite que os leitores ampliem o debate acerca das possibilidades de análise dos quilombos contemporâneos, demonstrando como as áreas de conhecimento diversas podem atuar junto ao campo histórico.

No século XX, no Brasil, mais especificamente na década de 1980, uma série de debates políticos foram levantados. Com o fim da ditadura civil-militar, no cenário de redemocratização e de lutas pela ampliação e retomada dos direitos civis, foi promulgada a Constituição de 1988. Nesse mesmo ano acontecia o Centenário da

Abolição, acentuando-se os debates que envolviam essa data histórica. Além disso, houve a proposição de um revisionismo da história da escravidão no Brasil e do papel social ocupado pela população negra. (ARRUTI, 2006. P. 28).

O cargo máximo do poder Executivo era, na época, ocupado por José Sarney e, nesse contexto, houve uma disputa política entre o caráter assumido pela data. De um lado, o governo vigente tentava atribuir o sentido de “comemoração” e, por outro lado, o Movimento Negro reivindicava a ampliação dos debates étnico-raciais do país ressaltando que, naquele momento, para além da comemoração, essa data precisava ser discutida.

Neste mesmo contexto, ainda era muito restrito o debate sobre quilombolas no Brasil, conforme analisa José Maurício Arruti embasado no Catálogo Centenário da Abolição (ACEC/CIEC/Núcleo da Cor/UFRJ, 1989). (ARRUTI, 2006. P. 70).

Como vimos, por um longo tempo na História houve a compreensão sobre o que é um quilombo muito atrelada à ótica colonial:

Se originalmente, na África, o termo Kilombo foi uma escolha, uma autonomização, aqui, em tempos coloniais, foi uma escolha e uma atribuição. Uma escolha feita por aqueles que coletivamente se organizaram em estruturas de enfrentamento à vida escravizada, mas também uma atribuição repressiva feita pelo Conselho Ultramarino. Contemporaneamente, podemos dizer que é uma atribuição política com vistas à melhoria de vida do povo negro rural, mas que ainda está em fase de apropriação pela população em geral, inclusive pelos próprios quilombolas. (COSTA, 2012, p. 81-82.).

A palavra “Quilombo”, como nos apresenta Carlos Eduardo Marques (2009), para a língua banto significa “acampamento ou fortaleza”. Na legislação colonial, foi no Alvará Régio de 1740 do Conselho Ultramarino que se definiu pela primeira vez um Quilombo como sendo: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (REIS, 1996. P. 347). Cabe ressaltar que, no mundo colonial, os quilombos só aparecem nas documentações quando as autoridades querem destruí-los.

A perspectiva do que seria um quilombo precisou ser rediscutida a partir do momento em que foi aprovado o Artigo 68³ da ADCT, que propôs o reconhecimento

³ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 68 ADCT da Constituição Federal de 1988 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/conadct/1988/constituicao.adct-1988-5-outubro-1988-322234-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 09 set. 2021.

dos territórios aos “remanescentes de quilombo”, assim como a emissão dos títulos que garantiam a posse de terra.

Dentro desse contexto, o historiador Aldemir Fiabani (2008) questiona os motivos pelo qual o Artigo 68 se manteve nas Disposições Constitucionais Transitórias e não no corpo da constituinte. O autor dialoga com o historiador e advogado Dimas Salustiano da Silva, a antropóloga Ilka Boaventura Leite, e com o antropólogo Adolfo Neves de Oliveira Jr., que comentam seus olhares sobre os motivos que levaram a essa decisão. As hipóteses levantadas em sua análise apontam para alguns elementos que permitem entender as políticas envolvidas nesse questionamento. Esses elementos vão desde um desconhecimento do que eram as comunidades quilombolas e quantas eram, até da crença no caráter transitório da reivindicação, portanto, sem necessidade de mantê-las na Constituição. (FIABANI, 2008. P.140).

José Maurício Arruti, amparado na fala de um dos integrantes da Comissão de Índios, Negros e Minorias ressalta:

O artigo 68 nasceu sem muitas discussões na Assembleia Constituinte. Aprovado no apagar das luzes, foi parar nas Disposições Constitucionais Transitórias porque os parlamentares acreditavam que se tratava de poucas comunidades “remanescentes de quilombos” e resolvida a questão fundiária destas não havia mais necessidade de permanecer na Constituição.⁴

Durante a década de 1990, os quilombos passaram a ser símbolo de resistência, enfatizando as lideranças negras. Se antes o debate sobre as comunidades quilombolas ainda não tinha tanta força, aos poucos, o tema foi se destacando na imprensa, fomentando discussões públicas e diálogos acadêmicos sobre o assunto. (ARRUTI, 2006. P. 28).

Em 1995, com a comemoração do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares: “o tema dos quilombos, da rebeldia negra e de sua herança, voltaria a ganhar impulso e começaria a produzir impactos sociais”. (ARRUTI, 2006. P. 28).

Para além disso, a consolidação dos territórios quilombolas exigiu uma série de articulações políticas para o cumprimento das políticas públicas de reconhecimento. Nesse sentido, formam-se uma série de grupos de trabalho, movimentos de pesquisa, parcerias com ONG’s, sindicatos e núcleos de estudos para a mobilização do reconhecimento.

⁴ ARRUTI, José Maurício. (2006). Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 67.

O historiador Maurício Arruti (2006) discorre sobre o longo processo de regulamentação dos territórios e as divergências no mapeamento e reconhecimento das comunidades quilombolas ao redor do Brasil. Em São Paulo, que se atrela à nossa análise, o autor aponta para as listas de comunidades, que foram criadas a partir de um Grupo de Trabalho (GT) proposto pelo governo do estado para atender as demandas das comunidades:

O GT surgiu como uma resposta do governo do estado às demandas das comunidades do Vale do Ribeira, ameaçadas de deslocamento no final dos anos de 1980, em função da construção de diversas Usinas Hidrelétricas de Tijuco Alto, Funil, Batatal e Itaóca, começaram a se reunir com o apoio de um grupo da Igreja Católica do município de Eldorado, formando, em 1991, o MOAB - Movimento dos Ameaçados pelas Barragens do Vale do Ribeira. (ARRUTI, 2006)

Nesse contexto, a regularização fundiária das comunidades passa a ser a centralidade desse Grupo de Trabalho. Arruti (2006) se preocupa em articular e questiona o significado de determinados termos importantes que aparecem no debate sobre os quilombos.

O autor considera os três termos paradigmas, que precisam ser discutidos e historicizados para compreender o processo de construção dos quilombos contemporâneos. São os três paradigmas: remanescentes; terras de uso comum; etnicidade.

Inspirada na organização metodológica de Arruti (2006), discutiremos como esses termos impactaram e impactam na construção das identidades do quilombo de Camburi. Começaremos discutindo o primeiro paradigma, remanescentes, neste capítulo. O Capítulo 3, intitulado “O percurso do mar: Terra, Educação e Trabalho no Quilombo”, discutirá o paradigma das terras de uso comum, enquanto o Capítulo 4, intitulado “Enraizamentos e identidades” discutirá o terceiro paradigma, a etnicidade.

Começemos, portanto, essa historicização dos termos com uma passagem escrita por Walter Benjamin (1987): “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.” (BENJAMIN, 1987. P. 224)⁵

A reminiscência é, para Benjamin, uma forma de articular um passado histórico com o tempo presente que se encontra em perigo. Podemos transpor essa mesma perspectiva para as “comunidades remanescentes de quilombos”? Essa

⁵ BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito da história*. 1987.

reminiscência de um passado quilombola, na conjuntura contemporânea, seria um relampejo constituído em um momento histórico de perigo? Afinal, que perigos seriam esses?

A palavra “remanescentes” é “reinaugurada” como categoria de classificação histórica, sociológica e jurídica, aparecendo pela primeira vez associada às comunidades quilombolas após o Artigo 68 da ADCT. Reinaugurada, tendo em vista que, nas décadas de 1930 e 1940, ela teria sido utilizada pelo Estado, durante o governo de Getúlio Vargas, para criar uma categorização das comunidades indígenas do Nordeste. (ARRUTI, 2006).

A palavra foi utilizada de forma estatizante nos dois períodos históricos. Tanto em 1930-1940, quanto na década de 1980, houve uma tentativa de superar os impasses da necessidade de classificação tanto dos povos indígenas, quanto dos povos quilombolas.

A Fundação Cultural Palmares (FCP), que foi fundada em 1988, visa a “promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira [...]”⁶, sendo fundamental para ampliar as noções de identidade e memória junto aos quilombolas.

Além disso, em 1990, a FCP, a fim de suprir as demandas do período sobre os significados conceituais, definiu: “quilombos são sítios historicamente ocupados por negros que tenham resíduos arqueológicos de sua presença, inclusive as áreas ocupadas ainda hoje por seus descendentes, com conteúdos etnográficos e culturais”⁷.

A visão da fundação, de certa forma, reafirma uma posição histórica do quilombo ligado à arqueologia e à patrimonialização. A estimativa da época é que haveria, em todo o Brasil, cerca de 55 quilombos. Porém, após a titulação do primeiro quilombo, as demais comunidades - sobretudo negras rurais - começaram a perceber a importância da titulação para a garantia do acesso à terra.

É nesse contexto que existe uma contraposição à noção de “remanescente” como sinônimo de “resquício do passado” com permanência no tempo presente. A ressemantização da palavra quilombo se torna necessária frente às demandas do

⁶ Dados retirados do site da Fundação Cultural Palmares: www.palmares.gov.br

⁷ ARRUTI, José Maurício. (2006). Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 83.

período, a fim de atender as comunidades a serem tituladas pelo Estado, e à ampliação dos direitos políticos dos povos quilombolas.

O debate passa a envolver um esforço coletivo organizado para a permanência dessas comunidades nos territórios que ocupam. Dado esse cenário, uma série de antropólogos também se integram nessa discussão, na tentativa de discutir a composição identitária dessas comunidades.

A ampla discussão sobre o termo gerou uma ressemantização do conceito de quilombo. De acordo com o historiador Aldemir Fiabani (2008):

A expressão “quilombos contemporâneos”, para se referir a comunidades negras em geral agrupadas em um território surgiu após 1990. No referido ano, o conceito de quilombo foi ressignificado após longos debates entre os profissionais que tratavam da questão, parlamentares e lideranças das comunidades e do movimento negro. (FIABANI, 2008. P.141)

Essa modificação semântica abriu espaço para ampliar o debate sobre a titulação de terras quilombolas. O que outrora se pensava ser um “problema facilmente resolvido”, com a aprovação do artigo 68 assumiu a face de um complexo cenário nacional.

Sabe-se que a construção histórica dos quilombos dentro do Brasil aconteceu de diversas formas: conquista da terra, doação de lotes, falências de fazendas, fugas e deserções, entre outros. É preciso ressaltar que as “perspectivas contemporâneas”, vieram na tentativa de afirmar o quilombo como sendo um espaço de liberdade e não de escravidão, contudo:

É interessante perceber como, no interior mesmo dessa reapropriação do quilombo pelo movimento negro dos anos 1970 e 1980, existem duas leituras que, apesar de não serem em si mesmas contraditórias (alguns atores pautavam suas ações simultaneamente por ambas), são distintas e abrem espaço, como veremos, para futuras contradições. De um lado, a contemporaneidade do quilombo: Abdias fala de “quilombismo” e de “quilombos contemporâneos”, assim como o faz, em seguida, a Igreja católica. De outro lado, a historicidade dos quilombos: uma associação entre representantes do movimento negro e instituições de pesquisa e preservação do Estado consagram o quilombo como patrimônio histórico e cultural brasileiro. As comemorações pelo centenário da abolição permitiram que a simbologia dos quilombos - tornada grande reserva mitológica para a construção de uma identidade positiva do negro brasileiro (HASENBALG, 1992, p.144) - pudesse ser projetada definitivamente nos planos nacional e oficial, inicialmente sem fazer maiores distinções entre sua contemporaneidade ou a sua historicidade, na forma de um artigo constitucional. (ARRUTI, 2006. P. 78)

Essa perspectiva de olhar para o quilombo dentro da perspectiva contemporânea se faz necessária para compreender esses territórios como um espaço de construção coletiva, de luta política, onde o “aquilombamento” pode ser entendido como um processo de transformação social e de garantia de direitos constitucionais básicos.

Essa pesquisa é como uma “gota no oceano” de compreensões e reflexões do que é a História Quilombola no Brasil, mas que, ao mesmo tempo, procura contribuir para que essas Histórias nunca deixem de existir. A Comunidade Remanescente de Quilombo de Camburi, conhecida no âmbito turístico como “Camburi das Pedras” ou simplesmente Camburi, está localizada a 47 km de distância de Ubatuba (Litoral Norte de São Paulo) e a 25 km de distância de Paraty (Litoral Sul do Rio de Janeiro), sendo uma área de divisa entre os dois estados.

1.1 Camburi: A construção de um território de Quilombo

“Como reconhecer um lugar de contato entre esses mundos, que têm tanta origem em comum, mas que se descolaram a ponto de termos hoje, num extremo, gente que precisa viver de um rio e, no outro, gente que consome um rio como recurso?”

(Ailton Krenak, 2019)

Falar de Quilombo no Brasil Contemporâneo é impensável sem apresentar a noção do território enquanto espaço ocupado, que se constitui como um dos elementos centrais dentro da perspectiva identitária de uma comunidade quilombola. A construção dessa identidade será discutida ao longo da dissertação, fazendo-se necessário retomar inicialmente a trajetória histórica da terra e seu processo de demarcação e titulação.

A regularização de áreas quilombolas é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, como explícito no Artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias): Art. 68 - ADCT - “Aos remanescentes das comunidades

dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.⁸

A Constituição de 1988, também conhecida como “Carta Cidadã”, é um marco significativo do processo de redemocratização do Brasil após o fim da ditadura civil-militar, justamente pela busca da ressignificação sobre o que seria, a partir de então, o Estado Democrático Brasileiro de Direito.

Do ponto de vista dos direitos adquiridos com o Artigo 68 à Constituição, essa ainda é uma política pública em construção, haja vista a dificuldade em titular, reconhecer e garantir o acesso à terra pelo Estado às comunidades quilombolas. No Brasil, a Comissão Pró-Índio de São Paulo criou um manual intitulado “Terra de quilombo: herança e direito”⁹, que apresenta os caminhos para o processo de titulação. Com base nesse material, reconstruí parte do caminho trilhado pela comunidade de Camburi ao longo dessa luta política.

Uma das etapas iniciais mais importantes do processo de titulação, de acordo com o manual da Comissão, é a organização da comunidade quilombola em questão. Foi, durante esse cenário, que a Associação se apresentou enquanto coletivo organizado, articulando múltiplos agentes políticos, com a finalidade de proteger os direitos de permanência dos moradores do Quilombo no território. Sua construção, na época, enfatizou a liderança das pessoas mais velhas do Quilombo e, atualmente, visando a garantia da permanência na terra, as pessoas mais novas são chamadas a participarem e aprenderem sobre a importância da luta dos mais antigos. Esse processo serve também como transmissão educacional, cultural e social quilombola dos mais velhos aos mais novos, como afirmou o Sr. Genésio dos Santos¹⁰, primeiro a ocupar a presidência da Associação e um dos moradores mais antigos à época, em uma entrevista realizada em 2016: “[...] então hoje, eu tenho prazer, né, de ensinar, aquilo que já passou, né (...) pra passar no futuro”¹¹.

⁸ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 68 ADCT da Constituição Federal de 1988 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/conadc/1988/constituicao.adct-1988-5-outubro-1988-322234-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 09 set. 2021.

⁹ Disponível em: <https://cpisp.org.br/publicacao/terra-de-quilombo-heranca-e-direito/>

¹⁰ Sr. Genésio dos Santos nasceu em 27/03/1927 e faleceu em 12/01/2019 aos 92 anos. De acordo com o site ‘Estação Memória Camburi’, que é um dos desdobramentos da dissertação de mestrado de Edison Luis dos Santos (2019). Disponível em: <https://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/memoria/>

¹¹ ORIGENS. Websérie completa. Youtube, 18 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KUXZP4MwqXI>.

No caso do Camburi, o processo de reconhecimento no INCRA foi aberto em 12 de dezembro de 2005, pela Associação de Moradores. A Associação foi criada em 1987 com o objetivo de organizar o bairro frente às pressões referentes aos conflitos sobre a posse das terras que corriam o risco de serem vendidas por posseiros, grileiros e latifundiários, automeados ‘donos’ do lugar.

A Associação hoje permanece ativa e conta com uma dirigente, que representa o Quilombo de Camburi politicamente. Apesar das decisões serem coletivas, o cargo de presidência auxilia também no processo de articulação das lutas entre os outros quilombos que se situam próximos da região.

Na Web-série “Origens”, que foi produzida por Lucas Machado e Thiago Huszar e está disponível no Youtube, o entrevistado Juraci de Oliveira Santiago, mais conhecido como “Simão”¹², diz sobre os conflitos de posse das terras do quilombo na década de 1980, indicando que o primeiro passo da Associação foi o de buscar apoio junto à prefeitura e aos órgãos de assistência social com o objetivo de garantir continuidade das famílias quilombolas em Camburi. A primeira documentação do quilombo foi junto à prefeitura de Ubatuba.

Esse pedido, portanto, segue os critérios da autodefinição da própria comunidade enquanto remanescente de quilombo, seguindo as responsabilidades judiciais, o INCRA é incumbido de realizar as seguintes etapas para a continuidade do processo:

1ª Etapa: Identificação e delimitação;

2ª Etapa: Levantamento cartorial

3ª Etapa: Elaboração e Divulgação do Relatório Técnico

4ª Etapa: Publicação do Edital e notificação dos Ocupantes.

A segunda etapa para a reivindicação da titulação do quilombo foi a definição territorial. Nesse sentido, é importante que toda comunidade esteja ciente em relação ao processo de demarcação das terras e, após a definição dos limites da comunidade, é preciso encaminhar o pedido de titulação aos órgãos federais responsáveis.

¹² ORIGENS. Op. cit.

Para que o processo de regularização seja consolidado em âmbito Federal pelo INCRA, são realizados os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), que contemplam uma série de informações sobre a comunidade em questão. Esse é um momento crucial, pois há o julgamento e a consulta de outros órgãos públicos que possam estar envolvidos e, também, a possibilidade de manifestações contrárias à titulação.

No caso de Camburi, essa complexidade é atravessada por uma série de conflitos. Apesar da terra ser entendida como um território coletivo de quilombo, há delimitações de pertencimento de cada família, com divisões internas sobre limites e fronteiras das residências de cada morador ou núcleo familiar.

O núcleo familiar quilombola não necessariamente está organizado dentro da lógica da família nuclear: pai, mães e filhos. É comum, além dos filhos, os próprios genros ou noras, com os seus respectivos filhos, viverem na mesma casa, por exemplo. Além disso, a venda de lotes hoje não é permitida, portanto, é irregular. No entanto, não é incomum perceber espaços que são, ainda hoje, ocupados por pessoas de fora do Quilombo.

É uma questão de grande complexidade, pois existem casas que foram construídas antes do pleiteamento da delimitação das terras quilombolas, e, por outro lado, também existem as casas que estão sendo construídas atualmente, após a demarcação da terra. Dessas últimas, temos as pessoas que se incorporam à comunidade quilombola, vivem e atuam na lógica comunitária, e outros que constroem as casas para veraneio, para alugar, com a finalidade de ganhar dinheiro nas temporadas de férias.

Esse cenário não é tão simples de resolver quanto parece e, no geral, os casos são discutidos dentro da própria Associação, tendo em vista que o poder público tem pouca atuação nas demandas da comunidade e pouco interesse em verificar o cumprimento da legislação, que prevê a proibição da venda e apropriação de terras do Quilombo.

Além disso, observando como todas essas questões de permanência no território quilombola se estabelecem no contexto contemporâneo e analisando o Plano Diretor de 2006 da cidade de Ubatuba, revela-se que Camburi se enquadra simultaneamente nos seguintes zoneamentos:

1. Macrozona de Gestão Compartilhada do Parque Estadual da Serra do Mar;
2. Macrozona de Gestão Compartilhada das Populações Tradicionais das UCs;

3. Macrozona da Gestão Compartilhada dos Terrenos da União.

Na prática, isso significa que o território em que se inclui a comunidade quilombola em questão é regido hoje por três macrozonas que possuem especificidades próprias, que, por sua vez, conflitam no que diz respeito aos interesses e legislações em relação ao uso e à posse da terra. Sobre esse ponto, ressalto que, de acordo com o Decreto 4.887/2003 Artigo 2º, Parágrafo 3º:

Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.¹³

Realizando várias reuniões, a Associação conseguiu junto ao ITESP o reconhecimento da comunidade como Remanescente de Quilombo em âmbito estadual. A partir de então, o objetivo passa a ser o requerimento dos direitos em âmbito federal: é o momento em que a placa do Quilombo é colocada no local.

Seguindo a trilha histórica quilombola, descendo pela estrada, próximo à entrada para a praia do Camburi, é possível encontrar uma placa, à esquerda, já gasta¹⁴ por ficar exposta ao sol e à chuva, indicando que o “Quilombo de Camburi” é assistido pelo ITESP, que é a Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, tendo seu reconhecimento adquirido em 2005, com um terreno de 975 hectares.

Além disso, apesar da centralidade do INCRA no processo de titulação das terras, a Fundação Cultural Palmares (FCP) tem como competência a emissão de Certidões às Comunidades Remanescentes de Quilombo, tendo como princípio o direito da autodeclaração da própria comunidade¹⁵.

Camburi teve sua certidão expedida em 2006¹⁶. Cabe ressaltar que existe uma diferença jurídica e burocrática entre uma comunidade ser reconhecida como Remanescente de Quilombo pela FCP e ser titulada pelo INCRA. A titulação envolve a posse da terra e o direito de seu uso.

¹³ O Decreto indica: “Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

¹⁴ Após a escrita desse trecho, fiquei sabendo da troca da placa. Nas páginas 63 e 64 há fotografias das placas.

¹⁵ Nesse sentido a ideia de “comunidade” vem junto ao processo de tentativa de regularização da terra e reconhecimento enquanto “Comunidade de Quilombo”.

¹⁶Consulta disponível no site da Fundação Cultural Palmares: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 realizada em 03/08/2021.

Por sua vez, a autodeclaração, que é base para o reconhecimento da Fundação Palmares, também é vista por movimentos sociais como uma conquista no longo caminho de luta por uma igualdade racial. Camburi, de acordo com a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP), contempla uma população de 39 famílias, não sendo uma área titulada¹⁷. Seu RTID foi publicado no Diário Oficial da União em 18 de dezembro de 2008. Desde a abertura do processo de reconhecimento no INCRA, em 2005, já se passaram 16 anos e se torna notório que todo esse caminho democrático é longo e moroso, levando anos ou até mesmo décadas para se concretizar.

Hoje, o processo de Camburi encontra-se parado na Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal da Advocacia Geral da União justamente pela questão das áreas sobrepostas de interesse público e privado. Camburi, assim como outras comunidades quilombolas no Brasil, é marcada por conflitos políticos, econômicos, ambientais, militares, e/ou científicos, com a sobreposição de outros órgãos públicos em seus territórios.

Sabendo que o processo está há tanto tempo parado, cabe a indagação e busca pela compreensão de quais seriam os motivos disso. É nessa instância que se obtém a comprovação de que existem outros órgãos interessados no território de Camburi.

Em 1971, o Parque Nacional da Serra da Bocaina foi criado em território onde se encontra localizada uma parte da comunidade da comunidade de Camburi. A partir do Decreto nº 10.251 de 30 de agosto de 1977, o Parque Estadual da Serra do Mar foi criado tendo anexado o território de Ubatuba, incluindo Camburi integralmente.

Em 1979, a parte em que se localiza o Parque Estadual da Serra do Mar e que Camburi se inclui começou a fazer parte do Núcleo Administrativo de Picinguaba. Durante esse período, a região do Litoral Norte de São Paulo passava por um intenso processo de especulação imobiliária e degradação ambiental. Nesse sentido, o Núcleo é pensado como uma tentativa de impedir a acentuação desse processo, junto à tentativa de promover uma nova forma de turismo na região.

¹⁷ No site da Comissão Pró Índio não consta quando foi realizada a pesquisa que indica esse número de 39 famílias, mas indica que a última atualização foi em 21/06/2021. Em análise, constato que esse número está desatualizado, tendo em vista que a placa de 2005, colocada no Quilombo pelo ITESP, já mencionava esse mesmo número. Consulta em 08/08/2021 em <https://cpisp.org.br/cambury/>.

A autora Eliane Simões (2010), em sua tese de doutorado intitulada *O dilema das decisões sobre populações humanas em parques: Jogo compartilhado entre técnicos e residentes no Núcleo de Picinguaba*, realizada em 2010, indica que uma das estratégias pensadas para a preservação cultural e socioambiental da região de Picinguaba tenha sido a realização do tombamento da Vila pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), em 1983. No entanto, esse é um dos casos em que a lei não foi suficiente para garantir a preservação da área.

Ao longo da década de 1980, como expõe:

“O processo de transferência da Fazenda Picinguaba para a Secretaria da Agricultura envolveu uma desapropriação, ou seja, o Estado adquiriu tais terras em meados da década de 1980 e vários estudos foram realizados no local visando implantar uma Escola Naval do Brasil, experimentos agrícolas ou loteamento, sendo que sua destinação efetiva ocorreu a partir de 1979, com sua anexação à área do Parque Estadual, embora o início de sua implantação efetiva, sobretudo no Sertão da Fazenda só ocorreu em 1985.”¹⁸

Nesse aspecto, para além da construção dos parques e da perspectiva de preservação do meio ambiente existia um interesse do Estado para o usufruto militar da região, tendo em vista a saída para o mar. Apesar dos estudos, a Escola Naval do Brasil não foi construída no local.

Voltando aos parques, uma das indagações foi tentar compreender de onde eles surgiram, do ponto de vista histórico, pois o motivo do surgimento, era a preservação do meio ambiente. Para Simone Rezende da Silva (2008), é no século XIX que começa a se repensar a construção de uma visão territorial naturalista brasileira. Incentivada pela corte portuguesa, uma série de viagens científicas são realizadas com a finalidade de relatar a vida nos trópicos. A missão francesa, em que Jean Baptiste Debret é um dos artistas de destaque, é uma das séries de viagens incentivadas pela Corte.

Durante esse contexto, tanto a arte quanto a ciência estiveram a serviço dos interesses europeus, impactando também na forma como foi construída a imagética social do que viria a ser esse “novo Brasil”. Do ponto de vista populacional, haverá um discurso sobre as noções de raça, mestiçagem e miscigenação que serão propagadas no período. A partir disso, se constrói o discurso sobre o “mito da democracia racial” brasileira, que é amplamente questionado por uma série de teóricos e historiadores.

No âmbito geográfico, uma das formas de dominação científica à moda europeia era a classificação de espécies, coletas e amostragem. Ou seja, com isso se pretendia entender qual seria a função econômica daquele espaço, tal como prever o princípio da expansão do capitalismo.

Simone Rezende argumenta: “Dentro dessa visão pragmática e economicista que se dá o conhecimento da diversidade do mundo tropical a Mata Atlântica torna-se de forma mais intensa em fonte de produtos para o mercado europeu.”. (REZENDE, 2008. P.149)

O que se percebe, portanto, é que na segunda metade do século XIX começam as propostas de construção de parques nacionais sob um viés economicista europeu. Somente no século XX se consolidam tais propostas, integrando parte do debate sobre o território de Quilombo em questão.

Os parques criados no século XX são considerados “Unidades de Conservação”, que comportam um conceito ambiental e são inspirados em modelos estadunidenses, centrando sua narrativa na preservação integral da natureza, no caso em questão, da chamada Mata Atlântica, mistificando-a como natureza intocada pelo ser humano.

Logo, um dos grandes problemas das Unidades de Conservação (UC) é desconsiderar a presença humana tanto no Parque Estadual da Serra do Mar, quanto no Parque Nacional da Serra da Bocaina:

Ainda sob um viés economicista, ou seja, percepção de que havia desperdícios no que se referia aos recursos naturais do país, e em menor escala atendendo às pressões do incipiente movimento naturalista entra em vigor em 1934 o primeiro código florestal do Brasil. **Contudo, apesar de suas deficiências, ele representou um grande avanço ao limitar o direito da propriedade, subordinando-o ao interesse coletivo.** Além disso, abriu espaço para as discussões ambientalistas e para a implantação da futura política conservacionista no país, isto é, reservação de áreas como parques “áreas protegidas”.

Ideia essa, apontada e defendida por Wanderbilt de Barros em sua publicação de 1946 *Parques nacionais do Brasil*, que inaugura uma nova vertente que se tornaria dominante dentro do ambientalismo, a de parques sem pessoas, consolidada com o código florestal de 1965, que definiu as bases para a proteção da natureza.¹⁹

¹⁹ Idem, P.153.

Apesar da minuciosa trajetória que Simone Rezende faz com maestria sobre toda a construção histórica dos parques nacionais, é necessário questionar até que ponto a criação desses aparatos legais ambientais estão de fato agindo em prol de um interesse coletivo, uma vez que as comunidades que já estavam presentes nesses territórios antes da criação dos parques são impedidas de utilizar a terra e, até mesmo, de viver nos locais.

Importando um modelo estrangeiro de Unidade de Conservação, se criam entraves administrativos e judiciais que atravessam o processo de titulação de algumas comunidades remanescentes de quilombo, como é o caso de Camburi. É nesse sentido que compreendemos a relevância de reconstrução de todo esse processo de documentação, que se constitui como um instrumento contemporâneo crucial na luta e permanência na terra.

Apesar dos conflitos que se estabelecem e da lentidão do processo e de sua inconclusão no aspecto da titulação, essa é uma das principais formas como a Associação de Moradores consegue dialogar com a estrutura do Estado brasileiro, garantindo a permanência no local e a perpetuação de uma herança cultural e social comunitária.

Dentro desse tópico, o trecho de uma das entrevistas, realizada com duas moradoras do Quilombo, Gisele (G) e Queli (Q), pontuam à sociedade civil qual o sentido dessa terra e a quem ela pertence, lembrando que esse conflito está muito longe de ser resolvido ou de acabar:

G.: Como o quilombo surgiu de uma liberdade, o povo fugiu para ter uma liberdade, a gente tem que guardar nossas terras como uma coisa muito preciosa, né, porque é muita gente querendo vir para Camburi.

L.: Sim.

Q.: Querendo ter o que a gente tem.

G.: Pessoas querendo ter o que a gente tem.

Q.: E assim, para eles querer o que a gente tem... é... que a gente tem uma coisa bem...prec..

G.: Valiosa. **Q.:** Valiosa mesmo. Cê entendeu?

G.: Só que assim, o quilombo, 'nóis' como quilombola tem que guardar isso às sete chaves.

L.: Sim, eu concordo.

Q.: É que a gente é o único que vai ter condições de preservar, e de repassar isso para nossos familiares, né, nossos filhos, nossos netos.. porque se a gente não fizer isso...

Q.: Portanto ali tem uma placa ali, não...: "Proibido vendas de terra".²⁰

²⁰ As entrevistas foram realizadas no dia 10 de janeiro de 2022, com as moradoras Gisele Lúcio da Cruz e Queli Lucio Iartelli, no camping Catumbi.

Ao dizer “é muita gente querendo vir para Camburi”, as entrevistadas demonstram que, ainda hoje a terra está em ameaça, mesmo com todo esse processo em andamento. Por isso, a preservação e o cuidado são tão caros e importantes para a população do quilombo. Eles sabem de tamanha riqueza da terra.

Essa riqueza não está somente ligada ao fator financeiro. Engloba os aspectos materiais para a permanência da vida em comunidade, mas também suas origens, a possibilidade de perpetuação de suas famílias, as origens e histórias de seus antepassados, as crenças e religiosidades, sua cultura.

Outro trecho que chama bastante atenção na entrevista é “Como o quilombo surgiu de uma liberdade, o povo fugiu para ter uma liberdade [...]”. A partir disso, voltamos ao passado para encontrar em que ponto a trajetória do quilombo surgiria sob a perspectiva da liberdade. Com bem elencado por Simone Rezende, o século XVIII foi uma: “tentativa de racionalização da agricultura, e na tentativa de integrar a periférica Capitania Paulista ao circuito mercantilista, foram introduzidas ou intensificadas em Ubatuba, culturas de interesse do sistema colonial.”. (REZENDE, 2004. P.128).

Tais culturas agrícolas impactaram na formação do bairro de Camburi, que foi atravessado diretamente e indiretamente pela economia tanto do açúcar quanto do café. As pesquisas indicam que no local onde hoje está localizado Camburi:

“[...] havia a Fazenda Cambury, onde funcionava um engenho de cana que usava mão de obra escrava. O dono da fazenda era Manuel de Oliveira Santos, migrante português, que devido à crise da indústria açucareira no início do século XIX, teria abandonado suas terras e escravos, estes escravos teriam dado origem às famílias do bairro de Camburi. Contudo, nos relatos orais acerca da origem do bairro, nunca foi mencionada tal fazenda ou confirmados tais acontecimentos.”. (REZENDE, 2004. P.128)

Ao consultar o RTC de Cambury, realizado em 2002 pelo antropólogo Luís Roberto da Paula, nota-se que a fazenda teria existido entre os anos de 1798 e 1855 e teve como proprietários: Domingos dos Santos até 1802; seus filhos, Manuel de Oliveira Santos e Francisco dos Santos até 1836. De acordo com o Relatório da coleção “Terras de Quilombo”, a fazenda teria existido até 1855, quando faliu. A origem do quilombo estaria, portanto, atrelada a esse momento, embora até hoje não seja claro se “suas terras foram abandonadas e, posteriormente, ocupadas por

escravizados que lá trabalhavam, ou se foram divididas e compradas pelos escravizados, ou ainda se foram doadas pelos ex-proprietários.”²¹

Por outro lado, a origem histórica de Camburi tem sua formação relatada pelos quilombolas, que atrelam o território às fugas de escravizados vindos de Paraty, ou seja, à liberdade. O que nos salta aos olhos é a história de formação do quilombo ligada à Josefa. Como mencionam vários quilombolas, Josefa teria vindo de Paraty fugida e buscando encontrar comida através da caça e da pesca. Ainda de acordo com tais relatos, ela se abrigava em um local que ficou conhecido como “Toca da Josefa”, localizado no morro próximo de Camburi.

Além de Josefa, foi aproximadamente nos anos de 1870 que chegaram outras três famílias formadoras ou “famílias-ego”:

“Os Conceição, os Basílio e os descendentes de Cristina. Dos Conceição se sabe apenas que teriam chegado junto com os Basílio e que ambos teriam vindo de Paraty. Os Basílio eram liderados por Basílio Ignácio dos Santos, que era casado com duas mulheres. De Cristina, lembrada como “escrava Cristina”, sabe-se que morreu por volta de 1950, aos 115 anos.”²²

Ainda de acordo com o mesmo relatório, no final do século XIX chegaram as famílias Bento e Zacarias e na primeira metade do século XX as famílias Firmino, Karapeva e os Lúcio. No capítulo “Terra e parentesco”, da dissertação de Candice Mansano, a autora se dedica a estudar e analisar as relações de parentesco entre as famílias do quilombo de Camburi. Além da análise, Mansano (1998) também cria diagramas familiares²³ como uma tentativa de reconstrução das famílias formadoras do quilombo.

1.2 No território, uma pesquisa

As entrevistas tiveram sua temática atrelada à percepção do indivíduo em relação à sua própria vivência quilombola e às suas memórias. Nesse sentido, a História Oral atua como perspectiva metodológica, que contempla esse formato, o que

²¹ Corrêa, Máira Leal. Coleção Terras de Quilombo: Quilombo Camburi, São Paulo / - Belo Horizonte: FAFICH, 2016. p. 3.

²² Idem, p.4.

²³ Verificar em MANSANO, Candice Filipak. Do "tempo dos antigos" ao "tempo de Hoje": o Caiçara de Cambury entre a terra e o mar. 1998. 174f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

não significa dizer que haverá a exclusão de outras fontes. Ao longo da dissertação também serão analisadas uma fonte de jornal e dois documentos escritos sobre o quilombo: um sobre a escola e outro sobre o carnaval.

Dentro dessa perspectiva, é importante enfatizar que antes mesmo de pesquisar sobre o quilombo, eu já conhecia Camburi. Logo, o meu primeiro contato não foi como pesquisadora, mas sim como turista, e, para a História Oral, colocar-se enquanto participante desse processo se faz necessário:

“Por essa razão a história oral distingue-se de outros escritos do campo das Ciências Sociais que buscam legitimar-se ocultando o papel do pesquisador na constituição das fontes, como se elas existissem por si, em vez de serem produto do encontro dialógico.” (PORTELLI, 2010. P. 217)

No entanto, é necessário pontuar que enquanto processo metodológico, a História Oral pensa as narrativas que surgem a partir das entrevistas tendo como perspectiva a historização desses relatos, e não a utilização como “veracidade intrínseca” a tudo que for mencionado. O que nos interessa são as dimensões de análise que as memórias, os discursos e as narrativas podem nos oferecer.

Pude compreender que, para além da busca pela “verdade”, as entrevistas de certa maneira conduzem às problemáticas a serem analisadas historicamente e, mais do que simplesmente “encontrar respostas”, elas servem, quando bem questionadas, à tarefa historiográfica de “indicar caminhos”.

Contudo, faz-se necessário discutir que:

Apesar de amplamente debatida por historiadores, vale ressaltar a negação de uma busca nas fontes orais unicamente por conta de uma restrita veracidade social, comprometendo a percepção da dimensão subjetiva e da individualidade inerente às lembranças, presentes nos depoimentos dos entrevistados. Mais do que isso, a metodologia de história oral decorre do encontro entre pessoas. (TERRA, Não publicado. P.2).

A condução das entrevistas ocorreu da seguinte maneira: antes de iniciar, me apresentei aos participantes, explicando que se tratava de um projeto de mestrado da Universidade de São Paulo, sob orientação da professora Antônia Terra de Calazans Fernandes e, portanto, solicitei autorização das entrevistas para uso acadêmico através do Termo de Consentimento e Livre Esclarecido. As pessoas entrevistadas, em ordem cronológica de realização das entrevistas, foram:

1. Queli Lucio Iartelli, 31 anos - Data da entrevista: 10 de janeiro de 2022.

2. Gisele Lucio da Cruz, 33 anos - Data da entrevista: 10 de janeiro de 2022.
3. Euclides Lucio, 74 anos - Data da entrevista: 23 de julho de 2022.
4. Adriano Elias Filho, 52 anos - Data da entrevista: 26 de julho de 2022.

Ao longo da dissertação, realizei as marcações textuais, para fins de organização metodológica, a inicial de cada entrevistado “Q.”; “G.”; “E.”; e “A.”; para a transcrição de parte das entrevistas. No caso das minhas falas, manterei a inicial “L.” Todos os entrevistados são nascidos, cresceram e permanecem morando em Camburi.

As entrevistas foram registradas através de uma gravação pelo meu celular. As entrevistadas Queli Lucio Iartelli e Gisele Lucio da Cruz escolheram o Camping Catumbi como local das entrevistas. O senhor Euclides Lucio escolheu um caminho que vai para a cachoeira dos três poços e o Adriano Elias Filho escolheu a praia.

Alguns pesquisadores de História Oral se debruçam constantemente para pensar como conduzir as entrevistas, o que é central dentro dessa perspectiva metodológica. As historiadoras Júlia Silveira Matos e Adriana Kivanski de Senna, trazem os três formatos de entrevista propostos por Chantal de Toutier-Bonazzi:

“Tourtier-Bonazzi deixa claro que deve haver uma preparação, feita por meio de leitura de livros sobre o assunto, consulta de arquivos, enfim, deve ser elaborado um roteiro do qual o informante deve ter pleno conhecimento durante a entrevista, que pode ser dirigida, semi-dirigida, ou não-dirigida. Cada uma delas têm suas vantagens e desvantagens. A entrevista dirigida prende a testemunha num questionário preestabelecido. A não-dirigida pode fazer com que a testemunha se afaste do tema. A mais indicada é a semi-dirigida, é um meio termo entre a fala única da testemunha e o interrogatório direto.”²⁴

As quatro entrevistas tiveram algumas diferenças em relação ao formato de realização e houve, basicamente, duas formas de realizá-las, apesar de quatro delas terem sido digitalmente gravadas e seguido um roteiro estabelecido previamente, que foi dividido em quatro blocos abaixo elencados:

²⁴ MATOS, J. S.; SENNA, A. K. de. História oral como fonte: problemas e métodos; História, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 95–108, 2011. p. 104.

Bloco 1 - Identificação

- 1- Qual seu nome?
- 2- Qual sua idade?
- 3- Qual sua identidade de gênero?
- 4- Você tem uma religião?

Bloco 2 - Quilombos Contemporâneos

- 1- Para você, o que é um quilombo hoje?
- 2- Você conhece pessoas de outros quilombos próximos?
- 3- Quais são esses quilombos?
- 4- Tem algum projeto que você conheça que interrelacione os quilombos?

Bloco 3 - Trabalho e Educação no Quilombo

- 1- Você estudou? Até que série escolar?
- 2- Você acha que estudar é importante? Por quê?
- 3- Com o que você trabalha hoje?
- 4- O que você acha do turismo em Camburi? Os impactos são positivos ou negativos?
- 5- Em sua opinião, tem alguma coisa que falta aqui? Escola, posto de saúde etc.?

Bloco 4 - Enraizamentos e Identidades

- 1- Você se considera Quilombola? E Caiçara?
- 2- O que é ser quilombola para você?
- 3- Existe algum costume/hábito cultural, que para você é central no quilombo?
- 4- Há quanto tempo sua família está aqui?
- 5- Alguém da sua família não mora mais no Quilombo?
- 6- Em sua opinião, Camburi é uma comunidade?

Todas as pessoas entrevistadas escolheram os locais em que se sentiram confortáveis para a conversa. Isso foi muito significativo, pois foram espaços diferentes entre si. As entrevistas de Queli e Gisele, que são irmãs, foram realizadas em 10 de janeiro de 2022, no Camping Catumbi e tiveram respectivamente a duração de 22 minutos e 58 segundos e 29 minutos e 12 segundos.

Embora eu tenha entrevistado individualmente as duas depoentes, por conta do roteiro que havia previamente organizado e como nós três estávamos juntas no mesmo espaço, em vários momentos estabelecemos um diálogo onde uma complementava alguma fala que a outra esquecia. Isso foi muito significativo, pois alguns outros temas foram surgindo ao longo da nossa conversa, que não estavam necessariamente no questionário, mas que foram fundamentais para a reflexão.

Isso foi possível, também, pela proximidade familiar das duas, e no caso delas, as entrevistas ocorreram de forma “semidirigidas”. Foi importante dizer a elas que esse seria meu primeiro contato com a realização de entrevistas, pois isso permitiu mais leveza durante esse processo de diálogo

A terceira entrevista foi realizada com o senhor Euclides, no dia 23 de julho 2022, de acordo com sua disponibilidade, com duração de 49 minutos e 9 segundos. Nosso diálogo aconteceu no caminho da cachoeira dos três poços, sentados em uma pedra, que fica próxima à roça.

Embora também houvesse o mesmo roteiro pré-estabelecido e, portanto, pudesse também ser classificada como “semidirigida”, a entrevista com seu Euclides não seguiu cartesianamente essa estrutura do questionário. Foi interessante, por ele ter conduzido nosso diálogo de uma forma que passasse por quase todos os temas que eu havia previamente proposto no roteiro, mesmo que eu não fizesse as perguntas diretamente.

Outro aspecto importante a pontuar é que seu Euclides fez questão de perguntar minha opinião sobre determinados temas que surgiam na entrevista, por exemplo: “O que é um quilombo para você?”. Considerei essa “inversão” de olhares muito importante, pois isso foi uma especificidade desse entrevistado, que hoje é um dos moradores mais antigos do Quilombo.

Por fim, a última entrevista foi com o Adriano, realizada no dia 26 de julho de 2022, que teve a duração de 1 hora, 11 minutos e 2 segundos. Ficamos sentados em um banco de madeira, que fica localizado na praia, em frente à casa que ele trabalhava de pintor neste mesmo dia.

A entrevista com Adriano aconteceu, como a da Gisele e da Queli, de forma semidirigida e com perguntas mais assertivas, no entanto, após a “conclusão” dessas perguntas, houve espaço para uma conversa que englobasse outros temas para além do quilombo, tais como: política, meio ambiente e globalização.

A partir desse dados, foi possível tratar uma análise de pontos de semelhanças e diferenças entre as trajetórias individuais dentro do território de Camburi, permitindo a reconstituição de uma teia de memórias do quilombo, que passa pelas seguintes questões coletivas: relações de trabalho, cultura quilombola, educação dentro e fora da escola, saúde, meio ambiente, transformações e permanências no quilombo, narrativas familiares, reconstruções genealógicas, cenários políticos e identidades.

Esse material riquíssimo, portanto, foi conduzindo o trabalho historiográfico e ampliando-o a partir das possibilidades de atuação da própria história oral como método. A construção da dissertação e dos capítulos foi, em determinado aspecto, sendo trilhada por essas memórias. Nesse sentido, a historiadora Antônia Terra de Calazans Fernandes menciona:

São exatamente as características da memória que abrem possibilidades para investigações sobre as relações entre as vivências individuais e o mundo social e cultural. Nessa perspectiva, é possível identificar essas relações entre indivíduo e sociedade, avaliar identidades construídas, estudar a subjetividade como problemática histórica e aprofundar a compreensão das experiências do cotidiano.²⁵

Para além das entrevistas propriamente ditas, realizei um caderno de campo contendo anotações que foram sendo recolhidas, inicialmente de maneira pouco sistematizada ao longo de algumas idas ao Quilombo. Minha preocupação era estabelecer pontos que, com base na minha observação e análise, fossem importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao longo de todo o desenvolvimento da dissertação, foi necessário um trabalho cuidadoso e ético de aproximação dos moradores do Quilombo de Camburi, buscando entender e respeitar suas necessidades cotidianas. Entendendo que a ideia de ser vista como uma “pesquisadora” pudesse gerar um incômodo inicial, me apresentei como uma ‘professora-pesquisadora’, que foi a forma central de aproximação do trabalho de pesquisa a uma necessidade dos moradores: a educação no quilombo.

²⁵ FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. O livro didático na memória de seus leitores, p.3. Não publicado.

Com isso, desenvolvi durante o tempo que fiquei em campo alguns trabalhos pedagógicos de oficinas com as crianças da comunidade. Organizei as atividades previamente, levando alguns materiais para utilização, tais como: lápis de cor, canetinhas, folhas de caderno, sulfite, livros e alguns jogos. As atividades envolveram leitura, desenhos, pinturas e jogos de cooperação. A realização das atividades aconteceu sempre na praia, em dois momentos: janeiro de 2022 e julho de 2022, ambos são períodos de férias escolares.

Esse foi um momento muito importante e significativo para a definição do Capítulo 3 desta dissertação. Algumas atividades realizadas pelas crianças estão presentes no Anexo 4. As situações de aprendizagem também foram emblemáticas para minha formação e, de certa maneira, disruptivas, tendo em vista que meu olhar de educadora é feito “dentro da sala de aula”.

Ao longo da escrita da dissertação, realizei algumas idas ao quilombo, cronologicamente: janeiro de 2019, janeiro de 2021, julho de 2021, janeiro de 2022, julho de 2022. Cabe ressaltar que em 2020 não pude ir ao Camburi, por conta da pandemia de COVID-19, pois o quilombo, assim como aconteceu em outras comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas, teve seu acesso restrito aos moradores do local, para a preservação da saúde da população.

Para além do caráter educacional, expliquei que um dos motivos do trabalho era realizar a construção da História do Quilombo de Camburi contada pelos quilombolas, e fiquei muito surpresa que as pessoas quisessem conversar sobre o assunto e contar suas histórias, memórias e seus eventos.

Alguns relatos, memórias e diálogos foram estabelecidos antes da estruturação metodológica da História Oral, portanto, foram informações próprias da minha observação e de minha inteira responsabilidade. Geralmente, no final do dia, eu realizava as anotações, como uma forma de reflexão sobre o dia e as coisas que aconteciam.

Por já conhecer a praia previamente, algumas histórias eu ouvi repetidamente de pessoas diferentes enquanto turista, ou seja, não tendo os ouvidos voltados à pesquisa. Portanto, esse caderno de campo se propõe, através da construção de uma narrativa histórica, a relembrar alguns desses aspectos, organizando essas anotações de campo como um memorial introdutório à rica história e cultura do Quilombo de Camburi.

O caderno de Campo:

“Valha-me Deus, o senhor, o São Bento
Buraco velho tem cobra dentro
Valha-me Deus, o senhor, o São Bento
Buraco velho tem cobra dentro”

(Álvaro Castilho de Castro, 1963)

Existe no quilombo um espaço entre a mata e a trilha em direção à praia, onde há um buraco quadrado com cerca de 1,5 m de profundidade. Praticamente todo tomado por mata, fiquei curiosa ao ouvir que era considerado “cemitério das cobras”. Quando perguntei o porquê, a resposta foi que sempre que é achada uma cobra venenosa, deve-se matá-la e jogá-la no buraco, pois o parceiro ou parceira, procurando-a, irão cair no buraco e ali ficar preso/a também. Com o acréscimo: “Mas só pode matar venenosa. As caninanas não podem matar, elas não fazem nada, não tem veneno.”.

Essa foi uma das primeiras histórias que ouvi de Camburi enquanto estive no local, enquanto turista. Apesar de ouvir repetidamente essa história, eu ainda queria entender o que era fisicamente aquele espaço antes de ser “o cemitério das cobras”. Perguntei a várias pessoas, e uma das respostas que obtive é que antes era uma serralheria. Aproveitando a deixa, perguntei à pessoa em questão se sabia se ali tinha sido uma fazenda, mas ela não soube responder. A conversa continuou e voltamos a falar de algumas plantas que estávamos vendo, no caso, uma samambaia.

A segunda memória se constitui com a compreensão do espaço. Faz-se entender que durante a noite, principalmente no verão, as pessoas se reúnem na praia para conversar, cantar, tocar violão e as crianças brincarem. Durante uma conversa noturna, comentei sobre a pesquisa com um dos moradores, que relatou que há pouco tempo um “homem da cidade” ofereceu dinheiro para comprar seu terreno, localizado na praia.

Não foi incomum ouvir relatos de pessoas do quilombo que haviam recebido propostas de vendas dos lotes, casas e terrenos, principalmente na praia. Esse morador afirmou que não vende suas terras por nada, mas explicitou parte do processo de especulação imobiliária existente na região, que será analisado com mais

profundidade no capítulo 2, intitulado Cinzas do Norte, em referência ao livro de Milton Hatoum.

Essa conversa abriu os caminhos para as questões que serão discutidas no capítulo 4, ao refletir sobre a identidade e influências socioculturais. Algumas histórias narradas foram contadas de forma subjetiva e que beiram um caráter místico-religioso, como a que envolvia uma bola de luz saindo do mar, reluzente, brilhante e muito forte, e outra que saía da cachoeira dos três poços. Acrescenta-se que, junto à luz, vinha uma paz: “não vai achar que é história de pescador, eu vi, foi verdade”.

Uma “nova-velha” história também foi contada. Sabendo que a pesquisa se tratava genericamente de “história”, se puseram a contar a história do Camburi da seguinte maneira: “Enviava daqui pau-brasil para Portugal, para fazer aqueles móveis sabe, coloniais, por isso hoje só tem duas árvores dessa por aqui, uma perto da minha casa e outra entrando por ali (aponta um caminho na mata).” Acrescenta dizendo que o navio de Portugal parava ali.

O interesse contrário existe de forma contundente. Entender e experienciar a vida em São Paulo também era uma perspectiva e um sonho categórico. A “cidade grande” e seu modo de vida estão no imaginário coletivo e, de certa maneira, influenciam e impactam nos desejos de “ser” e do “ter”, ou seja, na cultura e no consumo. Afinal, como é um cinema? Foi uma das perguntas que ouvi.

Alguns momentos de aproximação aconteceram de forma aleatória. Em um desses momentos, eu estava sozinha e escrevendo. A conversa começou como um convite para visitar uma trilha na próxima praia, junto a um grupo de pessoas. As apresentações aconteceram e expliquei que estava escrevendo para uma pesquisa sobre Camburi, e foi assim que uma das reflexões mais genuínas em relação à realização da pesquisa surgiu: “Então, você vem aqui e fica nos observando? Como se fossemos um experimento? Isso é muito estranho, você não acha?”, demonstrando uma lógica da ciência que vigorou no século XIX, por exemplo.

Me mantive em silêncio e recebi uma contrarresposta desafiadora: E o que você sabe sobre Camburi então? Já que você é pesquisadora... Foi então que ele prosseguiu: “bem, vou contar... Camburi, na verdade, foi fundado pela Josefa, que era uma mulher negra que fugiu da escravidão. Ela morava na fazenda e, como lá era ruim, apanhava... ela fugiu.”

“Tá vendo ali?” Apontou com o dedo em direção à mata. “Foi a trilha que ela fez. Ela abriu uma picada e começou a viver escondida: na mata tem uma pedra que

virou a Toca da Josefa, porque ela se escondia ali, foi a primeira a chegar aqui na praia, e então, outros escravos²⁶ começaram a segui-la.”

Perguntei se era possível fazer essa trilha e quanto tempo demorava, ouvi que demoraria um dia, mas nunca fiz esse percurso. Com isso, continuamos a conversa e fui questionada se eu sabia por que as pessoas deixavam comidas próximas às árvores nas matas, e seguiu me explicando que muitas pessoas acham que é para algum feitiço, algo ruim, mas que na verdade era uma forma que os escravos encontraram para que ninguém morresse de fome nas trilhas: assim, sempre teriam alimento.

Nesse momento, outras pessoas de fora do quilombo se envolveram na conversa e um dos participantes, que também era turista e estava no camping, trabalhava com saneamento básico e começou a questionar esse ponto. A fala vinha no sentido de melhorar essa questão para não prejudicar a natureza, e isso gerou uma grande ofensa. O encerramento se deu de uma forma não amistosa.

Foi nesse ponto que os questionamentos em relação às estruturas de políticas públicas surgiram como um processo de reflexão do projeto. Além disso, do ponto de vista da narrativa histórica, quando pensamos na construção da História de Camburi, é melhor que empreguemos o termo História(s). Isso acontece pois, por muito tempo na historiografia relativa aos quilombos, houve e há um intenso debate sobre como construir essas histórias.

Pude observar que duas narrativas históricas foram colocadas de forma politicamente antagônicas em Camburi. Uma que diz respeito a uma historiografia acadêmica “tradicional”, que trabalha com o eixo da macroestrutura e desconsidera as agências dos sujeitos históricos em questão. Essa historiografia se refere sobretudo à herança da escravidão, que é resgatada dentro da lógica do sistema escravista, das crises econômicas e do fim do sistema colonial, praticamente ignorando agências e práticas de Quilombo como um espaço de liberdade.

Outra, se constitui com base nos diálogos sobre cultura, liberdade e refletindo sobre o processo de criação dos quilombos enfatizando os seus próprios personagens históricos, como é o caso de D. Josefa. Vale lembrar que esse caráter da escrita da história está em constante transformação e é realizado no tempo presente.

²⁶ Enquanto historiadora utilizaria a palavra escravizados, mas na fala, a palavra utilizada foi escravos, por isso optei por mantê-la.

O Quilombo abriu aos turistas, após ter permanecido fechado ao longo da pandemia. Ainda assim, o turismo era ínfimo perto do que costuma ser nesse período do ano, tanto a praia quanto os campings estavam esvaziados.

Enquanto visitava o quilombo, tentava sempre ler alguma dissertação ou tese já realizados sobre o mesmo local. Percebi, analisando alguns desses trabalhos que, as pessoas entrevistadas e participantes da composição das histórias narradas são geralmente homens mais velhos do Quilombo, como é o caso do Sr. Genésio, justamente por ter sido uma importante liderança.

Foi esse um dos momentos importantes e significativos para mim do ponto de vista do trabalho de campo, pois conversei com a depoente Gisele Lucio da Cruz, apresentada anteriormente, que comentou sobre o termo 'turismo de base comunitária', levando às reflexões sobre o conceito de turismo presentes na dissertação.

Pelo fato da Gisele ser professora e se interessar pela educação, falamos sobre o Quilombo e trocamos referências teóricas acadêmicas, ampliando nosso campo de atuação e trabalho, permitindo que pudéssemos nos comunicar constantemente por WhatsApp.

Em um outro diálogo estabelecido, a conversa caminhou para locais que gostaríamos de conhecer no mundo. Foi quando, com uma perspectiva política, ouvi sobre alguns trâmites administrativos, que foram realizados em Brasília, no Distrito Federal, para representar o Quilombo com a Associação de Moradores, e eis que adentramos no debate sobre as dimensões do que seriam os quilombos contemporâneos.

Por fim, o cenário do mar também trouxe outras nuances nunca imaginadas. Se por um lado, as crianças gostavam de realizar as atividades das oficinas, por outro, algumas delas também gostavam muito de brincar no mar e surfar. Foi assim que lembrei a importância de respeitar o tempo das marés, ouvindo sobre as correntezas, as ondas e sobre o cenário do surfe como uma perspectiva social, educacional e profissional dentro da comunidade.

O trabalho de campo foi determinante para a pesquisa tomar forma, e possibilitou muitos cafés, trocas, tensões. Essa foi uma das formas que encontrei para que diferentes vozes ecoassem na composição da trama histórica dessa comunidade, visando discutir sobre a multiplicidade das ações políticas desses sujeitos em um espaço coletivo.

Capítulo 2. Cinzas do Norte: Um diálogo entre os territórios Remanescentes de Quilombo

“Eu nasci nas matas, nunca tive senhor.”²⁷

A partir da Constituição de 1988, houve um novo posicionamento do Estado em relação à regulação dos direitos dos Quilombolas. No entanto, ainda existem ausências muito significativas na construção de políticas públicas efetivas e específicas às Comunidades Remanescentes de Quilombo, e isso ocorre por múltiplas razões.

Uma delas, por exemplo, é a falta de dados sociodemográficos atualizados sobre a população Remanescente de Quilombo no Brasil, extrapolando a questão do território do Camburi, considerado uma questão nacional. O IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que é responsável pela realização do Censo populacional e por reunir informações demográficas brasileiras, conforme nos aponta José Maurício Arruti (2017), não tem “qualquer informação direta sobre território e populações quilombolas, já que o IBGE não conta com a categoria ‘quilombola’ nos seus recenseamentos demográficos.”²⁸

Ao contrário da categoria indígena, que já conta com informações demográficas nos censos, não há dados atualizados do Estado em relação às comunidades de quilombolas no Brasil. Essa questão vem atravessada de problemas que vão da incerteza do número exato de indivíduos e famílias até a noção da identidade quilombola. Enquanto a inexistência²⁹ de dados demográficos no censo do IBGE impacta em pesquisas e projetos de políticas públicas, a identidade e autodeclaração quilombola sofre entraves das dificuldades do Estado em reconhecer as especificidades dos povos tradicionais.

Se faz necessário uma ressalva: no dia 17 de agosto em 2022, quando essa dissertação estava sendo escrita, foi realizado, de maneira inédita no Brasil, um recenseamento da população quilombola pelo IBGE. Segundo o próprio IBGE:

²⁷ Declaração dos Quilombolas capturados no Grão-Pará: GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 19.

²⁸ ARRUTI, José Maurício. (2017). Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. In: Revista Contemporânea de Educação, v.12, nº 23. p. 123.

²⁹ Ressalto que, em 2022, foi a primeira vez que o IBGE realizou no Brasil o censo em comunidades quilombolas.

[...] toda a divulgação foi acordada com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). O trabalho de mapeamento identificou 5.972 localidades quilombolas e 2.308 agrupamentos quilombolas, que são aqueles em que há 15 ou mais pessoas morando em uma ou mais moradias próximas e que há laços de parentescos ou comunitários entre os moradores.³⁰

Agora, finalmente, existem dados estatísticos que podem auxiliar na construção de políticas públicas junto às lideranças políticas das comunidades, além da possibilidade de ampliação do conhecimento cultural, social e étnico sobre tais comunidades. Esse é uma das ações que demonstra o cumprimento do parágrafo 1 do Artigo 216 da Constituição Federal:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.³¹

Especificamente para Camburi, era nítida a discrepância entre os dados. No site da Comissão Pró-Índio, está indicado que o quilombo tem 39 famílias, assim como na Placa do ITESP que fica no Quilombo. De acordo com o site, esse dado teria sido atualizado em 2021.

Na dissertação de mestrado de Edison Luís Santos, um levantamento de 2006 aponta a existência de 70 famílias e 320 indivíduos, entre nativos, quilombolas e caiçaras.³² De acordo com a Quilombola Gisele Lucio da Cruz, em agosto de 2021 o levantamento apontou em torno de 350 famílias, e o total de moradores já alcançava a marca de 1.000 pessoas.

Levando em consideração que os dados de Edison Luís e de Gisele da Cruz estejam corretos, em 15 anos, houve um crescimento demográfico com um acréscimo

³⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/noticias/cidadania-e-assistencia-social/08/ibge-inicia-censo-inedito-das-comunidades-quilombolas>

³¹ Constituição Federal, Artigo 216. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf

³² SANTOS, Edison Luis dos. Estação memória Cambury: mediação cultural com os parceiros do rio que muda. 2013. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p.67.

de 680 moradores, e simultaneamente um aumento de 280 famílias, sem que haja conhecimento sobre gênero e idade dos moradores.

Na tentativa de ampliar o panorama sobre a situação quilombola e intensificar o diálogo entre as comunidades, é necessário analisar como se estruturam os Quilombos do Litoral Norte de São Paulo, chegando até Paraty. Lembrando que essa intersecção permite também o compartilhamento de ideias e o fortalecimento das articulações políticas, sociais e econômicas entre os povos quilombolas da região. Nesse aspecto, uma fala de Simão reafirma a importância dessa relação estabelecida:

Eles eram na época mais novos, né, não se interessavam. Agora o que que acontece, agora eles tão se interessando, por quê? Porque eles tão indo no quilombo, no outro quilombo que é vizinho, da mesma família e eles estão vendo a tradição eles tão vendo a união, né, e eles mesmo tá vendo, porque se eles não vier pro quilombo não tem jeito, acaba a comunidade. Entendeu? Então é um processo que eles tão vendo, tão aprendendo, e aí a gente por ser mais velho, né, a gente vai falando e explicando pra eles, mostrando porque que é importante eles lutar, né.³³

De acordo com a pesquisa realizada no site da Fundação Cultural Palmares, o Brasil contém cerca de 4 mil comunidades quilombolas³⁴. Na região acima elencada, existem 11 comunidades remanescentes de quilombo, distribuídas entre Ubatuba e Paraty:

1. Ubatuba: Caçandoca, Fazenda Caixa, Sertão de Itamambuca, Camburi, Frade, Raposa, Caçandoquinha e Saco das Bananas.
2. Paraty: Cabral, Campinho da Independência e Guiti.

O historiador Flávio Gomes (2015)³⁵, além das já citadas acima, faz o levantamento de outras duas: a comunidade de Cazanga, em Ubatuba; e em Paraty, a comunidade de Patrimônio.

Cazanga é uma comunidade vizinha ao Sertão de Itamambuca, e pelas pesquisas, o RTC³⁶ realizado pelo INCRA considera as duas como sendo a mesma comunidade:

Cazanga e Sertão de Itamambuca são bairros vizinhos, mas não há consenso dos moradores do lugar quanto ao emprego dos nomes: alguns chamam toda a região, indistintamente, de Cazanga, considerando o nome antigo da

³³ ORIGENS. Websérie completa. Youtube, 18 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KUXZP4MwqXI>.

³⁴ De acordo com o site da Comissão Pró Índio. Consulta em 08/08/2021 em <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>

³⁵ GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

³⁶ Para consultar o RTC:

http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC_Sertao_de_Itamambuca.pdf p.23.

estrada que corta a área; outros distinguem Cazanga e Serão de Itamambuca, reconhecendo dois núcleos habitacionais distintos.

As duas comunidades apresentam semelhanças em relação a Camburi e ao processo de venda irregular dos lotes de terra, que se acentuou a partir da década de 1960. A memória social da região foi resgatada durante o processo de titulação através da oralidade, que se mostrou indispensável na reconstituição histórica e genealógica da população.

Como indicado pelo Relatório Técnico Científico da região, concomitantemente às narrativas orais se somaram documentos que compuseram a trama histórica do lugar. Ao que muito interessa historiadores que trabalham com comunidades remanescentes de quilombos em Ubatuba, a Cúria Diocesana de Caraguatatuba é o órgão responsável por concentrar o acervo documental de certidões da população de livres e escravizados de Ubatuba

Por sua vez, a comunidade de Caçandoca não é uma área titulada, tem certidão emitida pela FCP e, seu Decreto de Desapropriação foi publicado no D.O.U. Os pesquisadores Clayton Gaudino, Maria Aparecida Papali e Pedro Ribeiro Moreira, no artigo de 2018, intitulado *Ser quilombola: conceitos e memórias na trajetória da comunidade negra da Caçandoca, Ubatuba, Estado de São Paulo*, apresentam o processo histórico de organização da comunidade local e o fortalecimento de suas identidades, mencionando:

[...] vemos que o fortalecimento de tais identidades (culturais coletivas) também deu-se como reação à agressões de ordem capitalista ao seu território e à sua cultura.(GALDINO; PAPALI; MOREIRA. 2018, P.107)

Outra comunidade não titulada pelo INCRA é a comunidade Fazenda Picinguaba/Caixa. O site da Comissão Pró-Índio apresenta poucos dados em relação à dimensão do seu território, ao número de famílias e à constituição histórica de sua terra. Em contrapartida, tem o reconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares. Sua reconstituição genealógica é analisada por Ana Carolina Amelia Bento em sua dissertação de mestrado na área de Ciências Sociais, apresentada em 2013 pela PUC. O mapa de conflitos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) indica que o Quilombo conta com cerca de 200 moradores e 50 famílias.³⁷

³⁷ Disponível em:

<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/sp-quilombo-da-fazenda-aguarda-ha-quase-dez-anos-titulacao-de-seu-territorio-tradicional/> acesso em 04/11/2021.

Por sua vez, as comunidades Frade, Raposa, Caçandoquinha e Saco das Bananas são compreendidas aos olhos do Estado como sendo a mesma comunidade, pertencente a Caçandoca:

O território quilombola de Caçandoca total tem 890 ha e localiza-se na praia, no extremo sul do município de Ubatuba, com acesso por estrada de terra, a partir da rodovia BR 101, nas proximidades do rio Maranduba. Abrange a bacia hidrográfica da praia da Caçandoca e áreas da praia de Caçandoquinha, Saco da Raposa, Saco das Bananas e Frases. Parte deste território com 412 ha (incluindo parcela da área de marinha) está em posse do INCRA que criou o Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Caçandoca.³⁸

Sobre as comunidades Cabral e Guiti do Município de Paraty, no Rio de Janeiro, ambas não possuem suas áreas tituladas pelo INCRA. Apesar de serem consideradas remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares, somente Cabral tem dados relativos à sua dimensão territorial, que é de 512 ha.:

Dos cinco grupos herdeiros que vivem em Cabral, três deles - os Alves, os Lucas e os Angélica - somavam, em 2007, cerca de 50 famílias. Apesar de possuírem algum tipo de documentação que comprova a posse da terra, essas famílias não têm garantia efetiva contra as crescentes pressões e ameaças da especulação imobiliária. Também sofrem as consequências do turismo em Paraty. Principal atividade econômica do município, o turismo cresceu principalmente depois que a rodovia Rio-Santos (BR 101) foi construída nos anos 1970.”

O Quilombo do Campinho da Independência, localizado a cerca de 20 km de Paraty, foi estudado por Livia Ribeiro Lima em sua dissertação de mestrado na Antropologia Social, defendida em 2008.

Em síntese, observar os demais quilombos e seus processos de titulação nos demonstra uma problemática significativa sobre as comunidades remanescentes de Quilombo, tanto no Litoral Norte quanto no Brasil:

As problemáticas acerca da indefinição territorial, como a titulação do Quilombo de Camburi, processo em aberto há 13 anos, se estendem aos demais povos e comunidades tradicionais no Brasil. Além dos obstáculos evidenciados, as concretizações dessas demarcações, reconhecimentos e titulações são ameaçadas pelo próprio Estado, atendendo interesses do agronegócio, pecuária, mineração, hidrelétricas, rodovias, e setor imobiliário. ((SIMÕES et al, 2006, apud FELÍCIO; SILVA; FANTIN, 2008))

³⁸ ARAUJO, Paulo Roberto David de. Território Quilombola Caçandoca: Termo de ajustamento de conduta como instrumento de governança. Brasília - DF, 2016. p. 3.

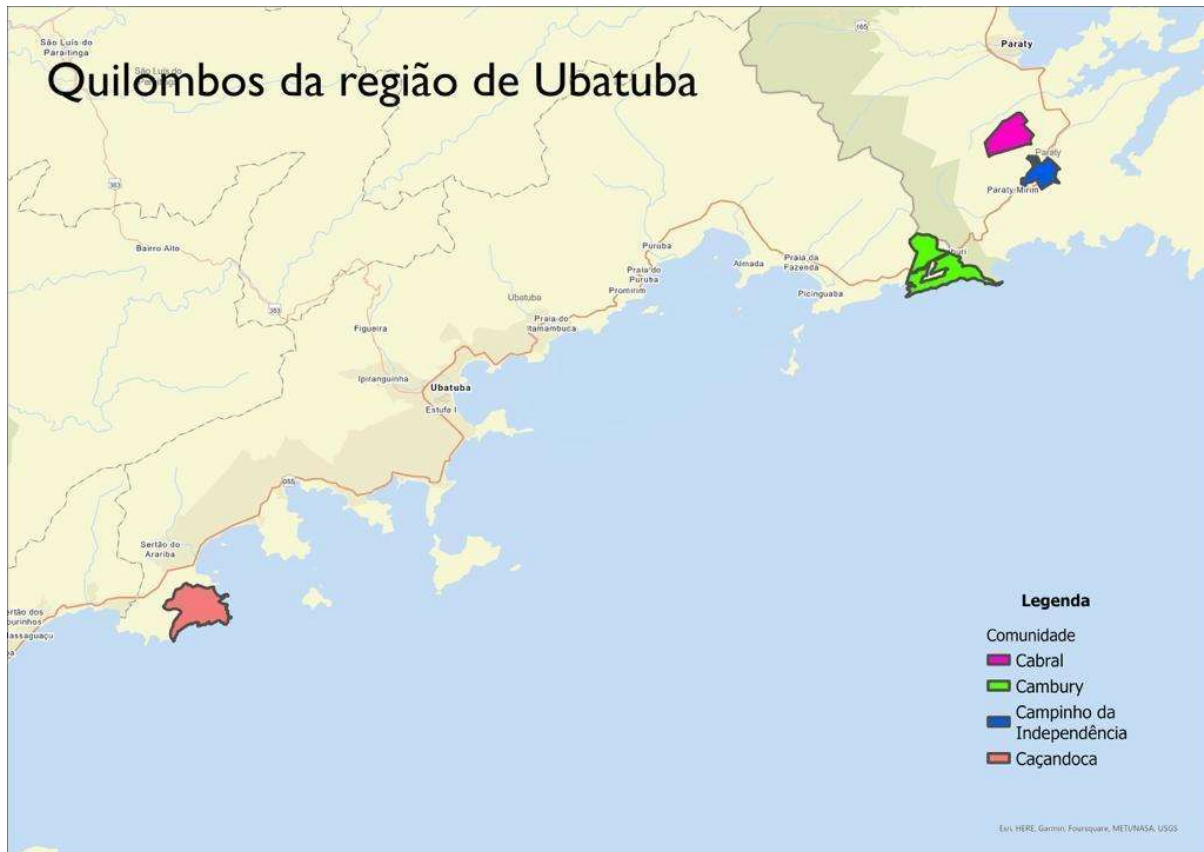
Nenhum território é homogêneo, cada um apresenta suas especificidades em relação ao processo de ocupação, aos grupos étnicos envolvidos e às formas de transmissão da terra. No entanto, algumas trilhas percorridas são comuns, como é o caso da dificuldade de posse, titulação e reconhecimento das áreas remanescentes de Quilombo no litoral Norte de São Paulo.

Cabe ressaltar também que, desde o início do processo das titulações ocorridas entre o final do século XX e início do XXI, o Estado se atrela com profundidade aos interesses do capital. Isso dificulta a titulação de terras quilombolas e indígenas, ignorando uma série de pautas sociais e políticas.

Na tentativa de visualizar e reunir os dados e datas dos respectivos processos de titulação dos territórios pelo INCRA, foi possível realizar a tabela abaixo. A ideia é demonstrar o tempo aproximado de consolidação de cada processo aberto, contado até 2021. Embora nenhuma delas esteja titulada, a maioria já teve sua portaria lançada no Diário Oficial da União (DOU).

COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DATA DE ABERTURA DO PROCESSO (INCRA)	DATA DA PORTARIA NO DOU	TEMPO APROXIMADO DE CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO
CAÇANDOCA	UBATUBA	22/07/1998	25/05/2005	APROX. 7 ANOS
FAZENDA CAIXA	UBATUBA	12/12/2005	20/01/2006	APROX. 1 ANO
SERTÃO DE ITAMAMBUCA	UBATUBA	12/12/2005	20/01/2006	APROX. 1 ANO
CAMBURI	UBATUBA	12/12/2005	20/01/2006	APROX. 1 ANO
FRADE, RAPOSA, CAÇANDOQUINHA E SACO DAS BANANAS	UBATUBA	02/07/2008	04/08/2008	1 MÊS
CABRAL	PARATY	11/05/2007	09/12/2008	APROX. 1 ANO
CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA	PARATY	24/12/1997	13/03/2013	APROX. 16 ANOS
GUITI	PARATY	2019	-	-
0 (ZERO) COMUNIDADES DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO ESTÃO AGUARDANDO VISITA TÉCNICA - ACESSO EM 16/08/2021 NO SITE DA COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO.				
Tabela 1 - Processos de Titulação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Ubatuba e Paraty				

A partir da tabela acima foi possível realizar um mapa para a observação da localização das comunidades quilombolas em questão. Os quilombos: Fazenda Caixa, Sertão de Itamambuca, Frade, Raposa, Caçandoquinha e Saco das Bananas e Guiti, não aparecem, pois o mapa foi feito a partir das informações de limites territoriais fornecidas pelos RTID, e os quilombos em questão ainda não estão nessa etapa no processo de titulação.



Elaborado pelo Engenheiro Ambiental Felipe Clemente em 2023³⁹.

Assim como a dificuldade em relação à titulação, é ponto semelhante entre essas comunidades a questão das políticas públicas, que devem garantir o acesso a direitos básicos, como moradia, saúde, educação e saneamento. Essa questão também atinge profundamente outros territórios remanescentes de quilombo da região:

³⁹ O mapa foi realizado especificamente para essa dissertação, portanto, não foi publicado. Os quilombos: Fazenda Caixa, Sertão de Itamambuca, Frade, Raposa, Caçandoquinha e Saco das Bananas e Guiti, não aparecem, pois o mapa foi feito a partir das informações de limites territoriais fornecidas pelos RTID, e os quilombos em questão ainda não estão nessa etapa no processo de titulação.

Sobre os quilombolas, em janeiro de 2013, foi constatado que 55,21% dos domicílios não possuíam água canalizada, 33,06% não possuíam banheiro ou sanitário, 54,07% não possuíam sistema de saneamento adequado (15,07% possuíam esgoto a céu aberto e 39% fossa rudimentar) e 57,98% queimavam ou enterravam lixo (e apenas 21,19% possuíam coleta adequada) (BRASIL, 2013)⁴⁰

Sabemos que o território é muito significativo para a identidade e continuidade da cultura quilombola, mas pensar a estrutura de um quilombo hoje é também pensar o que vai além da terra, no sentido da garantia de direitos básicos.

Agora, jogando a luz da cena aos direitos básicos. Em Camburi, a energia elétrica chegou somente em 2008 com o programa “Luz para Todos”⁴¹, por meio do decreto 4873/2003 do Governo Federal.

Cabe pontuar que nem todas as casas de quilombolas estão localizadas próximas à praia, uma vez que a ocupação do território não é homogênea. As casas encontradas mata adentro são consideradas o Quilombo propriamente dito. A chegada da luz não se deu para todos os moradores quilombolas da praia e do quilombo simultaneamente devido às dificuldades de cabeamento.

A divisão entre praia e quilombo é destacada na fala dos moradores como um traço da organização geográfica interna do território, realizada pelos próprios quilombolas. Os moradores da praia não se entendem externos ao quilombo, ainda que possa parecer aos olhos de pessoas externas.

O impacto da eletricidade é significativo em muitos âmbitos. Para além do choque cultural trazido por novos aparelhos tecnológicos, como celulares, televisores e computadores, aspectos da vida cotidiana como o condicionamento e refrigeração de alimentos passam por uma mudança significativa, o que permite uma melhoria na alimentação e saúde familiar.

Antes da chegada da eletricidade era comum a utilização de lampiões a gás e velas nas casas. A água para o banho, por exemplo, precisava ser esquentada previamente, o que também mudou com o chuveiro elétrico.

Em 2018, a internet chegou impactando significativamente na vida de crianças e adolescentes, que passam a acompanhar um “mundo através das telas”. As telas de celular e aplicativos de conversa modificam as formas de comunicação e

⁴⁰ Idem.

⁴¹ O Programa Social “Luz para Todos”, criado em 2003 durante o Governo Lula, foi uma continuidade do programa “Luz no Campo”, lançado em 2000 no governo de Fernando Henrique Cardoso.

sociabilidade. Nesse sentido, a dinâmica de transformação de uma sociedade também é impactada e se modifica com as relações sociais que são estabelecidas pelas pessoas que vivem ali. As conversas que outrora eram sempre “cara a cara”, agora podem ser feitas por redes sociais.

Já a televisão, ao ser introduzida na comunidade, teve um impacto enquanto objeto de consumo e elemento de reunião das pessoas em determinadas residências, com vistas a assistir um programa específico. Porém, sua presença passou a marcar diferenciação social dentre as famílias, visto que incorpora poder de compra e de consumo.

Até outubro de 2021, onde parte da pesquisa foi escrita, ainda não havia sinal de telefone fixo ou de operadoras de celular. Há um telefone público, “orelhão”, na praia, mas funciona eventualmente.

A saúde, por exemplo, é historicamente relevante quando do momento em que essa pesquisa foi realizada, principalmente por vivenciarmos uma pandemia de Covid-19. Os impactos demográficos causados pela pandemia foram imensos no Brasil e, dentro desse levantamento, é significativo saber que dentro da Comunidade do Camburi, felizmente, não houve nenhuma morte por Covid-19⁴², embora tenha ouvido relatos de pessoas com sintomas logo no início da pandemia.

Cabe ressaltar que há uma Unidade Básica de Saúde em Camburi desde 1989. O posto de saúde gera emprego a duas funcionárias: uma auxiliar de limpeza e uma agente comunitária. Há um banheiro no posto, que é utilizado somente por funcionários. Como não há um médico academicamente formado na comunidade, uma vez por semana vem um médico de fora. Eventualmente, quando chove forte e a estrada fica ruim para transitar, o atendimento médico fica prejudicado devido à dificuldade em acessar a comunidade pela estrada.

Há a distribuição de medicamentos no próprio posto, mediante solicitação médica. Além disso, o acompanhamento gestacional também é realizado no posto, sendo muito importante para as gestantes e para a comunidade. No entanto, os exames de sangue e ultrassom ainda são encaminhados para as Clínicas ou para a Santa Casa de Ubatuba.

Quando não há médico, é comum recorrer à medicina popular, com uso de chás e remédios preparados em ervas da região. Na área odontológica, por exemplo,

⁴² Dados fornecidos pela moradora quilombola Gisele Lucio da Cruz em 17/08/2021.

há uma carência severa, não havendo nenhum tipo de atendimento regular na região para os moradores do quilombo.

Ainda no que diz respeito à saúde dos moradores, pontuo que o saneamento básico e o tratamento de resíduos sólidos são precários em Camburi. Atravessados por burocracias do município e do Estado, nem todas as residências apresentam fossas sépticas, sendo essa uma demanda de responsabilidade municipal.

Essa pauta veio à tona no início dos anos 2000, com uma série de parasitoses que adoeceram os moradores:

É somente a partir de 2000, quando ocorre um surto de hepatite, que as precárias condições de vida da comunidade e a inexistência de um sistema de saneamento básico provocaram uma maior mobilização das autoridades. Um estudo elaborado pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, em 2001, evidenciou alta prevalência de parasitoses intestinais, com 76,9% entre a população de 2 a 14 anos, 50,5% entre a população acima de 15 anos (SIMÕES et al, 2006, apud FELÍCIO; SILVA; FANTIN, 2008).

Em janeiro de 2019, momento em que estava em campo, uma série de crianças do Quilombo estavam relatando dor de barriga e vômito. A desconfiança das famílias era em relação à água, sendo seu abastecimento feito através de canos que interligam as nascentes e as residências.

Sendo janeiro uma época de turismo intenso, sem que haja planejamento municipal para isso, a poluição aumenta e o lixo se acumula no local, sobretudo nas águas. Isso afeta a saúde da comunidade e o meio ambiente no qual vivem.

Camburi é uma palavra tupi⁴³ que significa “O Rio que anda” ou “O Rio que Muda”, e não é por menos. Uma das coisas que mais chamam atenção em meio à abundante Mata Atlântica⁴⁴ são as águas doces. É preciso, sobretudo, como ensinam os mais antigos, se atentar às águas mesmo em dias de sol. Se a água ficar escura, turva, com barro, você não deve ficar ali. Isso é o sinal de que a chuva está chegando e as “cabeças d’água” podem ser perigosas e fatais.

O bairro é cortado por rios que deságuam no Oceano Atlântico, como é o caso do Rio da Barra e da Cachoeira do Cedro, localizada mais acima, perto de onde atualmente se situa a BR-101 e de onde desce o Rio do Cedro até os Três Poços de

⁴³ SANTOS, Edison Luis dos. Estação memória Cambury: mediação cultural com os parceiros do rio que muda. 2013. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p.63.

⁴⁴ Tenho consciência de que outras vegetações também estão presentes na região, como é o caso dos manguezais e das restingas, por exemplo.

Camburi. Nesse sentido, as transformações ambientais oriundas da construção da BR-101 e do turismo são sentidas na praia.

2.1 O impacto do progresso

“Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.”

(Walter Benjamin, 1987.)

O progresso é um conceito histórico transgeracional, que é incorporado a uma série de discursos presentes em nosso cotidiano. Walter Benjamin (1987), nesse momento, cita o progresso demonstrando parte da complexidade em que se insere. Ao mesmo tempo em que o autor aponta o progresso como processo que levaria a

constituição do futuro, dialeticamente, é esse processo que, de forma tempestuosa e alegórica, arruína catastroficamente diversas sociedades e, acrescento, a história de diversos povos.

O autor Theodor W. Adorno (1992) discute sobre o progresso e como o conceito se articula em determinados momentos históricos, apontando a dubiedade filosófica que o conceito muitas vezes apresenta. Contudo, Adorno argumenta que:

Somente são verdadeiras aquelas reflexões sobre o progresso que mergulham nele sem deixar de manter distância, que evitam os fatos e significados pontuais paralisadores. Hoje as reflexões desse tipo culminam na consideração sobre se a humanidade logrará evitar a catástrofe. Decisiva nisso para a humanidade é a sua constituição social global, enquanto não se forme e intervenha um sujeito global consciente de si. É sobre isso que repousa inteira a possibilidade do progresso, a possibilidade de afastar o desastre extremo, total. Tudo o mais que se refira ao progresso deveria cristalizar-se em torno disso. A carência física, que há muito parecia escarnecer dele, está potencialmente afastada: no estágio atual das forças produtivas técnicas ninguém mais precisaria passar fome na terra. A decisão sobre se persistirão a carência e a opressão - ambas formam uma unidade - repousa inteira no afastamento da catástrofe, mediante uma organização racional da sociedade global como humanidade. (ADORNO, 1987. P. 222-223).

Além disso, o autor discute a concepção de progresso tanto para Kant quanto para Walter Benjamin. Centrando no caso das teses sobre o conceito da história, de Benjamin, a discussão aponta de forma crítica aos socialdemocratas: *“por terem confundido o progresso de destrezas e conhecimentos com o da humanidade”*. (ADORNO, 1992). Logo, o objetivo não seria o de negar a discussão filosófica do conceito. É justamente no caminho do questionamento do “progresso da civilização” que seguimos.

Ao longo do século XX a humanidade foi submetida a uma espécie de desdobramento paroxístico do Esclarecimento (Aufklärung) e de sua terrível dialética, ao invés do prometido triunfo de uma vida civilizada, racional e livre das praias da incivilização, o processo civilizatório se mostrou violento, genocida, amigo da guerra e da destruição. (SELIGMANN SILVA, 2018. P. 38)

É esse processo de destruição que nos interessa em análise, pois a construção do território que hoje é conhecido como “Brasil” sofreu com esses impactos ao longo da história. A colonização demarcou um período de truculência e múltiplas violências

com os povos que já habitavam esse território. A versão da história que coloca, portanto, os europeus e colonizadores como responsáveis por levar essa “civilização” e o “esclarecimento” aos demais povos é continuamente questionada.

Esse questionamento não é feito somente dentro dos meios acadêmicos e pelos historiadores que discutem as perspectivas historiográficas de forma conceitual. O entrevistado Adriano⁴⁵, em sua fala, traz essa noção política de que há algo “errado” nessa história:

A.: Como a gente aprende. Tipo assim, é... Já começou, tipo... Eu acredito que já começou errado, entendeu? Tipo forçando, escravizando para ganhar o território, o negro e os índios.

L.: É

A.: Entendeu? Tipo, escravizando e dando.. tendo autoridade total sobre o ser humano, matando quando que ele quer e a hora que ele quer matar se não fizer o que ele pediu. Pra mim isso já começou errado.

Como Adriano comenta, a escravização de povos indígenas e africanos e a dominação territorial europeia foram traços deixados por essa “tempestade do progresso”. De acordo com Gilberto Dupas (2007): “A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso trazido pela globalização.” (P.73).

Nesse sentido, defendo a importância de perceber que o tempo presente é o nosso fragmento de tempo necessário e indispensável para a ruptura dessa História que visa a noção de “progresso” como sendo um destino intrínseco da História. Sob a perspectiva da temporalidade, o historiador José de Assunção Barros (2011) analisa, sob os estudos de Reinhart Koselleck e Hannah Arendt, como as três instâncias do tempo, ou seja, o passado, o presente e futuro se articulam historicamente e impactam nas problematizações da atualidade:

Começaremos por lembrar que Reinhart Koselleck, em sua célebre obra *Futuro Passado* (1979), desenvolveu uma singular perspectiva de que cada Presente não apenas reconstrói o Passado a partir de problematizações geradas na sua atualidade – tal como já propunham os *Annales* e outras correntes historiográficas do século XX – mas também que cada Presente ressignifica tanto o Passado (referido na conceituação de Koselleck como “campo da experiência”) como o Futuro (referido conceitualmente como “horizonte de expectativas”). Mais ainda, para Koselleck, em cada Presente expressa-se também a possibilidade de se conceber de uma nova maneira

⁴⁵ A entrevista foi realizada no dia 26 de julho de 2022, na praia.

(ou mais) a relação entre Futuro e Passado, ou seja, a assimetria entre estas duas instâncias da temporalidade. (D'ASSUNÇÃO BARROS, 2011 P. 66).

Essa relação assimétrica que é citada entre as duas instâncias temporais é preenchida pelo presente⁴⁶ da escrita histórica. Partindo dessa prerrogativa, mas sem pretensões de dar cabo às indagações e interpretações históricas envolvidas na temática, me debruço sobre a reflexão de como a narrativa do progresso se atrela ao processo de acumulação de capital em Camburi.

Apoiada pelo cenário político de militarização do Estado no período da ditadura civil-militar, houve a aceleração desse “progresso” em Ubatuba. Os impactos foram sentidos diretamente na vida de uma série de povos tradicionais como os quilombolas, indígenas, caiçaras, pescadores e ribeirinhos que lá habitavam e que ainda habitam.

A década de 1970 foi um grande divisor de águas para Camburi. Isso porque foi em 1974 que se deu a construção do trecho rodoviário entre Ubatuba e a divisa do Rio de Janeiro, que possui cerca de 49,1 km e é chamado Rodovia Mário Covas, pertencente a BR-101.

A BR-101 é uma rodovia longitudinal brasileira, com 4.085 km de extensão. Sua construção foi aprovada pela Lei nº 4.592 de 29 de dezembro de 1964, em meio à ditadura civil-militar brasileira, que durou 21 anos.

Nesse período, a construção ideológica da noção de progresso técnico, moral e político esteve em vigência, colocando o Brasil a serviço do capital estrangeiro sob a bandeira do desenvolvimentismo.

Uma inabalável fé no progresso do país contagiou segmentos expressivos da sociedade. Estes acreditavam – tal como dizia o slogan ufanista da agência de propaganda do governo – que o Brasil era, de fato, “o país do futuro”. E o futuro parecia estar cada vez mais ao alcance das mãos. (CORDEIRO, 2009. P. 86).

O conceito de “progresso” foi assimilado e utilizado para pensar a construção do Estado Nacional brasileiro em diversos momentos na História, mas de formas distintas. A construção de uma rodovia que liga dois portos, o do Rio de Janeiro e de Santos, tem como objetivo “superficial”⁴⁷ um suposto progresso econômico atrelado às invenções técnicas e/ou materiais e ao escoamento de mercadorias.

⁴⁶ Que quando foi lida, já se tornou passado.

⁴⁷ A palavra superficial assume o significado de “aquilo que está na superfície”, do ponto de vista do passado histórico em questão.

No entanto, ao sair do objetivo supostamente raso do progresso e mergulhar na subjetividade das estruturas sociais, econômicas e políticas do Brasil das últimas décadas do século XX, se compreende que o progresso assume um objetivo ideológico e moral, atrelado a uma concepção de reafirmação da sociedade capitalista.

Do ponto de vista historiográfico, cabe pontuar que o conceito de progresso não nasceu no século XX. Ele pode ser compreendido de forma trans-histórica, pois atravessa diversos tempos. Da antiguidade ao mundo contemporâneo.

O progresso foi incorporando significados diferentes, de acordo com cada época e com cada intelectual⁴⁸ que o conceitua. De acordo com Jacques Le Goff (1990), por exemplo, o progresso é um “conceito eminentemente ocidental.”⁴⁹, muitas vezes atrelado ao ideal civilizatório.

A partir da década de 1960, além do progresso comercial que ligava as regiões portuárias de Santos ao Rio de Janeiro, houve também uma implementação de uma nova forma de “desenvolvimento e progresso” econômico pautado no turismo. É necessário entender que, a partir desse período, não se falava em um “turismo sustentável” ou sequer um turismo de base comunitária, feito por caiçaras e quilombolas para apoio às necessidades da comunidade.

Aqui, o turismo nasceu sendo um aliado do avanço do capital e da construção da BR-101 pelo Estado. Desse modo, a especulação imobiliária e a grilagem atingem o coração do território Camburi. Seguindo esse movimento, na década de 1960 foram idealizadas pousadas e casas de luxo no interior do território, ainda havendo tais construções em praias do Litoral Norte de São Paulo próximas ao quilombo.

Ao encontrar um número do jornal O Estado de São Paulo, datado de 24 de agosto de 1997, me deparei com a seguinte manchete: “Fraudes predominam em processos ambientais”, escrito por Silvio Bressan na coluna “Política”. Imaginei que pudesse se tratar de venda ilegal de lotes, mas a reportagem apontava para a compra fraudulenta de terras na região com vistas a garantir indenização por parte do Estado.

⁴⁸ Para ler mais sobre os intelectuais de cada período, verificar o capítulo “Progresso/Reação”, do livro “História e Memória” de Jacques Le Goff.

⁴⁹ GOFF, Jacques Le. História e Memória. Coleção Repertórios. Editora Unicamp. Campinas, 1990, (P. 125).

Com a política indenizatória do Estado aos ocupantes do território quando da criação das UC's, advogados, posseiros e grileiros compravam ilegalmente as terras de modo a receberem indenização em lugar da população nativa.

A principal origem do problema foi o Decreto 10.251, de 30/08/77, que criou o Parque Estadual da Serra do Mar, uma área de Mata Atlântica com 315 mil hectares no litoral de São Paulo. Cinco anos mais tarde, o governo declarou como de utilidade pública todos os terrenos particulares encontrados na área, os proprietários entraram com milhares de ações por indenização indireta. A maioria foi acolhida em todas as instâncias jurídicas, chegando até o Supremo Tribunal Federal, que teve o mesmo entendimento.⁵⁰

Apesar da reportagem enfatizar a questão ocorrida centralmente no território do Parque Estadual da Serra do Mar, o promotor entrevistado na reportagem avalia que esse esquema de fraudes foi utilizado com o mesmo objetivo em demais regiões do Brasil, tal como Bahia, Espírito Santos, Minas e Paraná.

O caso mais notório foi o do ex-procurador-geral de Justiça Antônio Araldo Ferraz DalPozzo, beneficiado por uma indenização de R\$72 milhões para uma área de Mata Atlântica pertencente ao sogro. O valor foi dividido em 36 parcelas e o pagamento só foi concluído no início do governo Covas. Embora o terreno fosse avaliado em R\$2 milhões por alguns corretores, o valor inicial requerido ultrapassava os R\$100 milhões. “O Araldo chegou a me ligar para explicar”, lembra Benjamin. “Eu lhe disse que jamais me convenceria de que um terreno em Paraibuna valia mais do que os japoneses tinham pagado pela Empire State Bulding (prédio de Nova York que já foi o mais alto do mundo.)”.⁵¹

Somado a isso, temos os problemas que envolvem a morosidade das titulações de terras de quilombo no Brasil, que estão cada vez mais ligados aos projetos de políticas públicas reacionárias e conservadoras, que favorecem a concentração de terras para o agronegócio.

Cabe ressaltar que o Brasil está à mercê de um cenário político econômico globalizado. Através dessa lente, o papel do agronegócio ganha outras proporções, justamente porque é a partir dele que compreendemos o papel da produção econômica brasileira, que do ponto de vista econômico-capitalista, se ligaria de maneira periférica ao mercado global. Sobre esse aspecto precisamos ter “a percepção da importância do mercado dos pobres como última fronteira de acumulação do mercado global [...]” (DUPAS, 2007).

⁵⁰ O documento pode ser lido integralmente no “Anexo 3”. O documento foi encontrado junto ao Relatório do Bairro de Cambury. Ubatuba - SP. 1ª Etapa. Coordenação Adriana Mattoso. Equipe: Maria Ignez Maricondi, Eliane Penna Firme Rodrigues, Alfredo Pereira de Queiroz Filho. Fevereiro, 1992. Contudo, ele estava solto, sem vínculo de paginação do relatório.

⁵¹ O documento pode ser lido integralmente no Anexo 3.

É impossível desatrelar o papel que o Estado possui no cenário atual do mercado globalizado. Contudo, Bourdieu nos lembra que:

o programa neoliberal tende assim a favorecer globalmente a ruptura entre a economia e as realidades sociais, e a construir desse mundo, na realidade, um sistema econômico ajustado à descrição teórica, isto é, uma espécie de máquina lógica, que se apresenta como uma cadeia de constrangimentos enredando os agentes econômicos (Bourdieu, 1998 p.138.)

As realidades sociais no Brasil são múltiplas e as terras, apesar do tamanho do país, estão em constantes disputas. De um lado, está a função social da terra, de outro, seu valor econômico de mercado.

Aqui, a terra está cada vez mais em jogo para assumir a perspectiva do capital. Aldemir Fiabani nos relembra que: “ao protelar a titulação, o Estado expõe as comunidades aos conflitos, expropriações, invasões, racismos, miséria e outros.” (FIABANI, 2008. P. 163).

É importante se voltar para a comunidade de Camburi para compreender qual é a perspectiva dos moradores sobre isso. Com esse olhar, retomo parte da entrevista realizada com as duas moradoras⁵²:

G.: Como o quilombo surgiu de uma liberdade, o povo fugiu para ter uma liberdade, a gente tem que guardar nossas terras como uma coisa muito preciosa, né, porque é muita gente querendo vir para Camburi.

L.: Sim.

Q.: Querendo ter o que a gente tem.

G.: Pessoas querendo ter o que a gente tem.

Q.: E assim, para eles querer o que a gente tem... é... que a gente tem uma coisa bem...prec..

G.: Valiosa.

Q.: Valiosa mesmo. Cê entendeu?

G.: Só que assim, o quilombo, ‘nóis’ como quilombola tem que guardar isso às sete chaves.

L.: Sim, eu concordo.

Q.: É que a gente é o único que vai ter condições de preservar, e de repassar isso para nossos familiares, né, nossos filhos, nossos netos.. porque se a gente não fizer isso...

Q.: Portanto ali tem uma placa ali, não...: “Proibido vendas de terra”.

Para as moradoras, a terra é também sinônimo de liberdade e da possibilidade da continuidade da existência. Tendo em vista a contínua tentativa de ocupação da terra por parte de pessoas de fora do quilombo, elas entendem a importância do protagonismo dos próprios quilombolas na defesa desse território. A utilização da palavra “valiosa” tem uma conotação dúbia e pode ser compreendida tanto no sentido

⁵² Entrevista realizada com Gisele Lucio Cruz e Queli Lucio Iartelli em 10 de janeiro de 2022.

da importância para a continuidade da comunidade, quanto de seu valor econômico - de compra e venda.

A placa citada por Queli, apesar de muitas vezes ignorada, é uma sinalização da proibição da compra de lotes, embora por si só, não seja garantia de cumprimento da lei. A primeira placa colocada já estava bem deteriorada, portanto foi trocada recentemente pelo ITESP.

Abaixo uma fotografia da Placa do Quilombo (ITESP), que foi tirada em 2019:



Fotografia: Marcia Costa Skirgaila, 2019.

Em seguida, uma Fotografia da Placa do Quilombo, tirada em 2021. Esse foi o ano de troca da placa:



Fotografia: Gisele Lucio Cruz, 2020.

Apesar das trocas, os dados familiares, as informações sobre o Quilombo de Camburi e a vigilância frente ao direito Constitucional da posse da terra ainda estão bem distantes de serem efetivos.

2.2 Esquecimentos e memórias quilombolas

“A memória é um fenômeno construído.”

(Michael Pollak, 1992)

A história se estabelece como processo de escrita e reescrita constante. Dentro desse cenário, há uma série de influências - políticas, sociais, econômicas, estruturais - que impactam naquilo que é escolhido para ser lembrado, ou seja, da memória, mas também do que será esquecido.

Essa discussão sobre qual o papel da história e, sobretudo, da memória, é tarefa de todos os historiadores e historiadoras e se mantém em constante disputa. Não há consenso - e, acredito que nunca haverá - frente a essa função. Por muito

tempo a tarefa homérica atribuída aos profissionais da história seria a de buscar a construção de uma “História geral”.

Mas afinal, isso é possível? O que isso significa na prática? No que tange o aspecto memorialístico, seria uma tarefa por si só, a meu ver, impossível de realizar. Portanto, parto do pressuposto de que toda memória e conseqüentemente tudo aquilo que se escolhe não incluir na história, ou seja, todo esquecimento, é uma escolha.

Sobre esse aspecto, Michael Pollak (1989), dentro do viés metodológico da História Oral, nos ajuda a trilhar alguns caminhos para começar essa discussão. O autor nos apresenta Maurice Halbwachs, que trabalha pensando sobre as influências que se estabelecem nas memórias coletivas europeias⁵³:

Assim também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de “comunidade afetiva”. Na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva. (POLLAK, 1989. P. 3).

Ressalto que é preciso cuidado na tentativa de estabelecimento da construção de uma memória coletiva nacional brasileira, aos moldes do que foi feito na Europa do século XIX. Primeiro, pois a construção da sociedade brasileira é atravessada pelo processo de colonização, que por sua vez estabeleceu miscigenação entre inúmeros povos de culturas, histórias e memórias diferentes. Segundo, porque, ainda hoje, parte dessa população tem suas histórias desvinculadas ao cenário do que seria uma “história nacional” brasileira, embora uma série de historiadores, antropólogos e movimentos sociais tenham se esforçado para que outros grupos sociais “excluídos” da História façam parte dela.

Nesse aspecto, reafirmo a posição de Michael Pollak (1989), que diz:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional. (POLLAK, 1989. P. 2).

⁵³ No caso, o livro se refere às memórias coletivas de Paris, especificamente.

Ao mesmo tempo que essa oposição à "memória nacional" tem sido feita no Brasil, esse cenário faz com que haja a força de constituição de uma "nova" história, que ganhou força principalmente no final do século XX. Hoje, já existe uma série de pesquisadores que estudam essa perspectiva e corroboram para que esses sujeitos, que outrora foram marginalizados, estejam no centro das memórias e narrativas históricas.

A meu ver, isso já se estabeleceu como uma mudança muito importante e significativa, porém isso não quer dizer que esse cenário seja estável e permanecerá constantemente assim, pelo contrário. Sobre esse aspecto, a construção das identidades individuais, sociais, coletivas e nacionais são atravessadas pelo caráter memorialístico, em que a memória e a história sempre se mantêm como disputas políticas:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. (POLLAK, 1992. P. 4-5).

Michael Pollak (1992), refletindo sobre a perspectiva da História Oral nesse âmbito, identifica quais são os elementos que constituem as memórias, sejam elas individuais ou coletivas. De acordo com o autor, esses elementos seriam: as pessoas, os lugares e os acontecimentos.

Os acontecimentos são divididos por Pollak entre os que foram vividos pessoalmente e os que foram "vividos por tabela", sendo, estes acontecimentos que não necessariamente a pessoa viveu, no entanto, fazem parte de um processo de assimilação de uma memória comum atrelada a determinado tempo e espaço:

Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992. P. 2).

É possível observar esse fenômeno das “memórias herdadas” em vários momentos das entrevistas realizadas com os moradores de Camburi e ao longo das observações coletadas no caderno de campo. Seguindo a divisão estabelecida pelo autor temos primeiramente, as pessoas, ou seja, personagens da História do quilombo, enfatizando as que foram mencionadas pelos próprios quilombolas.

As pessoas, por sua vez, se estabelecem na História como personagens centrais na vida uma das outras, mesmo que não pertençam ao espaço-tempo em que a pessoa vive. Ainda existe uma identificação dessa influência nas memórias coletivas do Quilombo, conforme veremos abaixo.

A primeira pessoa que gostaria de mencionar é D. Josefa, que é citada como sendo uma das precursoras do Quilombo de Camburi. Embora não tenha vivido na mesma época de quilombolas contemporâneos, ela é uma referência da história e memória coletiva do quilombo, sempre citada e lembrada pelos quilombolas e que, além disso, também aparece na construção História do Quilombo na “Coleção Terras de Quilombo”, iniciativa realizada pelo governo federal em 2016:

Por se tratar de uma região protegida, localizada entre a serra e o mar, o território acolheu no século 19 muitos escravizados em fuga. Foi esse o caso de cinco grupos que vieram para a região: os liderados por uma mulher chamada Josefa, os de nome Conceição, os Firminos, os liderados pelo “Velho Basílio”, e pela “Velha Cristina”, todos vindos de Paraty.⁵⁴

Outra pessoa que apresenta um caráter central nas memórias de Camburi é o Sr. Genésio⁵⁵, que era um dos responsáveis pela contação das Histórias do Quilombo. Junto a ele, também o Simão, que atuava em movimentos populares, auxiliou no processo de reconhecimento da comunidade pela Fundação Cultural Palmares e que ajudou a articular a luta de demarcação de terras na comunidade pelo ITESP. As pesquisas acadêmicas sobre Camburi, que foram realizadas antes desta, tais como as de Edison Santos⁵⁶, realizaram entrevistas com os moradores mais antigos. Tanto o Sr. Genésio quanto Simão também aparecem no documentário “Origens”⁵⁷, produzido por Lucas Machado e Thiago Huizar.

⁵⁴ Corrêa, Maíra Leal. Coleção Terras de Quilombo: Quilombo Camburi, São Paulo / - Belo Horizonte: FAFICH, 2016. p. 2.

⁵⁵ Seu Genésio foi o primeiro presidente da Associação do Quilombo de Camburi.

⁵⁶ SANTOS, E.L. dos. “Estação Memória Cambury: mediação cultural com os parceiros do rio que muda”. Dissertação de Mestrado, PPGCI, ECA-USP, 2013

⁵⁷ O documentário “Origens” é composto por 5 vídeos e está disponível no Canal: https://www.youtube.com/channel/UCL_K96O2eV68Bc-olICepMw/about. “Origens” surgiu como um trabalho de conclusão de curso da Universidade Federal de Ouro Preto, sob orientação do professor André Carvalho.

Em entrevista com a Queli, ela também cita sua avó D. Alaíde, que era irmã do Sr. Genésio. que era uma das moradoras mais antigas do Quilombo e que faleceu em janeiro de 2022, alguns dias antes da entrevista. Além dela, outros moradores citados foram o Badeco, e seu Alcides. Eles também são, atualmente, um dos mais antigos da comunidade de Camburi.

Por fim, seguindo a divisão do autor, temos os lugares, que podem ser públicos ou privados, próximos ou distantes da vida das personagens, que participam dessas histórias. Sobre esses locais relevantes na construção das memórias do Quilombo de Camburi temos: A toca da D. Josefa, a Casa de Farinha, a roça, como espaços atrelados às memórias específicas, mas também podemos entender os lugares como todo o complexo que envolve o território, no caso: o mar, as cachoeiras, a praia, ou seja, o quilombo.

Além do espaço vinculado diretamente ao território do quilombo, é perceptível a influência dos territórios ao redor: Ubatuba, Paraty e os demais quilombos próximos.

Os acontecimentos, por sua vez, também são inúmeros. Para essa reflexão, escolho relacionar os acontecimentos ligados à articulação da luta pela posse da terra: a formação da Associação, a emissão dos documentos com a prefeitura de Ubatuba, e a emissão da certificação da Fundação Cultural Palmares são exemplos que poderiam ser mencionados.

A reflexão levou à indagação: mas, afinal, como é feita a construção das memórias dos Quilombos no Brasil? E no Quilombo de Camburi?

A primeira pergunta é ambígua. Em um primeiro momento, a resposta adequada seria: depende do quilombo a que você se refere, pois eles são múltiplos em sua composição, identidade e, portanto, em suas memórias. Mas, quando analisamos novamente a questão, podemos relacioná-la com a perspectiva nacional de manutenção - ou apagamento - das memórias dos quilombos e isso inclui projetos políticos específicos de cada tempo histórico.

Paul Ricouer (1913) realiza, com grande dedicação historiográfica, sua obra sobre três elementos significativos para os historiadores: A memória, a história e o esquecimento. Ao falar sobre a memória, o autor traz em cena novamente Maurice Halbwachs, que já nos foi apresentado por Pollak.

Ricouer analisa parte da obra de Halbwachs afirmando sua tese central, de que a memória individual e a memória coletiva se interpenetram. Isso a nós não resta dúvidas. No entanto, prosseguindo em sua análise, o autor cita:

Não acontece o mesmo com a história, enquanto não for destinada ao que vai se tornar memória “histórica”. O autor [Halbwachs] se recoloca na situação de aluno aprendiz da história. Essa situação escolar é típica. Em primeiro lugar, a história é aprendida pela memorização de datas, de fatos, de nomenclaturas, de acontecimentos marcantes, de personagens importantes, de festas a celebrar. É, essencialmente, uma narrativa ensinada, cujo quadro de referência é a nação. (RICOEUR, 2007. P. 404)

Ou seja, a História é colocada por Maurice Halbwachs como algo a ser aprendido, de uma forma praticamente “passiva”, isso acontece porque, segundo o autor, a história é, em finalidade, pertencente à nação. Paul Ricoeur continua analisando a obra, indicando que seria:

Nesse estágio de descoberta, ela própria lembrada posteriormente, a história é percebida, principalmente pelo aluno, como “exterior” e morta. A marca negativa depositada nos fatos evocados consiste em que a criança não pode testemunhá-los. É o reinado do ouvir-dizer e da leitura didática. (RICOEUR, 2007. P. 404)

Agora, pensando em como se constrói as memórias no quilombo de Camburi, gostaria de discutir sobre esse aspecto, retomado uma das partes da entrevista realizada com Gisele e Queli⁵⁸, durante um momento que conversávamos sobre educação:

[...]

Q.: Mostrar para nossas crianças da onda que eles vieram, né, como que vieram dos antepassados das famílias deles.

L.: A educação é diferente também, né...

Q.: Porque isso não é dito né, na escola de hoje, sobre a cultura da sua comunidade, né? Da sua terra.

G.: Dos seus saberes, né...Das culturas tradicionais.

L.: Sim... É, acho que quando vocês estudaram também né, tinha muito... Vocês estudaram Camburi na escola?

Q. e G.: Sim.

L.: Sim?

G.: Sim, estudei em escola.

L.: Não... Mas estudaram o Camburi mesmo, vocês sabiam da história daqui?

Q. e G.: Não

Q.: A gente participou das Associações e aí a gente foi criando e aí eles foram falando. Na realidade...

G.: A gente foi aprendendo por ouvir, né...

Q.: Por ouvir nossos avós e nossos pais também, então a gente veio perguntando, teve uma curiosidade e veio perguntando para eles e eles foram contando. Como eles vieram pra cá, como os pais deles vieram...

G.: A sobrevivência...

Q.: E a gente foi tendo essa sabedoria, mais por conta que a gente teve essa curiosidade de perguntar pros avós como era a história deles antigamente eles foram contando.

L.: Sim, mas não pela escola em si?

Q.: Não, pela escola em si não. A escola em si, a história deles é outra.

⁵⁸ Entrevista realizada com Gisele Lucio Cruz e Queli Lucio Iartelli no dia 10 de janeiro de 2022.

A entrevista demonstra um reconhecimento importante, que é justamente o que estava sendo discutido por Paul Ricoeur e Maurice Halbwachs, que a História se estabeleceu como exterior ao sujeito, sendo que a História que é ensinada no espaço escolar não pertence a esses povos, por sequer citá-los. Não conversamos muito sobre o que seria ensinado na escola, mas conhecemos bem os currículos escolares brasileiros e sua centralidade nos estudos das nações⁵⁹, no caso sobretudo das europeias e do impacto delas na formação do Brasil.

Na fala das entrevistadas nota-se também que há uma preocupação com uma curiosidade por esse passado e com a transmissão oral das histórias do quilombo que é feito de geração em geração, dos mais velhos para os mais novos.

Nesse aspecto, me preocupei que as entrevistas realizadas englobassem pessoas de idades diferentes dentro do Quilombo, tendo como objetivo a construção da percepção da riqueza das memórias dos indivíduos que pertencem àquele território para a construção dessa história coletiva. Foi possível notar que, outrora, os “contadores da História” no quilombo de Camburi eram centralmente os homens mais velhos que ocupavam os cargos de liderança e eram indicados para falar sobre o local de forma pública.

Com a participação das mulheres na Associação e na tomada de decisões políticas, esse cenário mudou. Hoje, por exemplo, a Associação é presidida por uma mulher e isso corrobora para a transformação da história e da difusão de novos agentes de memória no espaço do quilombo. Trazer essa realidade à tona é um dos objetivos da escolha metodológica ao ressaltar as duas mulheres entrevistadas.

É ao longo desse processo de construção da História do Quilombo pelos próprios quilombolas que, a meu ver, há uma ruptura com a noção da História como sendo exterior ao ser-comunidade. A fala de Queli, nesse sentido, é extremamente emblemática ao demonstrar qual história está sendo contada nas escolas. Não é a dos quilombos e quilombolas. “A história deles é outra.”

A escolha do pronome possessivo “deles”, indica justamente isso, que a História é “posse” de alguém externo, ou melhor dizendo, de um grupo, por estar na terceira pessoa do plural, mas esse grupo não são os quilombolas e isso é observado e analisado, reconhecido e questionado.

⁵⁹ Com a ressalva que, na atualidade, a Lei 10.639 de 2003, por exemplo, corrobora para a transformação desse cenário.

A percepção de que há uma disparidade entre a história ensinada e a história vivida, apontada por Paul Ricoeur (1913), ao analisar a obra de Maurice Halbwachs, gera uma problemática que só será resolvida posteriormente:

No início, porém, certa violência vinda do exterior é exercida sobre a memória. A descoberta do que se chamará de memória histórica consiste numa verdadeira aculturação à exterioridade. Essa aculturação é a de uma familiarização progressiva com o não familiar, com a inquietante estranheza do passado histórico. (RICOEUR, 2007. P. 405)

Estranheza essa que, para Maurice Halbwachs será redefinida a partir do fenômeno da memória transgeracional, que seria a “[...] descoberta do passado histórico por intermédio da memória dos ancestrais.” (RICOEUR, 2007. P. 405), onde ele acredita que exista a “transição entre a história aprendida e a memória viva.” (RICOEUR, 2007. P. 405).

De certa maneira, é essa História “exterior”, ou seja, da nação, que por muito tempo promoveu o “esquecimento” da história do quilombo. E, de forma simultânea, é essa “familiarização com o não familiar” que gerou a potência do questionamento a essa “História exterior”.

Isso decorre da percepção de que embora cronologicamente os eventos dessa “História exterior” dialoguem com a formação histórica dessa comunidade, contudo, para o repensar das memórias ao longo da construção dessa dissertação, foram os agentes do quilombo que trilharam essa perspectiva junto ao meu trabalho de historiadora. Gisele, Queli, sr. Euclides e Adriano foram ensinando e demonstrando no ato de falar de “si” a importância de cada memória como uma possibilidade de construção histórica do território do quilombo, atrelado à História Oral.

Mas, para além do âmbito da história acadêmica aqui escrita, quem conta a História são os próprios quilombolas. A presidente da Associação tem uma fala que carrega um caráter muito representativo sobre quem escreve a História do Quilombo de Camburi:

Q.: O Badeco é uma pessoa que agora entrou com historiador, porque ele é quilombola e indígena, acho que a família deve ter se misturado, ele é o artesão mas top da comunidade, agora ele é professor nosso né, várias pessoas fazendo artesanato [...]

Todas essas memórias, individuais e coletivas, compõem uma grande teia para a construção da História dessa população. Além disso, é importante ressaltar que as memórias citadas não estão todas aqui, pois as entrevistas são longas:

Como a memória tem suas especificidades, é importante considerar que existem diferentes dimensões de análise possíveis para os depoimentos colhidos nas entrevistas. Um importante exercício é reconhecer que as falas estão organizadas a partir de um sentido maior construído principalmente pelo narrador. Ou seja, há um motor principal que estrutura a narrativa do depoimento e agrega informações e ideias e, geralmente, esse fio condutor está ligado a significados e a valores atribuídos pelo depoente à sua identidade ou à imagem que constrói para si de si mesmo - ou que quer apresentar ao outro [...]. (FERNANDES, Não publicado. P. 5).

Nesse âmbito, as análises das entrevistas, de forma geral, podem ser utilizadas como um elemento que auxilia no processo “Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum [...]” (POLLAK, 1989. P. 7), no caso, o território quilombola e, nesse sentido, estabelecer essa atribuição do direito à posse de terra, à memória e à História. Cabe a clareza aos pesquisadores de que a História Oral:

Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. (POLLAK, 1989. P.2)

Capítulo 3. O percurso do mar: Terra, educação e trabalho no Quilombo

Minha jangada vai sair pro mar
Vou trabalhar meu bem querer
Se Deus quiser quando eu voltar do mar
Um peixe bom eu vou trazer
Meus companheiros também vão voltar
E a Deus do céu vamos agradecer.

(Dorival Caymmi, 1957)

Até a década de 1960, as atividades econômicas centrais em Camburi eram a pesca e a agricultura. O calendário anual, assim como a noção do passar do tempo, eram demarcados pelo “momento de cada coisa”: havia o tempo de preparar a terra, o de plantar e o de colher. Esse é um aspecto importante da cultura quilombola, que ultrapassa o aspecto estritamente econômico-capitalista do trabalho.

Além disso, o trabalho agrícola, para além da alimentação em si, também é importante no âmbito educacional, justamente pelos saberes transmitidos de geração em geração ao longo do processo do plantio e cuidado com a terra.

Em Camburi, assim como em outros quilombos no Brasil, é realizada a agricultura de subsistência. Na roça trabalham tanto os homens quanto as mulheres, não há uma estrita divisão de gênero, representando um trabalho coletivo e comum a todos os integrantes da comunidade quilombola.

Não é de hoje que a posse de terras no Brasil é discutida pela História. A disputa pelo direito à posse das terras advém do longínquo século XVIII⁶⁰. Contudo, nos concentramos no final do século XX e início do século XXI, conforme o recorte estabelecido na pesquisa. Para isso, começamos a discussão do termo “terras de uso comum”, que é importante para os povos quilombolas.

O pesquisador José Maurício Arruti, se embasa no texto de Alfredo Wagner B. de Almeida (1989) para discutir sobre o paradigma das terras de uso comum. Dentro dessa obra, obtêm-se que essas terras têm como características:

⁶⁰ Para os conflitos da terra no século XVIII e XIX ler: MOTTA, Márcia Maria Menendes. Direito à terra no Brasil: A gestação do conflito (1785-1824). Ed. Alameda, 2ª Ed. São Paulo, 2012.

situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo de pequenos produtores diretos ou por um dos seus membros. Tal controle se dá por meio de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, [pelos] vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. (ARRUTI, 2006. P. 86).

Essa territorialidade coletiva aparece em vários locais do Brasil, porém, com nomenclaturas diferentes e “segundo as diferentes formas de auto-representação e autodenominação dos segmentos camponeses, tais como Terras de Santo, Terras de Índios, Terras de Parentes, Terras de Irmandade, Terras de Herança e, finalmente, Terras de Preto.” (ARRUTI, 2006, p.87). Todas essas terras são ocupadas em processos históricos únicos, contudo, elas se assemelham perante a necessidade da defesa de uma posse coletiva da terra por determinada comunidade.

Um dos traços centrais da construção da identidade das comunidades Quilombolas no Brasil é sua vinculação com a terra, por isso a preocupação na retomada do processo de demarcação. A possibilidade do reconhecimento coletivo das comunidades remanescentes de quilombo, por meio legal, marca uma característica de mudança e rompimento com um direito pautado no indivíduo e na implementação do direito voltado aos interesses de coletividades: “Em um processo expansivo dos Direitos Humanos, a própria idéia de sujeito de direito é alargada para, além do indivíduo, abranger entidades de classe, grupos vulneráveis e a própria humanidade.” (SOUZA, [s.d.], p.12).

Essa transformação do direito, de acordo com Souza [s.d.], se apresenta como uma configuração distinta à da propriedade privada, se atrelando a uma noção identitária e de pertencimento coletivo a um território.

A construção da luta por direitos jurídicos está associada não somente ao debate histórico-teórico-acadêmico, composto por intelectuais como Clóvis Moura, Flávio Gomes, Beatriz Nascimento e Abdias do Nascimento, por exemplo, mas existe, de forma síncrona e, muitas vezes entrelaçada, a uma militância política.

Nesse âmbito, os direitos étnicos passam a fazer parte da pauta de movimentos sociais, como é o caso do Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978. Além do MNU, no âmbito das terras de uso comum, o sindicato dos trabalhadores rurais do Maranhão e do Pará e o movimento camponês tiveram, na década de 1980, um protagonismo no mapeamento de comunidades negras rurais

nesses dois estados e na articulação política dos agrupamentos rurais. (ARRUTI, 2006, p. 86).

Nesse cenário, o termo “terras de preto” foi associado ao “remanescentes de quilombo” (ARRUTI, 2006, p.89) o que, por sua vez, indicaria cada vez mais a importância da perspectiva sociológica da composição étnica desses territórios e a necessidade da autodefinição.

Além da terra propriamente dita, no caso do Quilombo de Camburi, o território é composto pelas águas: os rios e o mar. Essa extensão da composição do território também tem causado uma série de conflitos. Para o Estado, o local onde se localiza o quilombo de Camburi é também determinado como terra da união, ou seja, de Marinha. Além disso, nas proximidades, tem sido observada a exploração petrolífera.

O mar, para os quilombolas de Camburi, é cenário de possibilidades. Aqui, trataremos de pensar: a pesca e o surfe como perspectivas de subsistência, trabalho e geração de renda para a comunidade. Começamos pela pesca.

A pesca, por sua vez, só é realizada pelos homens. A ida dos pescadores até o cerco acontecia⁶¹ em canoas confeccionadas pelos próprios moradores, geralmente feitas com a madeira de Ingá, de árvores que já estão comprometidas. Em Camburi, era comum encontrar tartarugas marinhas, que ficavam presas no cerco. Quando isso acontecia, os pescadores as traziam para a praia em suas canoas e informavam o Projeto Tamar, que foi criado em 1980 para auxiliar na preservação marinha.

O Projeto Tamar⁶² tem uma base localizada em Ubatuba e, assim que é contactado, vai até Camburi e verifica a saúde das tartarugas. Caso algumas delas precisem de cuidados, são levadas até a sede do projeto para o tratamento necessário e, posteriormente, são devolvidas saudáveis ao mar.

⁶¹ Em entrevista, os moradores indicaram que estão sendo fiscalizados e não podem mais pescar, além de mencionar a dificuldade de encontrar os peixes.

⁶² Para saber mais sobre a atuação do Projeto Tamar, verificar o site: <https://www.tamar.org.br/> Consultado em 20/10/2021.



Fotografia: Larissa Helena Costa, 2011. Tartarugas marinhas que são monitoradas pelo Projeto Tamar.



Fotografia: Larissa Helena Costa, 2011. Tartarugas marinhas que são monitoradas pelo Projeto Tamar.

A outra relação com o mar, que interliga as categorias de educação e trabalho, é o cenário do surfe. Dentro da comunidade existe uma escolinha de surfe, sendo um espaço onde as crianças, adolescentes e adultos quilombolas podem aprender essa prática esportiva. A escolinha é gerida por pessoas do quilombo de Camburi.

Os pesquisadores Ananda Veras de Amaral e Cleber Augusto Gonçalves Dias (2008), discutem de forma consistente quais seriam os motivos para a adesão da prática esportiva do surfe. De acordo com os dados levantados pelos autores, é o quarto esporte mais praticado no Brasil e o segundo mais praticado por homens brasileiros.

O surfe é um esporte que apresenta possibilidades distintas, favorecendo o lazer, um modo de vida e uma profissionalização. Hoje, uma das atletas que atua profissionalmente no cenário do surfe brasileiro é a Luana Soares, nascida em Camburi, quilombola. Ela é a atual campeã ubatubense, despontando como um nome importante para o surfe feminino no Brasil.

Essa construção esportiva é extremamente relevante para o contexto contemporâneo. Além do âmbito de profissionalização de atletas da comunidade, a própria escolinha de surfe também pode ser explorada pela população através do oferecimento de aulas para pessoas de fora da comunidade, permitindo uma outra possibilidade de trabalho e renda para a população quilombola de Camburi, sem que os moradores tenham que sair do quilombo para trabalhar.

Contudo, é significativo o apontamento que os autores Ananda Veras de Amaral e Cleber Augusto Gonçalves Dias (2008) fazem a respeito da prática do esporte dentro da perspectiva de comercialização:

O fato é que a dilatação dos canais de comercialização do surfe vai impondo novos sentidos e alterando parte dos significados para a sua prática. E essa é uma dinâmica particularmente importante no momento de pensarmos a maneira como um esporte se constitui socialmente. (DE AMARAL, DIAS, 2008. P. 11)

A crítica consiste na compreensão do fato de que grandes empresas, através do marketing criado, capitalizam a prática do surfe⁶³ e até mesmo tal “modo de vida”, como forma de criar produtos atrelados a essa lógica de consumo e produção

⁶³ Essa é uma perspectiva que ocorreu também - guardadas as devidas proporções - com o skate no Brasil, que saiu de um local de marginalidade e proibição para ser “vendido” ao longo do processo de transformação capitalista como um “modo de vida”.

capitalista, alterando a função social do surfe. As autoras Fernanda Brasil e Yara Carvalho (2009), comentam sobre essa questão:

Nestes cenários contemporâneos, não raro se vê expressões dos corpos sintonizadas com as tendências elaboradas e disseminadas pelo mercado que sinalizam para o interesse próprio a afirmação da materialidade corporal, os signos estéticos de beleza e juventude e o consumo das novas ideias e necessidades dentre as quais estão as formas de diversão e entretenimento afinadas com o imediatismo, com as sensações de prazer, excitação e aventura. Esses valores são atribuídos ao corpo e embasados na racionalidade científica moderna formada no desenvolvimento secular – apontada como causa da crise ambiental atual (LEFF, 2000; FUNTOWICZ; DE MARCHI, 2000) –, que contribuiu por separar o corpo do universo, fragmentá-lo e ditar seu “uso correto” mediante parâmetros científicos. Modo de conceber e tratar o corpo na cultura ocidental moderna que, segundo Silva (1999), caminha no sentido contrário de percebê-lo como base para uma perspectiva ecológica, muito mais se aproximando da dominação e sujeição, tal como se busca realizar com toda a Natureza. (BRASIL, CARVALHO, 2009. P. 219).

A meu ver, é necessário a manutenção de um cenário em que a preservação da natureza, a cultura caiçara e quilombola e o surfe se interligam. No entanto, ressalto que isso deve ser mantido pelas pessoas que vivem nesse mesmo território, tendo como perspectiva uma geração de renda e trabalho para o próprio Quilombo.

Do ponto de vista econômico, a implementação de patrocínios dentro do cenário esportivo não é incomum. As competições regionais e mundiais envolvem custos significativos com viagens, alimentação e equipamentos para a possibilidade de um treinamento técnico adequado e competitivo. Logo, por mais que exista uma resistência e um questionamento quanto à função social do surfe, os atletas quilombolas, no âmbito competitivo, também precisam de capital.

Alguns pescadores caiçaras também são surfistas e, quando não o são, dividem o mesmo espaço: o mar:

É fundamental não polarizar trabalho e obrigação, lazer e prazer, ultrapassar percepções fragmentadas, individualistas e simplistas das interações sociais. Não é raro imaginar a organização da vida do pescador como um todo integrado e harmônico que se realiza em locais isolados e paradisíacos; e, no pólo oposto, idealizar os surfistas reproduzindo o sentido da vida urbano-industrial no espaço ocupado pela Natureza, no sentido de dominá-la por meio de técnicas, a fim de garantir momentos de fruição por meio de práticas que instigam a aventura, a ousadia, a coragem e o risco como contraponto ao dia a dia cinzento, repetitivo e opressor da cidade. (BRASIL, CARVALHO, 2009. P. 231).

O que se torna problemático é que, como vimos, esse território também sofre influência das lógicas de consumo e produção industrial. Contudo, o surfe não se reduz à lógica da capitalização e é necessário pontuar que existem surfistas conscientes disso, não sendo possível consolidar toda uma prática dentro de um único viés de análise. É necessário repensar o mar entendendo sua imensidão e mutabilidade.

Entre o trabalho de lavrar a terra e pescar, existe também a possibilidade do turismo, que será trabalhado com mais zelo e minúcia no Capítulo 3 sob a perspectiva do turismo de base comunitária. O que interessa perceber é como, diante da dificuldade de sobrevivência nos períodos de baixa temporada, os quilombolas passam a buscar outros tipos de trabalho nos arredores da comunidade.

No caso das mulheres, é comum encontrarmos as que vão “para a cidade”⁶⁴, como domésticas e, no caso dos homens, tem os que se passam a trabalhar como caseiros ou pedreiros. O que se observa, por parte dos homens, é o trabalho em casas de veraneio fora do quilombo ou como pedreiros. Por parte das mulheres, pude observar que há uma vinculação ao trabalho doméstico e que geralmente acompanham os maridos nessas mesmas casas de veraneio, sendo comum essa divisão social de trabalho de acordo com os gêneros.

Outra observação significativa quanto à migração das famílias quilombolas de Camburi é que algumas acabam buscando outras oportunidades fora da comunidade. Isso é um cenário que está intimamente atrelado ao acesso e construção de uma vida digna. A dispersão familiar gera um problema do ponto de vista da ocupação e da vida comunitária no território.

O indivíduo “escolhe” sair e quando volta, muitas vezes demora para conseguir um pedaço de terra para reconstruir sua vida. Em entrevista⁶⁵ com Gisele e Queli, as duas indicaram que as dificuldades financeiras que os moradores do quilombo sofrem, acentuando essa dificuldade em relação à permanência da terra:

L.: Alguém da sua família foi embora, não mora mais aqui no Quilombo?

Q.: Tem, tem família que mora longe já.

L.: Sério?

Q.: Sim, é porque, eu acho que teve tanta repressão, depois dessa questão que o parque entrou, algumas famílias também, e a falta de emprego né, porque depois que veio a estrada entrou os... como é que fala? Os grileiros de terra né, que fala, então eles vieram compraram vários pedaços de terra nossos né, das nossas famílias, e aí quando a gente queria ter oportunidade

⁶⁴ Aqui a noção de cidade se refere ao Centro de Ubatuba ou a Paraty.

⁶⁵ Entrevista realizada com Queli e Gisele no dia 10 de janeiro de 2022.

de ter alguma coisa nessas terras não tinha como, porque eles venderam um valor, e aí acabou que...

G.: Eles demarcavam outra área...

Q.: Como eles eram analfabeto né, naquela época eles não tinham muito estudo, muito entendimento

G.: Sim, naquela época para eles era dinheiro...

L.: É, não sabia a quantidade...

G.: Eles só queriam se manter mesmo e não tinham como...

G.: Sim, e aí como eles não tinham documento, eles assinavam um pedaço, os grileiros colocavam um valor, assim, um hectare maior né, de terra, assim.. Bem maior. E já tinha assinado, depois quer reclamar já era, já foi.

Na entrevista é possível verificar que, ao contrário do que eu imaginava, a grilagem e venda ilegal de terras não ficou no passado. O conflito ainda permanece, e está atrelado também às dificuldades financeiras para sobreviver no território.

Em relação à essa mobilidade, não foi possível quantificar as pessoas que já migraram do quilombo, seus gêneros, idades e funções. Aos que voltam, enfrentam muitas vezes o fato de não terem mais acesso à terra. Esse é um problema que as “novas gerações” presenciam em seu cotidiano.

Repensar esse cenário da terra e do trabalho nos abre algumas possibilidades. Adriano⁶⁶ foi um dos moradores que apesar de ter atuado na pesca, como os homens do quilombo costumavam fazer, também trabalhou em uma série de outras funções:

L.: E você sempre trabalhou pra cá, que que você faz?

A.: Então, eu não, eh, eu trabalhei quando eu era mais adolescente, eu trabalhei na pesca, na, na, na, tipo, aí, traineiras.

L.: Aham.

A.: Assim, pra fora. Parte de empresas mesmo, né?

L.: Aham.

A.: E depois eu eu comecei a a a ficar mesmo aqui direto no Camburi mesmo aqui e fazendo artesanato. Eu faço artesanato também. Ah. Trabalho com artesanato.

L.: Ah é? Legal.

A.: Faço as artes então e hoje em dia eu tenho o meu bar aqui e vivo dessa forma.

[...]

A.: Aí fiquei no artesanato não, não, não fiquei só assim no artesanato.

L.: Aham.

A.: Depois eu peguei depois eu peguei eh trabalhei no parque ali, trabalhei no parque cinco anos, assim preservação ambiental que tem aqui na, sabe onde é ali na núcleo Picinguaba?

L.: Sei não.

A.: É logo aqui na frente aqui. Trabalhei cinco anos lá de Guarda Parque essa região aqui preservação e depois eu saí porque o Mário Covas é na contratado.

L.: Uhum.

L.: E aí nós tivemos que sair e aí eu fiquei aí fiz um barzinho aqui.

⁶⁶ Entrevista realizada com Adriano, na praia, no dia 26 de julho de 2022.

No dia em que entrevistei o Adriano⁶⁷, havia realizado uma oficina de pintura com as crianças na praia, então estava com os desenhos e lápis de cor. A meu ver, isso foi significativo para essa aproximação, pois ele, enquanto artista, pode expor sua perspectiva em relação à importância da arte-educação naquele contexto, até mesmo por falar sobre a sua forma de sobrevivência econômica através da arte, seja com pinturas ou com tatuagens de henna.

Além disso, conforme dito acima, ele também atuou no parque e dentro desse contexto trabalhou com pessoas que eram da cidade de Ubatuba. Mesmo com a proximidade geográfica, é possível perceber as diferenças do modo de vida e de atuação profissional.

A.: Eu trabalhei no parque, eu trabalhei no parque 5 anos como guarda parque, poxa eu eu... advertia as pessoas.

L.: É, porque tem pessoas que saibam disso para trabalhar com isso. Não adianta pegar uma pessoa de São Paulo, aí você coloca a pessoa que não entende nada de floresta e fala 'ai não pode', não pode porque? O que não pode? O que pode? Não existe isso.

A.: Não existe

L.: Tem que ser pessoa daqui. Isso também que está errado.

A.: Tá errado, então quer dizer, nós que que somos da região que trabalhei lá, eu adverti muito mano, oh mano, você não pode pegar isso aqui. Nós com arma, com revolver, com arma, com tudo. Os caras vão olhar e falar, oh mano, o que esses caras tão fazendo. E eu sendo nativo do lugar, aquilo lá me doeu muito porque, porque eu trabalhei no parque, isso lá em 91, 1991, só que é o seguinte, eu trabalhei no parque e vi... e via a necessidade do do... de mim ali.

L.: Exato.

A.: Eu tava vendo eu ali. Eu falei caramba mano, eu o aqui de de de bem dizer de polícia, ali policiando o bagulho, e achando que eu tenho o poder, e barrando o, a minha raça de se alimentar.

L.: Entendi...

A.: Eu acho errado isso aí. Uma parte tem que se preservar? Tem. Mas ao extremo não. Muitas vezes eu discutia com eles lá e eles falam pô Adriano, mas nós ganha disso e tudo... Eu sei, mas...

L.: Mas a gente come disso...

A.: A gente come disso, e outra meus avós veio disso. Eu to aqui com essa idade por causa deles então a gente tem que achar um meio de lidar com eles e não não chegar e falar, da aqui o peixe que você matou ou da aqui a sua caça que você matou... e os filhos deles? Eles não tem salário cara. Eu falei pra eles: Muitas vezes eu falei pra eles, salário tem eu, que to trabalhando aqui.

L.: Aham.

A.: Salário tem eu, mas eles não tem, aí ficava naquela uma... sabe quando você dá um soco um murro, na verdade, o cara tá falando a verdade. As vezes nós não temos a noção do bagulho.

L.: Sim... É mas se você não tivesse lá, as pessoas também não teriam essa consciência, porque...

A.: Não teriam...

L.: É consciência de quem vive. Por isso que é importante, é um papel muito contraditório né?

⁶⁷ Entrevista realizada com Adriano, na praia, no dia 26 de julho de 2022.

A.: Contraditório, porque, tinham pessoas da cidade que trabalhavam com nós, que era guarda também, e que pra eles mano, tipo, a turma do sertão, da da da praia, o caiçara, ou o quilombola ou o índio come e come. Mas come o que cara? Igual eu falava pra eles, vai comer da onde? Pra ele comer ele tem que caçar, plantar, ele tem que pescar. Igual eu falava pros guarda da cidade que ele não tinha essa noção.

Adriano reúne elementos importantes ligados à terra: a sobrevivência e alimentação, o trabalho. Nesse contexto, a educação também pode ser vista como uma aliada para a permanência dos quilombolas enquanto comunidade.

3.1 A educação quilombola

[...] uma professora quilombola, eu vou procurar correr atrás dos direitos da educação diferenciada da minha comunidade
(Gisele Lucio da Cruz, 2021)

Ao longo da construção da dissertação, o educar no contexto Quilombola se tornou uma questão significativa por alguns fatores: primeiro, que ao me debruçar sobre a questão do trabalho, intrinsecamente me deparei com a questão educacional sociocultural quilombola. Então, cabe pontuar que o conceito de educação nesse contexto não está relacionado somente ao universo escolar e ao letramento, embora exista esse valor intrínseco na palavra.

Educar na cosmovisão do lugar é também ensinar, por exemplo, como cultivar determinada espécie de planta, como colher os frutos da juçara, qual cobra é ou não venenosa, como cozinhar um azul-marinho e até qual formiga é mais perigosa. O saber está correlacionado com as práticas da vida cotidiana e são transmitidas desde cedo pelos mais velhos às crianças quilombolas.

Pensar a escola começou a gerar uma série de indagações, sobre como ela foi criada e quando, e foi assim que essa “investigação histórica” começou. Ao que indica o documento cartorial analisado, a escola:

No que pertine a gleba sob onde está erigida uma Escola e uma [? parte ilegível] negação no sentido de que a Fazenda do Estado já se encontra na posse, pois referido imóvel foi doado a Fazenda Municipal em 30.05.78 pela

Sociedade Pró Educação e Saúde na pessoal do seu representante legal a Sra. Virginia Lefevre que a época era a presidente.⁶⁸

Virginia Lefèvre⁶⁹, nascida em 1907 e falecida em 1987, foi professora e escritora de diferentes gêneros, sobretudo de livros infantis. Morando na região de Ubatuba, Virginia atuou na Sociedade Pró Educação e Saúde (SPES), que foi fundamental para a construção de escolas nas Comunidades de Caçandoca, Almada, Ubatumirim e Camburi. Na cidade de Ubatuba, há uma escola que leva seu nome, em homenagem por sua atuação junto ao SPES.

Através do documento, foi possível saber que em 1966 a escola precisava de reformas, mas não foi possível descobrir cronologicamente quando elas foram realizadas, quais foram as mudanças e se, na época, era a Prefeitura Municipal de Ubatuba a responsável pela manutenção:

Importante esclarecer que através da Lei Municipal nº 08.06.53, a Prefeitura Municipal de Ubatuba foi autorizada a criar uma escola no Bairro de Camburi, sendo que, em 21.12.1966 a Delegacia de E.E. de São José dos Campos, por intermédio da Inspetoria Auxiliar de Ubatuba, informou que essa escola necessitava de reformas e que a mesma seria doada ao Município de Dona Virgínia Lefevre.⁷⁰

Encontrada a documentação referente à escola, em que apareceu o nome de Virgínia Lefèvre, esse se tornou um ponto de muita curiosidade. Afinal, por muito tempo me questionei sobre como e porque Virgínia teria criado uma escola lá.

Para conhecer a história da escola, a partir da metodologia da História Oral, esse capítulo articula as experiências educacionais distintas de quatro moradores do quilombo. As entrevistas foram divididas em ordem etária, do mais velho para a mais nova, sendo: Sr. Euclides, Adriano, Gisele e Queli. Apesar das experiências distintas, alguns pontos abordados são significativos para pensar o processo educacional no quilombo de Camburi.

O primeiro morador de Camburi a contar sua trajetória educacional é o senhor Euclides. Pedi para que ele contasse um pouco da sua vida, infância e trabalho, sem

⁶⁸ Fonte integral disponível em Anexo1.

⁶⁹ Para saber mais verificar: TOPIC-EBIZERO, Amanda Vida e produção literária de Virgínia da Silva Lefèvre (1907-1987): um estudo introdutório - Guarulhos, 2021. 85 f.: Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021.

⁷⁰ Fonte integral disponível em "Anexo1".

determinar as questões, foi então que me surpreendi quando ele começou a contar sobre sua educação:

Entrevista 1: ⁷¹

L.: E aí o que o senhor contasse um pouquinho da sua história o que você viveu.

E.: História, a minha história é, primeiro eu não estudei, estudei muito pouquinho. Por quê?

E.: Porque naquele tempo eh esse lugar aqui aonde nós moramos era difícil, né? Era difícil pra todo mundo. Que morava aqui. [...] Então eh essa era a nossa convivência aqui no Camburi né? E mas aí da escola é não tinha escola no Camburi. Aí quando a escola chegou aqui a dona uma senhora que veio de de São Paulo o nome a o pessoal chamava ela de Virginia. Nós tratava ela dona Virginia.

L.: É

E.: É.

E.: Ela era uma diretora, ela não era professora. Ela era diretora. Daqui ela era diretora nossa né?

L.: Aham.

E.: É mas ela vinha de São Paulo e aqui ela vindo aqui eh veio fazer uma um eh como é que diz? Aí ela veio fazer uma que nem vocês, passear.

L.: Aham.

E.: Né? Ela veio passear aí encontrou o povo aqui desabrigado, não tinha escola, a criançada né? Só coitadinha andava por aí roupa não tinha também.

L.: Aham.

E.: Não tinha roupa. Aí ela, ela voltou pra São Paulo depois ela fez uma... ela fez uma uma escola de de de madeira cercada em tauba, né?

L.: Aham.

E.: Veio umas professoras, os professores lá e aí nós entramos pra escola. Aí que nós conhecemos. Eu na verdade eu quando fui pra escola eu tinha oito ano é, oito pra nove ano.

L.: Aham.

E.: Eu tinha. Aí eu sei que eu eu fiz o... naquele tempo era o primeiro ano né?

L.: Uhum.

E.: Primeiro, segundo e o terceiro ano. No terceiro ano eu estava com doze ano. Doze ano naquela época, hum meu pai coitado sozinho, né? E muito filho não tinha, não tinha condições de de dar roupa pra nós, de dar calçado.

L.: Aham.

E.: Aí nós tivemos que sair fora.

L.: Sair daqui de Camburi?

E.: Eu deixei a escola.

L.: Ah, você largou... Você largou a escola.

E.: É, eu larguei escola. Então não sei nada, eu não aprendi nada. Só fiz o terceiro ano e e cabe e aí tive que ir pro pro mar pescar. Pra ajudar meu pai, minha mãe, né?

L.: Sim.

E.: E aí vivia no mar [...].”

Seu Euclides, neste momento, continuou sua fala descrevendo como era o trabalho no mar. Fiz uma escolha metodológica, que implicava na realização dessa entrevista de forma mais fluida, com espaço para que ele contasse aquilo que fosse importante da própria história dentro do que se sentisse à vontade de falar, sem uma

⁷¹ A entrevista foi realizada no dia 23 de julho de 2022, com o morador Euclides Lucio.

estrutura tão rígida de perguntas e respostas⁷², entendendo que, naquele momento, ele pudesse se sentir mais confortável.

Além disso, do ponto de vista da mentalidade da pesquisa, a perspectiva era nortear esses estudos como um apanhado de memórias quilombolas, memórias essas que vem e vão, sendo lembradas e esquecidas, propositalmente ou não. Considero extremamente relevante que, logo no início e quando pedi para que ele contasse um pouco da própria história, ele tenha começado pela sua própria educação.

Aqui, cabem duas análises, a primeira diz respeito à organização das memórias e à linearidade da narrativa de sua própria vida e conseqüentemente de sua infância, que foi marcada pela escola. A segunda é sobre a perspectiva de seu Euclides ter “me analisado” e entendido que esse fosse um assunto de meu interesse, por eu ter me apresentado como pesquisadora e professora, afinal: “A “entre/vista”, afinal, é uma troca de olhares.”⁷³. (PORTELLI, 2010. P. 20).

Ressalto que, embora tenha citado o ambiente educacional no início de sua colocação, sua primeira fase demonstra a negação desse direito. Em seguida, o sr. Euclides começou a falar sobre o plantio⁷⁴, e, por fim, voltou a falar da escola, citando D. Virgínia. Antes disso, eu não havia comentado nada sobre ela com ele.

Isso é extremamente significativo, porém, é necessária uma pontuação a respeito. A fala do Sr. Euclides é um indício que dialoga com o que está mencionado no documento encontrado antes da realização dessa entrevista, citando a escola e o nome de D. Virgínia, porém a história oral como metodologia não tem como perspectiva reafirmar documentos.

As pesquisadoras e pesquisadores que trabalham com tal metodologia não utilizam as entrevistas como “verdades absolutas” e, menos ainda, para garantir as hipóteses de trabalho previamente construídas. As entrevistas de certa maneira “conduzem os caminhos” da construção da História, portanto, elas também são analisadas, interpretadas e questionadas com rigor.

A experiência com a entrevista do Adriano, mais conhecido no quilombo como Vaico, se deu de forma mais direcionada. O entrevistado pediu para que eu fizesse

⁷² Embora houvesse um questionário pré-estabelecido, conforme explicado no Capítulo 1.

⁷³ PORTELLI, Alessandro. Ensaio de História Oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010.p. 20.

⁷⁴ No trecho entre colchetes, o Sr. Euclides falou sobre a dificuldade de chegar de Camburi até Ubatuba a pé, quando era mais novo, sobre a alimentação e o plantio.

as perguntas necessárias, então conduzi nossa conversa, logo de início, especificamente para a questão de sua trajetória educacional:

Entrevista 2:⁷⁵

L.: E você estudou aqui também?

A.: Não, estudei em Ubatuba.

L.: Ah é? Até que série?

A.: Até a sexta.

L.: Sexta?

A.: É.

L.: Legal. Legal.

A.: Depois não deu mais. Porque eu fui pra pesca também.

L.: Aham.

A.: Então isso... isso é bem comum né? O pessoal vai pra pesca e para né? Interrompe os estudos...

A.: Interrompe os interrompe porque é a gente não não tinha uma não tinha, tipo assim, além de não ter uma estabilidade, não não tinha uma vida focada no ah vou fazer isso e a estabilidade também eh eh muito tem que ser muito forte nisso aí né?

L.: Aham.

A.: E a gente não tinha. Então quer dizer pra se manter, a gente cair pra ir pra cima mesmo tipo mesmo pivete mesmo adolescente. Nesse caso eu fui pra pesca né? Era um serviço bruto, mas eu fui, porque tipo, ganhava mais. Coisa que terra, criança os caras não pagavam um salário legal, tipo não dá...

L.: Aham

A.: Eu era criança, tinha 14, 15 anos.

L.: Ah, pequeno ainda, né...

A.: Era pequeno, eu fui pra pesca com 16 anos.

L.: Nossa, pequeno...

A.: Era muito novo. aí cheguei na pesca lá os cara tudo cavalão já uma coisa quer dizer eh as primeira vez que eu fui pra lá a turma fui pedir pedir emprego né? O serviço era assim é muito pesado também era muito pesado, então eles não davam porque olhava pra mim eu era criança. Mas depois não teve um primo meu daqui de Camburi que ele levou eu.

L.: Ah, entendi. É isso que ia apertar porque é difícil né? Como que vai essa criança pra lá? Tem alguém que... ajuda.

E.: Tem naquela podia né? Naquela época não podia né?

L.: Sim sim.

A.: Eu fui eu fui em oitenta e cinco, mil novecentos e oitenta e cinco.

L.: É oitenta e cinco faz um tempinho.

A.: Entendeu? Então aquela época ainda não tinha esse negócio de, ah a criança não pode trabalhar aqui.

L.: Aham. Eram outros tempos, né, era diferente.

A.: Era outros diferente de hoje né?

L.: Sim. [...]

Adriano, em sua entrevista, mesmo tendo uma pergunta mais direcionada ao estudo, falou brevemente sobre essa questão dentro da sua trajetória, se atendo a citar até que série estudou e na impossibilidade de continuar, mas não pontuou mais memórias da sua escola explicitamente. Porém, isso não significa dizer que não seja um cenário importante para Adriano.

⁷⁵ A entrevista foi realizada no dia 26 de julho de 2022, com o morador Adriano Elias Filho.

Por outro lado, ele comenta que durante o seu período escolar, que seria a adolescência, ele já teria começado a trabalhar, reconhecendo dois pontos significativos, o primeiro é que ele ainda era novo para isso e o segundo, que naquela época, ou seja 1985, para ele era “normal” esse tipo de situação. Provavelmente, Adriano pontuou isso pela perspectiva de “não-normalidade” desse tipo de situação de trabalho infantil atualmente, o que é, de fato, um avanço educacional e social. Além disso, o entrevistado cita que parou de estudar na sexta série, momento em que as crianças têm entre 11 ou 12 anos, e que começou a trabalhar aos 15. Não é possível saber somente por essa entrevista o que aconteceu para gerar essa diferença.

Do ponto de vista do trabalho, a vida do seu Euclides e do Adriano apresentam um ponto em comum: a pesca. Já no aspecto educacional, seu Euclides, que é 22 anos mais velho, começou seus estudos na escola que estava se formando no Quilombo com o trabalho e influência da professora e diretora Virgínia Lèfevre, enquanto Adriano, por sua vez, foi estudar em Ubatuba. Ambos tiveram que interromper seus estudos pela questão financeira, para apoiar na renda familiar, mesmo sendo de gerações diferentes.

As próximas duas entrevistadas são irmãs e escolheram realizar as entrevistas juntas, o que acabou se tornando uma conversa entre nós três. Esse é o motivo pelo qual, na transcrição das próximas duas entrevistas aparecerá as letras G e Q, de Gisele e Queli, respectivamente. Como Gisele é a mais velha, ela será a terceira entrevistada a ser mencionada. Ela foi uma das principais mediadoras dessa pesquisa, que me auxiliou imensamente e me fez repensar todo o aspecto educacional do Quilombo de Camburi. Por fim, sua entrevista:

Entrevista 3:⁷⁶

L.: Você estudou? Até que série escolar?

G.: Olha... A minha história de estudos foi em três etapas, né, porque... eu fui até a 8ª série depois eu tentei concluir, mas pela dificuldade do acesso eu fui até o primeiro ano... aí com minha persistência eu fui até o terceiro, parei, depois pela minha persistência eu fiz minha primeira licenciatura em pedagogia, finalizei agora em dezembro, [risos] com a graça de Deus. Uma camburiana aí, professora...

L.: Uhu!

G.: Né..Uma quilombola...

L.: Formadíssima.

G.: Formadíssima.

Q.: Uma professora quilombola!

G.: E vou procurar correr atrás dos direitos da educação diferenciada da minha comunidade.

⁷⁶ As entrevistas foram realizadas no dia 10 de janeiro de 2022, com as moradoras Gisele Lúcio da Cruz e Queli Lucio Iartelli, no camping Catumbi.

Q.: [aplausos]
L.: Que linda!
G.: É isso mesmo, é isso mesmo! Vou estudar para isso.
L.: Muito bom.
G.: É buscar o... saber mais, né, se aprofundar mais né.
Q.: Na história né, na nossa cultura.
G.: Na comunidade.
L.: Você acha que estudar é importante? Por quê?
G.: Muito importante. Porque a educação transforma a vida das pessoas né. Porque tem pessoa que estudou e fala assim hoje eu não vou fazer mais porque eu não tenho que fazer, o que continuar, né. Vou parar no primeiro, no quarto, no quinto, o que eu sei já tá bom. E não tá bom, a gente sempre, todos os dias está aprendendo algo novo pra poder passar, né aquilo que a gente aprende pro futuro que tá vindo aí.
Q.: Hoje eu assim, que não tive muito estudo, como eu falei na primeira entrevista, hoje eu vejo dificuldade, né, em várias coisas, em várias questões, em conversar, em me pronunciar, em dialogar para algumas coisas...
G.: E até emprego, dificulta né.
Q.: Dificulta muito hoje eu vejo a dificuldade que eu tenho em relação a isso.
G.: O que pede é o grau de escolaridade, né...
Q.: De me expressar assim como pessoa, pra alguma coisa assim, entendeu? O estudo ele leva você...
G.: E as pessoas daqui, por ser comunidade carente assim, eles tem uma mente muito fechada, sabe? Então eles pensam assim: Vou estudar pra que? Pra nada? Né... Vou acordar cedo, vou gastar dinheiro com material, com condução pra poder... Eles não pensam no futuro. Mas eu, como eu disse pra você, eu vivenciei várias etapas de estudo e hoje eu sou grata a Deus, grata, sabe assim, minha família, né, minha irmã também que nunca me abandonou e sempre me incentivou e minha história vai continuar até minhas raízes. Já tô falando pras minhas filhas vai fazer faculdade, vai estudar, porque isso é muito importante, né, para a nossa vida.

Conforme Gisele nos conta, sua formação foi realizada em etapas. Aqui, cabe uma ressalva de que Gisele cursou pedagogia, se formou em dezembro de 2021 e é a única camburiana que tem diploma de curso superior. Isso é extremamente emblemático e significativo, ainda mais pelo fato do curso escolhido por ela estar atrelado à educação.

Em sua entrevista, no entanto, apesar de narrar sua trajetória com muito orgulho, ela pontua a dificuldade de acesso ao ensino. Dentro de sua vivência, há uma afirmação da importância da continuidade dos seus estudos e da sua luta pelo cumprimento da educação diferenciada da sua comunidade quilombola, lembrando que essa fala está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Escolar Quilombola, que segue as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira.

Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural.⁷⁷

A partir das intervenções de Queli nas falas de Gisele, é possível notar que há uma dimensão coletiva na conquista desse diploma de ensino superior. Gisele abriu caminhos para que as próximas gerações pudessem buscar esse mesmo percurso, que atualmente está sendo o caminho trilhado por sua filha mais velha, que também escolheu o curso de pedagogia, impactando e influenciando outros jovens a buscarem a educação como perspectiva de vida.

A entrevista da Queli, citada nesse trecho, ocorreu alguns minutos antes da entrevista de Gisele. No entanto, Queli se sentiu à vontade para complementar sua fala, destacando alguns elementos que julga importantes em relação aos estudos e citando exemplos de suas maiores dificuldades, que são: “se expressar”; “conversar”; “dialogar” e “me pronunciar”.

Todas as palavras estão relacionadas à perspectiva da oralidade. Esse elemento adquire outra densidade ao compreender que Queli ocupa o cargo de presidente da associação do quilombo de Camburi. Sendo, portanto, uma representante política da comunidade.

A primeira entrevista que realizei ao longo da dissertação foi a da Queli. No trecho abaixo é possível verificar alguns pontos de sua trajetória escolar:

Entrevista 4:⁷⁸

L.: Você estudou?

Q.: Sim, estudei.

L.: Até que série?

Q.: Até o primeiro... do fundamental?

G.: Do colegial

L.: Legal. E foi aqui mesmo? O colegial não é aqui, né?

Q.: Não, é lá no Deolindo, na cidade.

L.: Ah Legal.

Q.: Eu não cheguei a completar ele, daí naquela época eu engravidei e aí eu tive que saí, porque eu estudava numa parte de cima que tinha escada e aí eu tinha medo de frequentar por causa da escada também. Daí eu acabei saindo da escola, não terminei.

L.: Entendi. Você acha que estudar é importante?

Q.: Muito, muito importante, porque né, assim, a gente tem um entendimento melhor das coisas. Fica sabendo de muita coisa. É ah, não sei. É importante.

L.: É Importante...

Q.: Pra nossa vida assim. O estudo é tudo, se a gente não tiver estudo a gente... não sabe das coisas, não tem muito saber né.

L.: Você sente falta de hoje de ter estudado alguma coisa que você queira estudar...

⁷⁷ Disponível em http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf

⁷⁸ As entrevistas foram realizadas no dia 10 de janeiro de 2022, com as moradoras Gisele Lúcio da Cruz e Queli Lucio Iartelli, no camping Catumbi.

Q.: Sim.

L.: O que você queria estudar... Ah, se pudesse estudaria...

Q.: Ah, eu queria fazer vários cursos, eu queria saber um pouco mais, matemática assim eu sou péssima, então...queria...

L.: Eu também (risos).

Q.: Saber matemática melhor, um pouco do português, da História...

Queli é mais nova que Adriano e seu Euclides e, apesar de ter mencionado suas dificuldades nos estudos, ela conseguiu estudar até o primeiro ano do Ensino Médio, embora também não tenha terminado essa etapa escolar. Além disso, diferente dos homens, que tiveram que parar seus estudos para ajudar no orçamento familiar, a interrupção foi para cuidar do filho, apresentando uma distinção em relação aos gêneros.

Diante das reflexões obtidas nas entrevistas e tendo como elemento comum em todas elas a interrupção - parcial ou total - nos estudos e a dificuldade de acesso ao ensino, fui levada à indagação e à tentativa de compreensão e mapeamento de quais seriam as principais dificuldades do quilombo em relação aos estudos. Vamos compreender esse cenário.

Atualmente, no Quilombo, no fim do primeiro ciclo escolar, dos Anos Iniciais do Fundamental I, os estudantes mudam de escola. A escola dos Anos Finais - 6º ao 9º ano - em que as crianças de Camburi continuam seus estudos é a E.M. José Belarmino Sobrinho, em Poruba. Terminado o ciclo básico, os estudantes entram no Ensino Médio e vão para uma escola no centro da cidade de Ubatuba, a E.E. Capitão Deolindo de Oliveira Santos.

Em julho de 2021, Gisele informou que a única escola do Quilombo, E.M. Maria Do Carmo Soares, atende 58 estudantes matriculados no Ensino Fundamental I - 1º ao 5º Ano dos Anos Iniciais, de forma multisseriada. Durante o contexto da pandemia, a escola ficou fechada para as aulas, mas esteve aberta para a merenda, onde as famílias poderiam retirar a alimentação para as crianças. O nome da escola é uma homenagem a Maria do Carmo Soares, que foi a primeira merendeira e teve seus filhos e netos criados no Quilombo.

Como não há Ensino Fundamental II e Ensino Médio no Quilombo, há um ônibus escolar da prefeitura de Ubatuba, que busca as crianças para irem à escola. A estrada até a praia tem cerca de 4 quilômetros, mas o asfalto ainda é bem precário e o caminho apresenta curvas sinuosas. Quando chove muito, o ônibus não consegue passar e as crianças precisam subir a pé, cedo, até a BR-101, para pegar o ônibus

escolar. Ressalto que não é incomum que as crianças cheguem atrasadas na escola, entrando somente na segunda aula, por conta do trajeto.

A evasão escolar está diretamente atrelada aos fatores econômicos: falta de materiais, livros, computadores, internet, transporte, alimentação. Uma das entrevistadas cita a importância de sua família como rede de apoio para a continuidade dos estudos. Nesse aspecto, ressalto que para além da entrada da população quilombola nos espaços educacionais, é indispensável que haja uma educação que de fato olhe para as especificidades que os povos precisam e garantam o suporte necessário para a continuidade dos estudos.

As dificuldades de acesso à educação mencionadas estão presentes no Ciclo Básico e no Ensino Médio, e se acentuam quando analisamos as possibilidades de acesso ao Ensino Superior no contexto dos povos quilombolas. A discussão sobre cotas e vagas destinadas às pessoas quilombolas, por exemplo, é muito recente. Em 2005, a primeira instituição a implementar a política de cotas para quilombolas foi a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 2007, a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), na Bahia, foi a primeira a implementar cotas para quilombolas em âmbito estadual.

O levantamento dos dados acima é realizado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), em divulgação do trabalho *Políticas de Ação Afirmativa para quilombolas nas universidades públicas brasileiras* (2019). A partir disso:

Vale enfatizar que todas as universidades públicas que aprovaram ações afirmativas para quilombolas, o fizeram por meio de resoluções próprias. Esse fato demonstra que tais políticas dependem consideravelmente da abertura dessas instituições à ação política das comunidades quilombolas, e do diálogo com intelectuais e militantes - de dentro e de fora do espaço universitário.⁷⁹

Ou seja, o debate educacional acadêmico das cotas como um todo, sobretudo para políticas direcionadas às comunidades quilombolas, precisa ser feito em um processo de articulação do movimento quilombola, da sociedade civil e das universidades estaduais e federais, pois a permanência das pessoas nos espaços acadêmicos acompanha, indiscutivelmente, o debate e a implementação das cotas

⁷⁹ Freitas, Jefferson B. de; Portela, Poema; Feres Júnior, João; Sá, Izabele & Lima, Louise. *As Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais* (2003-2018). Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, 2021, p. 22.

para graduação e pós-graduação, permitindo a continuidade dos estudos dos quilombolas.

A partir desse caminho apontado pela fala de Gisele citada no início do subcapítulo em questão, será possível atingir os pontos de orientação da CONAE 2010, que deliberou que é dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.

b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.

c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo.

d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.

e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.

f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.

g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas.⁸⁰

Nesse sentido, mais do que apontar um caminho ou solução única, essa reflexão se encarrega de nos fazer repensar as políticas públicas educacionais em todos os âmbitos, para de fato garantir o direito ao acesso à educação.

3.2 Os cenários do turismo em Camburi

Camburi das pedras é um nome que o próprio turismo colocou. Camburi é o que? Rio que corre? É, de acordo com os indígenas é rio que muda.

(Queli Lucio Iartelli, 2022)

⁸⁰ Disponível: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf CONAE, 2010, p. 131-132.

A partir da década de 1970, começa a existir uma transformação econômica no território do litoral norte de São Paulo, atrelada ao turismo. Mas, afinal, que tipo de turismo era esse? Ele sofreu transformações ao longo do tempo? Hoje, o turismo ainda impacta na região? São as questões que norteiam esse debate.

O turismo assume diversas vertentes e é propagado de maneiras distintas no mundo contemporâneo. No Brasil, isso se torna ainda mais evidente, dado o tamanho do território e sua multiplicidade. Sobre esse aspecto, comentam Santos e Ribeiro (2018):

O Brasil, com a sua diversidade natural e cultural, propicia diferentes possibilidades para a prática dessa atividade. Cada região, cidade e 80 distrito se apropria do turismo de acordo com a oferta de seus recursos naturais, culturais e históricos, configurando-se, assim, os atrativos turísticos. As diferentes possibilidades da prática do turismo determinam a segmentação conceitual para que cada vertente dessa atividade tenha características e instrumentos de planejamento e avaliação peculiares a cada oferta. (RIBEIRO; DOS SANTOS, 2018. P. 78)

Nesse sentido, dadas as especificidades de cada região e seus recursos naturais, culturais e históricos, para discutir sobre o tema, definiremos alguns conceitos que serão utilizados na dissertação para a compreensão dos cenários do turismo em Camburi

O primeiro é o chamado “turismo de massa”. Esse é um tipo de turismo, que se consolidou no século XX com a criação de grandes agências de viagem. Essas agências vendem pacotes que permitem o deslocamento em massa, ou seja, de uma grande quantidade de pessoas para um determinado local. Visando centralmente o lucro, não existe necessariamente uma preocupação política e social com o local ou com a comunidade que está sendo explorada e com os impactos que o deslocamento de uma grande quantidade de pessoas pode gerar.

Com a construção da BR-101 e o aumento da especulação imobiliária nos arredores, Camburi foi paulatinamente sentindo as influências desse turismo de massa, que, diferentemente de outras regiões do Brasil, não foi incentivado por grandes agências de viagem. Mas, além das transformações espaciais causadas pela construção das rodovias, o que pode ter gerado uma transformação tão grande em relação ao turismo em Camburi?

O litoral norte paulista é amplamente procurado, sobretudo nos períodos de alta temporada. Se outrora, Camburi foi um local “esquecido pelos turistas”, e que era “encontrado”, nos anos 1970, 1980 e 1990, sobretudo pelos que buscavam um local

mais “restrito e isolado”, hoje, isso não existe mais. Com a superlotação das praias vizinhas mais procuradas, tais como Trindade, Almada e Praia Brava, o perfil do turista que vai à Camburi também se transformou.

Desenhado esse cenário prévio de transformação, perguntei respectivamente a Queli e a Gisele como elas enxergam o turismo e se ele é positivo ou negativo. Vamos ouvi-las⁸¹:

- L.:** O que você acha do turismo? Os impactos são positivos ou negativos?
Q.: Na realidade são os dois, né? Tem o positivo, que a gente depende muito em relação financeira, a gente depende bastante deles também, porque vende os artesanatos, vende as alimentações, vende o peixe, vende várias outras coisas que a gente tem na comunidade. Em outras partes gera muito lixo, gera poluição, gera desmatamento, gera muitas outras coisas, então...
L.: Muito lixo, né..
Q.: É... Então o impacto é bem grande quando eles vem em quantidade.
L.: Sim...
Q.: Assim, quando é feriado de final de ano e aí depois que passa tudo isso e a gente vai ver... Ou até mesmo quando tá tendo feriado a gente vê que as lixeiras não suportam a quantidade, e as fossas também né, porque é muita gente, então acaba atingindo a natureza...
L.: Sim...
Q.: Em questão das fossas, porque aqui a gente não tem fossas, muitas pessoas não tem. Teve projetos de fossas sépticas que eles entregaram para algumas famílias, mas tem outras famílias que ainda não tiveram essas fossas.
L.: E você acha que assim, fora as fossas, que algumas não tem, tem outras coisas que precisaria ter pra comunidade? Que falta aqui, você acha?
Q.: Ah, eu acho que falta uma estrutura maior pra lixeira mesmo, né... E precisa saneamento básico na comunidade, isso é o essencial.
L.: Básico né!
Q.: Porque algumas coisas, algumas fossas, às vezes querendo ou não elas acabam jogando no rio, né, por não ter um direcionamento certo, né, ou uma fossa séptica, com um trabalho legal, e aí eles acabam né, vazando por baixo e indo pro rio, então... eu acho que é muito importante ter o saneamento básico, a lixeira que eu falei e outras coisas também bem básica, que são as pontes, a estrada né, que a gente precisa bastante...

A resposta de Queli nos faz refletir. É possível perceber a posição dialética que o turismo assume para a comunidade, por um lado, é o que garante parte significativa da economia para os moradores de Camburi, por outro, gera uma série de impactos como a poluição e o desmatamento. Além disso, a infraestrutura para a própria comunidade, como mencionado, já é precária e, com o aumento dos turistas, isso fica ainda mais evidente.

Nesse aspecto, basta ir a Camburi em alta temporada para observar na prática o cenário causado pelo turismo de massa com o processo de exploração e danificação

⁸¹ As entrevistas foram realizadas no dia 10 de janeiro de 2022, com as moradoras Gisele Lúcio da Cruz e Queli Lucio Iartelli, no camping Catumbi.

do meio ambiente, resultado de um sistema econômico que prevê a necessidade de acúmulo de capital.

Diferente de outros quilombos do Brasil, parte do turismo de Camburi não está atrelado à busca pelo conhecimento cultural dos quilombolas, mas sim à praia, que é onde o quilombo fica localizado. Nesse cenário, o processo econômico e de assalariamento da população de Camburi foi impactado pela redução da produção agrícola de subsistência e intensificação do comércio atrelado ao turismo.

Atualmente, os comércios são centralmente voltados à venda de alimentos e refeições através de restaurantes, um bistrô⁸², barracas ou “minimercados”. O movimento do turismo também gera a busca por atividades de lazer⁸³ na região - surf, stand up paddle, canoagem e trilhas para as cachoeiras.

Durante a entrevista⁸⁴, Gisele trouxe um outro elemento para a compreensão dessa transformação do turismo local:

- L.:** O que você acha do turismo? Os impactos são positivos ou negativos?
G.: São positivos e negativos também. Mesma resposta da Queli ali, porque o turismo para gente por um lado é bom, né, porque as pessoas trabalham no verão para sobreviver no inverno, aqui. E... o turismo, as pessoas quando vem agora pelo conhecimento de Camburi, né, que tem um grupo, acho que eles estão quase 40 mil membros, 50 já...
L.: Do Facebook? Ah, eu tô também.
G.: Camburi das pedras. Então as pessoas vão se conhecendo ali...
Q.: Camburi das pedras é um nome que o próprio turismo...
G.: E postando as imagens do local, e são umas imagens assim encantadoras né, então pessoas que nunca vieram, elas estão vindo pra cá para conhecer.
L.: Ah...
G.: Então o impacto é mais pela quantidade de pessoa que está...
L.: Sério?
G.: E às vezes o local não suporta tanta gente, né?
L.: Nossa, então foi por causa disso que começou a vir gente?
G.: O carnaval... Sim. Um foi mostrando pro outro, os amigos foram...
Q.: Antes da pandemia isso aqui praticamente.. entupiu.
G.: Então assim, tem seu lado positivo que é pra gente da comunidade e seu lado negativo porque assim, o impacto do meio ambiente fica meio... né... As cachoeiras.
L.: Muito sujo né?
G.: Muito sujo, as ruas...
L.: E o grupo, como que é...
G.: É mais lixo...
Q.: É muito som, sabe...É muito barulho, é muita bagunça

⁸² Espaço de café. Esse nome foi dado pela dona do local, que é quilombola. A palavra utilizada para a designação do espaço pode ser entendida como uma marca desse processo de influência cultural estrangeira.

⁸³ Isso não significa dizer que todas essas atividades são necessariamente “oferecidas” como um atrativo pela comunidade local. Embora algumas barracas de caiçaras tenham, esses esportes, muitas vezes, demandam a compra e manutenção de equipamentos caros.

⁸⁴ As entrevistas foram realizadas no dia 10 de janeiro de 2022, com as moradoras Gisele Lúcio da Cruz e Queli Lucio Iartelli, no camping Catumbi.

G.: Aí acaba com os vizinho aí da natureza.

As redes sociais são impulsionadoras da busca por lugares “desconhecidos” que exaltam uma natureza exuberante. Isso se faz também por uma perspectiva de aceitação social, “*status*”, e de um modo de vida sustentado por fotos de viagens, cada vez mais atreladas à exibição como perspectiva de consumo. Essa busca incessante por belos cenários fotográficos que promovam “likes” também gera um impacto cultural na comunidade.

Por outro lado, Gisele também aponta uma perspectiva diferente do grupo de Facebook, que é o de ser um local de sociabilidade. Analisando o grupo em questão, é possível verificar uma série de fotos antigas, memórias de Camburi e pessoas que se reencontram graças a esse espaço virtual. Hoje, 26 de novembro de 2022, o grupo de Facebook em questão, intitulado “Camburi das pedras, Ubatuba/SP/BR” é composto por 49,4 mil membros.

Percebe-se que o impacto se dá tanto pela quantidade de pessoas, que a estrutura física de Camburi não está preparada para receber, mas também pela falta de conscientização dos turistas. Em geral, o modo de vida acelerado das grandes metrópoles impulsionou essa busca, que apresenta pouca preocupação social-comunitária.

Esse cenário, demarcado por essa “dependência” dos turistas, tem sido constantemente repensado, tendo como perspectiva outros programas de geração de renda para a comunidade que vão além dessa relação comercial com o turista. Como ressaltado por Gisele, é um impacto que não se dá somente na comunidade, mas também na natureza, na vida dos animais e nos biomas.

Do ponto de vista da preservação ambiental, o impacto das trilhas, realizadas em meio à mata atlântica, tem sido discutido. A autora Maria do Carmo Oliveira Jorge analisou tais impactos em sua tese. Centralizando seu olhar para as trilhas da região Sul de Ubatuba, em São Paulo, buscou discutir os caminhos do planejamento e gestão ambiental da região, levando em consideração o potencial turístico e a capacitação de guias locais.

Sua análise passa por uma investigação metodológica criteriosa, com a construção de um inventário geológico/geomorfológico, demonstrando a degradação causada, a erosão no solo e os desequilíbrios ambientais tanto na fauna quanto na flora das trilhas, visando geopreservação da região (Jorge, 2017).

Com o turismo, até mesmo o nome “Camburi” se modificou, recebendo a alcunha de “das pedras”, para se diferenciar de Camburi de São Sebastião, que é outra praia do litoral norte mais conhecida e explorada pelo turismo de massa e pelo surfe. Essa perspectiva da exploração econômica do turismo faz com que o território tenha se tornado um campo de disputa de investimentos, mas também de cultura e modo de vida, como nos aponta o Adriano⁸⁵:

A.: Tipo assim, os costumes da gente eram de um jeito e aí ou a gente se retira, e deixa os costumes deles, né? Ou a gente o que vai fazer? Briga.

L.: Uhum.

A.: Vai ter sempre a briga. Ou você fez um foguinho aqui, ou você tá colocando roupa no no varal aqui.

L.: Uhum

A.: Que é o nosso costume caiçara, tá ligado e, tipo aonde a gente plantava já não vai dar plantar mais as vezes tá ligado? Ficou curto o espaço...

L.: Sim.

A.: Então quer dizer a roupa no varal já vai incomodar o turista que não está acostumado com essa situação, esse jeito de ser. O barulho dele já é outro tipo de barulho que nós não temos, às vezes ele vem com um estilo de música que não vai agradar nossos ouvidos, e nós quer sossego, já não vai ter mais.

L.: É verdade

A.: Então por isso que eu falo para a turma, que a gente tinha que barrar essa vinda extrapolada da turma de fora para o local.

Adriano traz em sua fala a questão do conflito. Isso demonstra que apesar do turismo de massa ser uma realidade para a população local, ainda há uma resistência frente a essa forma de consumo. Embora essa transformação venha impactando consideravelmente os hábitos e a forma de viver no quilombo, ainda existe a busca por outras perspectivas para a comunidade e a discussão sobre os limites do acesso dos turistas no local.

Uma das medidas práticas que surgiram no sentido dos limites estabelecidos pela comunidade foi a proibição de veículos estacionados na praia. Além das músicas altas que eram colocadas em carros diferentes, também se tornava perigoso, tendo em vista que é um local onde as crianças brincam livremente.

Além disso, existe a delimitação das áreas para acampar. Não é permitido que nenhuma barraca seja instalada na praia, somente nos espaços apropriados de camping.

O turismo, contudo, existe desde o final do século XIX e foi se consolidando ao longo do século XX. É no final deste mesmo século que surge, na América Latina, um

⁸⁵ A entrevista foi realizada dia 26 de julho de 2022, com o morador Adriano Elias Filho.

turismo que visa estabelecer outros tipos de relações sociais com as comunidades locais.

As primeiras iniciativas de uma organização turística cuja base é comunitária emergiu na América Latina, em meados dos anos de 1980, com o Turismo Rural Comunitário (TRC), incentivada por órgãos como o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), para atender à demanda internacional de turistas em busca de experiências pessoais originais, significativas e enriquecedoras. (SILVA, MARTINS, 2010 -2012, P. 63).

Nesse aspecto, a comunidade de Camburi trabalha junto à Associação de moradores e no diálogo com outros quilombos construindo coletivamente um segundo cenário: o Turismo de Base Comunitária, que surge como uma perspectiva alternativa ao turismo de massa, que não tem nenhum tipo de preocupação social com as comunidades envolvidas.

Q.: Turismo de base comunitária, que é um turismo que a comunidade mesmo faz, né? É... É vinculada aqui mesmo, não passa nenhum outro órgão, porque antigamente tinha o parque né, antes passava lá para depois passar nas comunidades. Agora o turismo de base comunitária não, a gente mesmo somos protagonistas de tudo. [...] Tem os monitores né, da comunidade, que eles fizeram um curso no parque para poder se especializar e fazer essas trilhas e ter o cuidado né, todo o cuidado, para poder levar os turistas mesmo e as escolas que vem, que querem conhecer a comunidade... E aí leva na casa de farinha, no contador de histórias né, que é o mais velho da comunidade.

Como Queli nos explica⁸⁶, o protagonismo e a autogestão do turismo são muito importantes para a população por conta da geração de renda, tendo em vista a necessidade econômica, mas também pela possibilidade de organização, de recebimento do turista e de educação sobre o que aquele espaço simboliza politicamente. Esse é um trabalho que se faz de forma muito cuidadosa pelas pessoas da comunidade, e que contribui para o conhecimento histórico e social do Quilombo de Camburi.

A fala da presidente da Associação dialoga com o que é discutido pelos autores Claudia Fernanda dos Santos e David Ribeiro no texto intitulado “Patrimônio afrobrasileiro e turismo: comunicando o modo de ser quilombola”, lançado na Revista do Centro de Pesquisa e Formação do SESC. Os autores reconhecem que o turismo feito dentro da comunidade e pela comunidade pode se tornar: “[...] meio para comunicar os valores socioambientais da comunidade e como meio para combater o racismo, uma vez que os quilombolas confiam no turista como um importante vetor de espraiamento de suas lutas.” (RIBEIRO; DOS SANTOS, 2018. P. 78).

⁸⁶ A entrevista foi realizada no dia 10 de janeiro de 2022.

Um terceiro cenário existente é o etnoturismo ou turismo étnico. De acordo com Santos e Ribeiro (2018), o turismo étnico-afro começou a ser discutido pelo Ministério do Turismo como uma modalidade específica durante os anos 2000. Embora não existam ainda muitas referências teóricas sobre esse assunto, é uma modalidade que surge a partir da ótica do turismo de base comunitária e das relações de identidade e ancestralidade africana e afrodescendente, no caso dos territórios de quilombo.

São diversas as opções de recursos que posteriormente podem se consolidar como um produto turístico, o que viabiliza a criação de roteiros ou circuitos idealizados na etnicidade fincada no turismo de base comunitária. Segundo Coriolano, “entende-se por turismo comunitário aquele em que as comunidades, de forma associativa, organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo” (2009, p. 201). O turismo comunitário ocorre de maneira integrada com diversas atividades econômicas, podendo também ser a base de outras formas de turismo. (RIBEIRO; DOS SANTOS, 2018. P. 82).

Dentro dessa ótica, além do protagonismo econômico e da valorização da cadeia produtiva local, o turista passa a ser visto como vetor de difusão das lutas quilombolas, do combate ao racismo, dos valores socioambientais e da consciência conservacionista ambiental.

De acordo com Santos e Ribeiro (2018), os arranjos produtivos locais pensados e organizados pela comunidade atuam de forma frutífera no cenário do turismo étnico. Além disso, indicam que: “São diversas as opções de recursos que posteriormente podem se consolidar como um produto turístico, o que viabiliza a criação de roteiros ou circuitos idealizados na etnicidade fincada no turismo de base comunitária.” (2018, p. 82).

Os autores, analisando o contexto nacional quilombola, indicam que os Arranjos Produtivos Locais (APLs)⁸⁷ estão relacionados a: Oralidade e transmissão de saberes; Culinária; Artesanato; Contação de histórias com os griôs; Danças; Músicas; Religiosidade; Modo de fazer e Hospitalidade (Santos e Ribeiro, 2018, p. 82.).

Em Camburi, dois aspectos culturais centrais elencados pelos moradores entrevistados, e que se inserem como Arranjos Produtivos Locais, são principalmente

⁸⁷ Os autores Santos e Ribeiro (2018), discorrem sobre o histórico do conceito de Arranjos Produtivos Locais (APLs), utilizando como base os estudos de Coriolano (2009). Segundo Coriolano (2009), esse é um conceito que surge no sul da Itália, em 1970, e auxilia na transformação da economia local, tendo em vista a crise econômica do período e as desigualdades sociais acentuadas.

o artesanato e a culinária. Analisaremos o artesanato, tendo em vista que a culinária será analisada com mais minúcia no tópico 4.1- A cultura alimentar.

O artesanato encontrado em Camburi é composto, principalmente, de objetos confeccionados com madeiras e palhas: cestos, colheres, objetos de decoração, acessórios e demais utensílios. Esses são feitos e vendidos pelos próprios moradores na praia ou em alguns pontos da estrada.

Uma série de pessoas dentro do quilombo fazem artesanato. Um dos nomes mais importantes nesse aspecto é o Sr. Badeco, que é quem transmite os conhecimentos artísticos⁸⁸ para as novas gerações. Um dos pontos levantados pela entrevistada Queli foi a herança familiar indígena do Sr. Badeco.

Para a realização dos cestos e demais objetos, dentre os materiais utilizados estão a timbopeva⁸⁹, que é um cipó, e a taquara encontrados no próprio território. Um dos exemplos está disponível na imagem abaixo.



Fotografia de Vagner Silva de Oliveira, julho de 2022. Cesto feito pelo artesão Badeco.

⁸⁸ Ressalto que, apesar da utilização do termo “artesanato”, tendo em vista a perspectiva do turismo que está sendo trabalhada na dissertação, esses são saberes artísticos complexos e que representam esse povo. A distinção entre “arte” e “artesanato” não necessariamente é feita pelos integrantes da comunidade, mas sim pelo olhar “estrangeiro”.

⁸⁹ Ou timumpeva.

Justina Maria Soares e sua filha Vanusa Soares dos Santos, moradoras do bairro, são artesãs que confeccionam manualmente as Tartarugas de tecido para vender. Vanusa conta que esse trabalho foi ensinado por sua mãe:

Ah eu na verdade, aqui assim, a relação de costurar e fazer a tartaruga eu aprendi com a minha mãe, eu sentava para ajudar ela e aí aos poucos eu fui treinando né, e comecei fazer, hoje sei fazer, só ainda não aprendi a cortar os moldes qui nem minha mãe. Hoje em dia ela quase já nem usa molde, faz tudo na vista do olho, né, esse aí eu não aprendi, agora costurar pregar e deixar ela perfeitinha prontinha, eu sei fazer. Eu aprendi com a minha mãe, desde criança.⁹⁰

Essa iniciativa de comércio artesanal foi formada em 1998, junto ao Projeto Tamar. As tartarugas são feitas de tecido e enchidas de areia, conhecidas como “Tartareias”⁹¹. Estima-se que a produção anual chegue a 2.500 peças e a venda ajuda na composição da renda familiar, principalmente nos momentos de inverno.

Além dos artesanatos da própria comunidade, há uma série de viajantes que acabam se hospedando em Camburi e vendem outros tipos de artesanatos - brincos, colares, pulseiras, dentre outros.

⁹⁰ ORIGENS. Op. cit.

⁹¹ Para saber mais sobre o projeto, consulta disponível em: <https://www.tamar.org.br/interna.php?cod=247>

Capítulo 4. Identidades e enraizamentos

Eu sou donde eu nasci. Sou de outros lugares.

(João Guimarães Rosa)

Ao longo do século XIX, houve inúmeras revoltas, sedições e fugas de escravizados, com a formação de diversos quilombos em todo território brasileiro. De acordo com a coleção “Terras de Quilombos: Comunidade Quilombola Camburi”, escrito por Maíra Leal Corrêa, em projeto realizado em 2016, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, Camburi foi um quilombo formado no século XIX:

O Quilombo de Camburi, formado há pelo menos 150 anos, foi constituído desde o princípio por escravizados e ex-escravizados vindos de Ubatuba ou Paraty, indígenas Karapeva, caiçaras e pescadores. [...] Por se tratar de uma região protegida, localizada entre a serra e o mar, o território acolheu no século 19 muitos escravizados em fuga. Foi esse o caso de cinco grupos que vieram para a região: os liderados por uma mulher chamada Josefa, os de nome Conceição, os Firminos, os liderados pelo “Velho Basílio”, e pela “Velha Cristina”, todos vindos de Paraty.⁹²

A autora relata que nesse território existiu a Fazenda Cambory, que faliu em 1855. Ela indica que foi produzida uma lista oficial dos escravizados. Embora eu não tenha encontrado esse documento, ele certamente possibilitaria, por exemplo, algumas pistas para reconstituição das famílias que lá habitavam. E, após a falência da fazenda, não tem sido possível saber como foi realizada a divisão das terras, se foram compradas, doadas ou ocupadas.

Dentro dessa ótica é que a palavra “enraizamento”, que está no título deste capítulo, é um convite à reflexão sobre a profundidade e complexidade das origens culturais e históricas, no que tange às questões quilombolas.

As comunidades quilombolas permaneceram ao longo dos séculos e, desde a Constituição de 1988, passou a ser possível legalizar os territórios, a partir do entendimento do que sejam os quilombos contemporâneos. Nesta perspectiva, com auxílio do historiador Flávio dos Santos Gomes (2015), voltamos ao debate acadêmico historiográfico procurando entender como eram entendidos os quilombos antes de 1988.

⁹² Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/camburi.pdf> p.2

De acordo com o autor, podemos dividir as imagens sobre os quilombos nesse período entre as visões culturalista e materialista. A visão culturalista, que esteve em voga entre os anos de 1930 e 1950, concentrava o olhar sobre o quilombo dentro de uma perspectiva de resistência cultural, contra uma opressão sofrida na colônia, buscando ressaltar a preservação de uma cultura negra no Brasil:

Nessas visões, seria apenas nos quilombos que os africanos e seus descendentes poderiam preservar suas identidades étnicas. A África era vista numa perspectiva romantizada, homogênea ou essencializada. Autores como Nina Rodrigues, Artur Ramos, Edison Carneiro e depois Roger Bastide argumentaram nessa direção.(GOMES, 2015. P.73).

Flávio Gomes (2006) ainda nos apresenta que uma das principais críticas à visão culturalista seria o fato de que:

Essas análises revelam uma concepção de cultura como algo estático e polarizado (cultura negra e africana *versus* cultura branca e europeia), que desconsiderar os processos de reelaboração e reinvenções. Cotidiano, tensões, cultura material, conflitos, sociabilidades, protesto, lutas e relações sociais complexas envolvendo senhores e escravos e formas de controle social eram menosprezadas visando ao entendimento genérico de determinado significado de *resistência escrava*. De forma reducionista, muitos indicaram, em última análise, que as ações dos fugitivos reunidos em comunidades não representaram ameaça à integridade do sistema escravista. (GOMES, 2015. P.12).

Já a visão materialista, perspectiva que vigorou entre as décadas de 1960 e 1970, veio na perspectiva de criticar Gilberto Freyre, com o quilombo aparecendo nas discussões como elemento central de resistência à escravidão.

Devido aos castigos e maus-tratos, os escravos resistiram à opressão senhorial fundando quilombos. Essas visões aparecem com força nos textos de Aderbal Jurema e depois Clóvis de Moura, Luis Luna, Alípio Goulart e Décio Freitas.⁹³

Nesse sentido, é importante pontuar que a perspectiva materialista ressaltava o caráter da luta de classes e, nesse momento, a historiografia esteve voltada a tentar definir o que era e como era a composição de um Quilombo, definindo critérios tais como a quantidade de pessoas, sua composição e organização, por exemplo.

Entre as duas visões, entretanto, há um aspecto que as unifica, que é o fato de que:

Nessas duas correntes, o aquilombamento aparecia como um processo que se dava quase fora da sociedade escravista posto que a escravidão era um mundo que “coisificava” socialmente o escravo. Seria no quilombo, enfim, num mundo fora da escravidão, que os escravos resistiram (cultural e

⁹³ GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015, p.73.

materialmente) à dominação. Só dessa vez os escravos puderam se tornar sujeitos da própria história. (GOMES, 2003, p. 126).

O aquilombamento foi um processo de incorporação e ocupação de terras, que se atrelou à formação de um campesinato negro no Brasil. Após a promulgação da Constituição de 1988, um dos pontos que começou a ser questionado junto à pergunta: “O que é um quilombo?”, foi a perspectiva de identidade e composição étnica dos quilombos.

Especificamente nesse ponto, a sociologia teve um trabalho significativo, pois o artigo 68 ressalta a importância da autodefinição da população quilombola. Esse é um marco político muito significativo, pois possibilita um reconhecimento coletivo e individual, considerando as especificidades históricas e as composições etnicamente diversas de cada quilombo, no entanto, não soluciona esse impasse profundo da etnicidade.

Uma série de cientistas sociais, antropólogos e historiadores que lidam com as questões identitárias no Brasil percebem a complexidade desse assunto, tendo em vista todo o processo histórico de colonização e de miscigenação da população brasileira. É preciso ressaltar que a miscigenação no Brasil nunca garantiu uma verdadeira equidade social entre etnias diferentes, nesse sentido, pensar identidade é uma tarefa constante e conflituosa:

A “identidade étnica” que se apresentou à descrição, por meio desse procedimento etnográfico, não poderia ser apresentada nem como a tomada de consciência das origens, acervos e heranças nem como produto de um contraste societário binário e estático, seja com relação aos “brancos” ou aos “índios”. Tais origens, acervos e heranças existem, de fato, como matéria ou imaginação, mas existem, fundamentalmente, como matérias múltiplas, em confronto entre si. As “identidades” e as “fronteiras” não resultam de determinadas heranças, mas do conflito entre elas, por isso, a “identificação” surge em meio a esse embate como o risco de giz sobre o solo, desenhado pelo ordenamento jurídico que atribui e suprime direitos, fundando uma distinção e um limite onde antes havia um território aberto às trocas sociais. A identificação é como um lance de conjuntura, ao mesmo tempo em que o resultado de uma longa negociação, em que se vão firmando vários compromissos, que, retrospectivamente, tornam inevitável, verdadeiro e necessário o caminho realizado. (ARRUTI, 2006. P. 232).

Atualmente, o Quilombo de Camburi é composto por uma multiplicidade étnica, nesse sentido, é importante frisar que dentro do contexto quilombola a questão do fenótipo não é o único critério de autoidentificação, embora saibamos que essas são comunidades com uma forte herança étnica e cultural africana.

Com o olhar de José Maurício Arruti, entendemos que:

Sob a perspectiva da etnicidade, o abandono do naturalismo (raça) ou de um historicismo (os quilombos históricos) não deveria levar à adoção de um culturalismo, conforme ele surge embutido naquela “afinidade eletiva” entre a questão negra e cultura no Brasil. (ARRUTI, 2006, p. 93).

A historiografia tem cada vez mais pensado sobre a interseccionalidade dos elementos históricos como classe, raça e gênero. Ao longo das entrevistas, a questão da identidade apareceu de diferentes maneiras.

Nas entrevistas realizadas com os moradores do quilombo, direcionei parte das entrevistas para tentar compreender como as pessoas se sentem em relação a ser ou não quilombolas, sua relação com a terra e se elas se sentem vivendo em uma comunidade. Queli nos conta sobre a proximidade entre as comunidades de quilombo da região e das diferenças nas identidades culturais de cada uma:

Q.: A gente conhece, quer dizer, eu conheço o Quilombo do Campinho, que é aqui em Paraty, depois de Trindade e também conheço a Fazenda né, que é o Quilombo da Fazenda, depois de Picinguaba, logo depois e aí tem também o do Itamambuca e o da Caçandoca, que são quatro quilombos do lado de Ubatuba né, litoral de São Paulo, e daqui de Paraty eu conheço só o Campinho, por enquanto. Mas tem Bracuí tem vários outros pra lá, que eu também conheço algumas pessoas de lá do Bracuí que participam também no nosso quilombo aqui.

L.: Legal...

Q.: Porque, o fórum de comunidades tradicionais também junta todas essas comunidades pra gente se encontrar e conversar um pouco mais sobre as comunidades.

L.: Que legal.

Q.: É bem legal e ajuda assim com questões de advogado e outras questões que a gente passa, que as comunidades precisam, então tem esse fórum de comunidades tradicionais que assim, ajuda muito as comunidades, os quilombos aqui.

[...]

Q.: Aqui na comunidade, falo pelo Camburi né, então, aqui tem o Quilombo e também tem o lado dos caiçaras, que é uma outra Associação.

L.: Ah, são duas

Q.: Então tem a Associação dos Quilombos e dos Caiçaras. Então... muitos quilombos se aceitaram ser quilombolas porque praticamente todos eram familiares né, de sangue, tudo... Mas muitos não quiseram se aceitar quilombola por religião, muitas vezes também por outras questões. Aí fizeram essa divisão de famílias né, também. Aí tem o quilombola e o caiçara hoje aqui no Camburi, na comunidade. Mas a comunidade é uma só.

L.: Legal.

Q.: E era pra ser todo.. o Camburi todo ser quilombola, só que aí algumas pessoas não quiseram demarcar suas terras também como quilombo e algumas quiseram.

Ressalto o fato da entrevistada ter mencionado as diferenças entre as “categorias” quilombolas e caiçaras. Em Camburi, esses são termos que, apesar de extremamente distintos, se entrelaçam pelo fato da comunidade estar localizada na praia. Contudo, parte da população do quilombo não se reconhece como quilombola,

somente como caiçara, gerando essa distinção política-identitária. Seu Euclides, por exemplo, demonstrou isso em entrevista, mesmo sendo nascido e criado no quilombo de Camburi.

E.: Eu sou caiçara e eu adoro a minha... eu amo a minha... eu amo caiçara. Porque a gente é caiçara, caiçara mesmo né... [passarinhos] eu amo a minha origem né...

L.: Sim, sua origem.. Mas é lindo né, não tem como não amar, é maravilhoso...

E.: Porque a gente que é caiçara, mas é caiçara-paulista.

L.: Caiçara paulista? Como que é caiçara-paulista?

E.: Nós estamos no Estado de São Paulo, então aí, nós somos caiçara paulista, porque pra lá, de Paraty pra lá já é fluminense...

L.: Ah, aí já tem o caiçara fluminense?

E.: Aí já muda!

[...]

E.: Tem lá na... tem outro lugar aqui de Ubatuba, bem pra lá, que também é quilombo, também... esqueci o nome do lugar, sabe? Uma vez a minha esposa foi lá com o meu menino, fazer uma caravana lá, teve uma reunião lá né, ela foi... Eu não fui porque eu não sou quilombo. Você acha que eu sou quilombo? Eu não sou né...

L.: Para mim, na minha cabeça, todo mundo que mora aqui é quilombo. É quilombola.

E.: Mas eu... Ah tá, entendi...

L.: Porque pra mim como é Quilombo de Camburi e eu sempre conheci assim, todo mundo é caiçara e quilombola, mas eu sou de fora né, então, não sei... Por causa do lugar, entendeu? Porque a primeira vez que eu ouvi falar me disseram: 'quilombo de Camburi' aí toda vez eu sempre achei que todo mundo fosse do quilombo, quilombo...

Outro questionamento que surgiu, com a complexidade dessa composição étnica e identitária, foi se os moradores do Camburi ainda se sentiam vivendo em comunidade. Essa pergunta foi respondida por Queli e Gisele.⁹⁴

L.: Em sua opinião, Camburi é uma comunidade?

Q.: Sim, é uma comunidade. Um bairro, uma comunidade, eu não sei nem o que que é mais. É tanta gente entrando...

L.: Ainda hoje?

Q.: Por conta da questão de especulação imobiliária né, então aqui tem muita gente de fora já, né...

L.: Sério?

Q.: Então fica difícil né, não sei se é bairro, se é comunidade, fica meio difícil de tanta gente que tem.

L.: Nossa, não sabia...Eu achava que tinha parado assim, que tinha sido durante um tempo...

Q.: Parado nada, é cada vez mais as pessoas estão comprando e as pessoas daqui ficando com dificuldades financeiras e vendendo suas terras, uma terra que não é pra ser vendida, é pra ser passada né... para seus familiares, mas não é isso que a gente está vendo...

L.: Sim...

Q.: A gente está vendo que as pessoas de fora tá comprando e tá construindo, tá desmatando e poluindo e tá acabando com a nossa terra.

L.: E aí depois larga né...

⁹⁴ Entrevista realizada com Gisele Lucio Cruz e Queli Lucio Iartelli em 10 de janeiro de 2022.

Q.: Sim. Porque aqui muita gente não tem entendimento, então se você der um valor ali, ele já acha que é muito, porque eles nunca viram aquele valor na vida e pra eles é muito, então se eles gastarem aquilo, já era. Agora a terra já é de outro. Então uma terra se você vender você perde né.

L.: É verdade né, é muito triste que isso aconteça.

Q.: É tão rico e eles não sabem a riqueza que eles têm em mãos né.

L.: Sim.

Q.: Porque aqui tem tudo, a gente tem água, a gente tem natureza, a gente tem ar gostoso né, não poluente,

L.: Sim...

Q.: Tem energia, tem tudo...

L.: E no fundo é uma coisa que realmente assim, é o que você falou, você foi atrás disso tudo, porque você foi para a associação, mas se as pessoas não conversam sobre isso, se elas não têm interesse... elas não têm como saber.

Q.: Se elas não têm interesse, elas não sabem. Assim, não tem esse interesse de querer saber e também passar, porque como que você vai passar uma coisa que você não sabe?

L.: Sim, é verdade. E aí é saber da própria história né...

Q.: Uhum. E toda vez que alguém chega falando: "Ah, eu quero comprar um pedacinho aqui" eu coloco o meu posicionamento, que hoje eu vejo que não pode. Isso aqui é de família para família, é uma área quilombola, então se você passar você está fazendo errado.

L.: Eu também acho.

G.: As origens né, as culturas são diferentes...

Q.: É porque... se eles entram, eles vão acabando com isso, porque eles não têm essa vivência né, que a gente tem.

L.: Sim...

Q.: E aí vão se acabando.

G.: Eu li uma passagem que falava assim: quando a pessoa vem de um lugar para a cultura de outra, a pessoa tem que vivenciar a cultura daquele e não tipo, trazer a dele e querer infiltrar. Se tem uma cultura, tem que seguir aquela cultura, porque ele já saiu do lugar dele para poder vivenciar um outro lugar que é diferente...

Q.: Mas não adianta que não é assim.

G.: É, nem todos pensam dessa forma.

L.: É muito difícil né, também, o contato entre as culturas, porque...

Q.: Que nem, eu vejo assim, pra quem chegou naquela época, que vivenciou bem aquilo que a gente...

G.: Hoje ainda briga...

Q.: Ainda briga por essa questão

L.: Aham

Q.: Mas agora quem tá chegando agora, que a tradição não tá tão forte assim, aí eles não querem nem saber da nossa tradição, quem tá fez, o que está acontecendo o que não tá, se vai seguir ou não, só quer aproveitar a vida mesmo.

É possível ver que a comunidade de Camburi está bem longe das ideias coloniais de "quilombo arcaico". Há muitas pessoas no local - tanto moradores, quanto turistas e pessoas de fora que chegam para morar - e as trocas culturais são constantes.

Apesar do termo "troca cultural", isso não significa que isso ocorra de forma pacífica e horizontalizada. As entrevistadas deixam bem claro que essas diferenças muitas vezes podem trazer um "apagamento" da cultura tradicional quilombola e um

desconhecimento sobre a forma de cuidar da terra e da vida em comunidade. É a representação dos conflitos.

4.1 A alimentação como cultura

A alimentação é um ponto de análise significativo dentro do aspecto histórico e antropológico. Primeiro, pois essa é uma das ações comuns entre todos os povos ao longo de toda a humanidade. Não existe, portanto, nenhum tipo de cultura humana que não pratique esse ato. Ao mesmo tempo, o que se come, quando e por que são traços que diferenciam significativamente as sociedades ao longo do tempo, levando em consideração o clima, os modos de produção, a terra, a disponibilidade de alimentos, as especificidades de cada região e as escolhas comunitárias.

Assim como todo âmbito cultural, a alimentação também não tem um caráter estático, pois sofre influências distintas e as trocas são constantes, ainda mais no mundo globalizado. De acordo com a autora Alexandra Santos:

Como um dado, a alimentação se inscreve no quadro de atos sociais cujo poder simbólico permite a compreensão da formatação da cultura de uma sociedade, ou de um grupo social. As escolhas alimentares, entretanto, não ocorrem em um movimento estanque de outros fatos do cotidiano. Há uma relação dialógica entre aquele que come e a comida. Mapear o quadro das escolhas e dos rituais que envolvem os hábitos à mesa significa, em certa medida, sistematizar parte da história e da composição social de um grupo. Há, por trás dos rituais da alimentação, um universo simbólico que ultrapassa as margens dos pratos e das panelas. A transformação não ocorre somente de dentro para fora. A comida começa a alimentar a partir dos roçados, dos mercados, dos pastos; e não dos talheres. O percurso do alimento é crivado de representações sociais. (SANTOS, 2012, P.57).

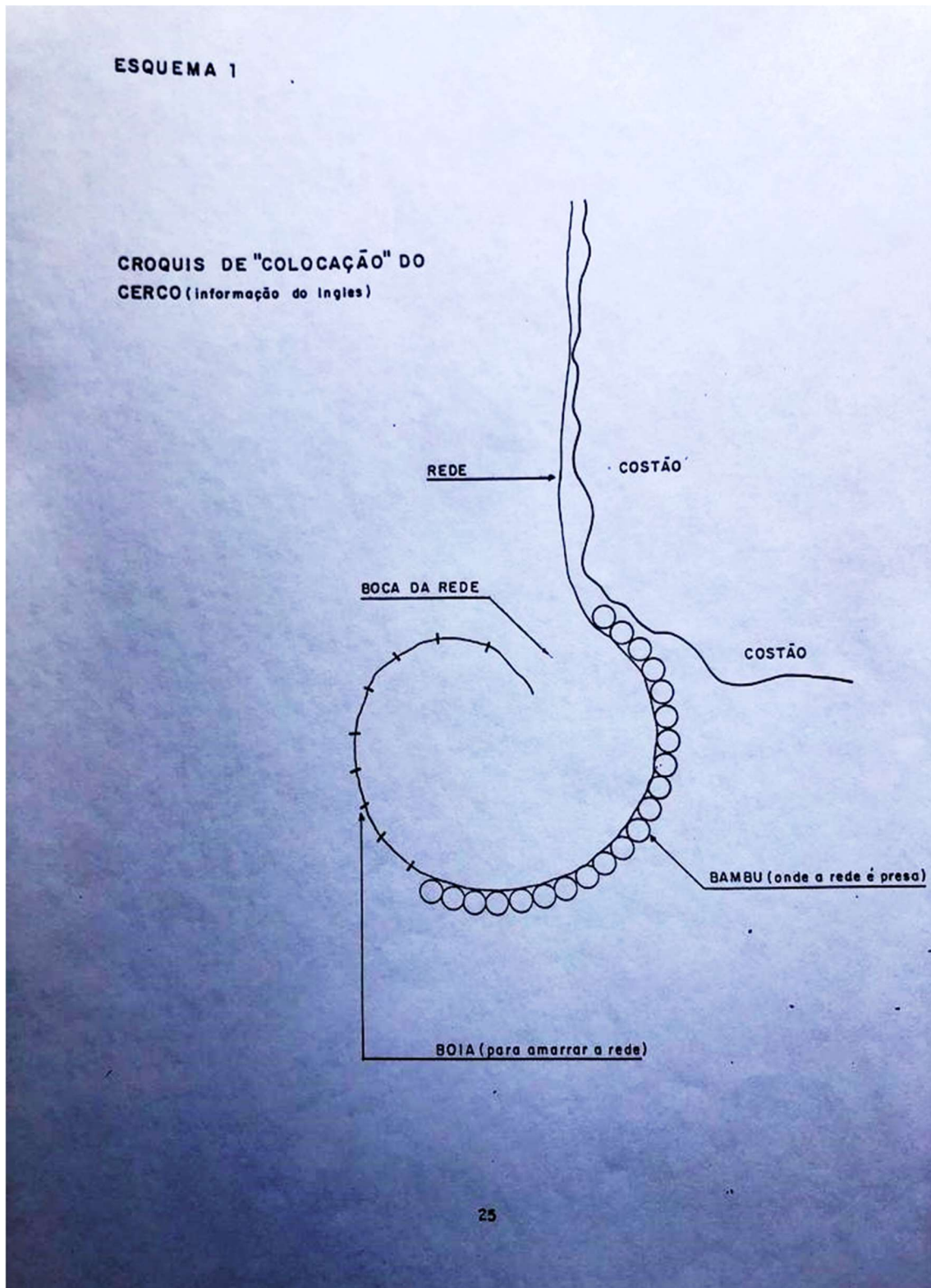
Com as comunidades quilombolas isso não seria diferente. Portanto, partindo do pressuposto de que compreender os hábitos alimentares é compreender a cultura de uma sociedade, a proposição é trilhar como o alimento chega até a mesa dos moradores da comunidade de Camburi e perceber se houve alguma mudança nesses processos ao longo do tempo. De antemão foi possível identificar dois pontos centrais da cultura alimentar da comunidade: a pesca e a agricultura, respectivamente. E esses serão o nosso norte.

No caso de Camburi, a alimentação foi considerada pelos próprios quilombolas como um dos traços importantes de manifestação das identidades étnicas e culturais. Um dos pratos típicos da culinária do Camburi é o Azul Marinho, um peixe cozido com banana e acompanhado por pirão feito com o caldo do próprio peixe e farinha. No

Quilombo de Camburi, a autoidentificação do “ser quilombola” também é atravessada por uma outra categoria, a do “ser caiçara”. A fala de Moisés demonstra essa dimensão simbólica:

Toda pessoa que nasce aqui na região de Ubatuba é um caiçara, mas pra ele se manter como um caiçara ele tem que continuar fazendo as atividades que um caiçara faz. Nossa atividade é mexer com pesca, com artesanato, com roça. Se um caiçara que mora aqui, por exemplo, não conhecer o que é um azul-marinho, ele não é um caiçara de verdade. Por exemplo, alguém lá da cidade fala <<Eu vou lá pra terra dos caiçara comer um azul-marinho>>, chega aqui e pergunta pra uma pessoa que está morando aqui, que é um caiçara, fazer um azul marinho e ela não sabe aprontar, ela praticamente não é um caiçara, assim dos legítimo. Ele não é um conhecedor das profundidades dos caiçara. Então *existe uma diferença*.

Por Camburi estar localizado em uma região litorânea, a pesca desempenha um papel alimentar, cultural e econômico, sendo fundamental para a população. A pesca era artesanal e feita através do "cerco", que é um método em que a rede fica presa no mar por uma estrutura em espiral.



Croqui de "Colocação" do Cerco – 1992⁹⁵

⁹⁵ Relatório do Bairro de Cambury. Ubatuba - SP. 1ª Etapa. Coordenação Adriana Mattoso. Equipe: Maria Ignez Maricondi, Eliane Penna Firme Rodrigues, Alfredo Pereira de Queiroz Filho. Fevereiro, 1992. p. 25.

A pesca apresenta seu próprio tempo, estando associada às estações do ano. Algumas espécies de peixes são mais abundantes em determinados períodos, como é o caso do pescado, mais comum nos meses quentes. Outro exemplo é a tainha, que costuma ser mais abundante no inverno.

O excedente de peixes também era comercializado tanto entre os moradores quanto para os turistas da região. No entanto, ao longo das visitas em campo, ouvi de diferentes caiçaras que a pesca estava mais escassa. Essa informação se confirma em entrevista com Antônio da Conceição, o “Sr. Inglês”: “Aqui vendia muito peixe, tinha tudo do bom e do melhor, carne sempre da boa. Peixe bom, cavala, peixe bom. Nós vivíamos numa vida boa. Muita farinha, muita mandioca doce. Hoje não tem nada aqui!”⁹⁶

Para minha surpresa, ao longo de uma das entrevistas realizadas, o senhor Euclides mencionou um aspecto de mudança em relação à cultura alimentar do quilombo, que me impressionou justamente pelo fato de eu ter vivenciado essa cultura. No entanto, hoje, essa prática não existe mais:

- E.: No verão... no verão cê, cê tinha um, um senhor da Picinguaba, que tinha um cerco. Você já viu um cerco?
L.: Eu já vi, quando o senhor falou do mar, eu achei que era de ir, de ir no cerco, que eu já via o cerco de pequeninha que eu vinha para cá.
E.: É... O cerco. Naquele tempo, naquele tempo eles visitavam...
L.: É bonito o cerco...
E.: Três vezes ao dia aquele cerco lá.
L.: Eu lembro... Eu hoje olhei e falei gente, ninguém mais vai no cerco, não tem mais cerco.
E.: Não porque agora não tem, não tem mais cerco.
L.: Verdade?
E.: Acabou né, acabou. As coisas acabam, minha filha...
L.: Nossa, mas é que é estranho.
E.: Acabou, é sei lá... É... A justiça, a autoridade ela é... avançou muito, foi muito alta, né..
L.: Nossa...Mas é que é comida, né...
E.: Começou a judiar e massacrar do povo.
L.: Nossa, mas e aí como que come? É o peixe, tem que comer.
E.: A gente agora para comer um peixe... tem que se... vai lá, mas é o Estado né, é espantado. Hoje o nosso mundo... ele tá, tá... Enxergando de longe.
L.: Muito estranho.
E.: Ele enxerga de longe. Ele enxerga de longe que você não enxerga ele, e ele te enxerga, te enxerga muito bem.

Esse modo de pescar através do cerco, como observado e mencionado acima, foi proibido por questões ambientais. Isso modifica uma das práticas alimentares mais importantes de Camburi, tornando cada vez mais necessário a compra de alimentos

⁹⁶ ORIGENS. Op. cit.

nos mercados de Ubatuba e Paraty, e conseqüentemente modificando também a lógica econômica da comunidade e a geração de renda.

Além dessa transformação, gostaria de ressaltar a palavra “enxergar”, utilizada por Sr. Euclides. Ela é representativa, pois apesar de o Quilombo “não ser visto” pelo Estado e, de certa forma, ser marginalizado em relação aos direitos básicos e políticas públicas, ao mesmo tempo, em situações que envolvem principalmente as questões ambientais, o Estado “enxerga de longe” os quilombolas.

A ressalva aqui é que, nesse aspecto, não é somente a questão ambiental que está em jogo, pois ainda hoje existem navios que realizam a pesca de forma muito mais predatória e danosa ao meio ambiente em larga escala de produção, no entanto, a proibição da pesca chega especificamente à comunidade, onde um dos aspectos centrais da alimentação é justamente a pesca. Isso impacta diretamente a cultura, a alimentação propriamente dita e, por conseqüência, a sobrevivência dessa população quilombola.

Do ponto de vista da cultura agrícola, temos a mandioca, que é muito rica, pois pode ser consumida de várias maneiras - frita, assada, cozida - e, também, pode ser transformada em farinha de modo a compor parte significativa da alimentação familiar, juntamente com o arroz, o feijão e o peixe. O excedente da farinha de mandioca era um alimento comercializado nas regiões próximas de Camburi.

Além da mandioca, é comum encontrarmos próximo às casas e ao longo das trilhas algumas outras árvores frutíferas, tais como: jambeira, goiabeira, bananeira etc. Alguns quilombolas em seus “quintais” também fazem pequenas plantações de hortaliças para o consumo familiar.

Os espaços agrícolas quilombolas são construídos com base no pousio, que é um sistema de descanso do solo que evita o esgotamento dos nutrientes. Logo, após a colheita, uma região tem o solo posto em descanso e um novo território inicia o processo de plantio.

As novas tecnologias e o modo de vida cada vez mais atrelado à noção de consumo de massa, por suprimir uma série de etapas de produção, fez com que alguns alimentos fossem menos plantados em Camburi, em comparação ao chamado “tempo dos antigos”. Nas memórias do Sr. Euclides, é possível notar esse aspecto no plantio do café:

E.: A respeito da pescaria, aqui no Camburi... a gente tinha, a mandioca na roça...
L.: Aham...

E.: E aí o que acontece, a comida nossa, era difícil comer um feijão.
L.: Sério?
E.: Sim senhora.
E.: Arroz, só fomos ver arroz depois que nós saímos a trabalhar.
L.: Nossa..
E.: Arroz, macarrão, né... essas coisas
E.: Mas que o resto era só...esse lugar aqui, para que dizer, esse lugar aqui era muito riquíssimo em peixe.
L.: uhum...
E.: No verão, no verão você não tinha nem para onde vender peixe, de tanto peixe que tinha aqui
L.: Sério?
E.: É.
L.: E qual é o peixe preferido do senhor?
E.: Então, aqui tinha o chaverete que muitos chamam de carapau né
L.: Uhum
E.: Aquele peixe amarelão assim, bonito...
L.: É...
E.: É muito gostoso. A tainha, a cavala, sororoca, é... peixe da costeira. Marimbá, saibo, salema, garopa... esses peixe, esses peixe da costeira. Então a gente tinha farinha e ia pescar para comer, comer peixe cozido. Ai comia muito peixe
L.: É, comia muito peixe com... com coiso de mandioca.
E.: É, e eu vou falar para você, o peixe é forte viu, o peixe é forte.
L.: É... O peixe é forte.Tem que ser né...
E.: É uma vitamina forte o peixe..
E.: Então gente fazia farinha e matava o peixe para comer.
E.: O café, o café, o café era de cana.
L.: Ah é?
E.: Era de cana. A gente tinha uma moinha né, um engenho, que de tarde nós ia na roça e cortava o feixe da cana, aí vinha e rapava ela bem rapadinha, limpava ela bem limpinha né, e aí batia, batia ela, socava ela, ela ficava bem amassadinha, aí passava ela no engenho, numa engenhoca né... aí parava o caldo no... num caldeirão...
L.: Sim...
E.: Aí guardava ali, bem tapadinho...
L.: Porque é docinho né...
E.: Aham...
L.: Para de manhã beber o café
E.: Na roça tinha café, nós tinha café também, na roça. Hoje o café morreu, aqui, porque o pessoal não cuidou né, muitos tinha café aqui no Camburi. E daí a gente vivia dessas coisas aí.

Sr. Euclides inicia sua fala sobre o plantio de mandioca, mas depois volta à pesca, para ressaltar uma série de peixes que eram pescados em Camburi. Um dos aspectos de transformação alimentar é a introdução dos produtos arroz, feijão e macarrão, que são muito presentes na alimentação brasileira, mas que só foram consumidos no Quilombo, conforme nos relata Sr. Euclides, a partir do momento em que os moradores foram buscar trabalho fora do quilombo.

Ao longo da continuidade da entrevista, Sr. Euclides também me relatou que a terra não é tão boa para plantio, pois é seca, então alguns produtos agrícolas não nascem. Isso fez com que o trabalho na roça não fosse o suficiente para manter a

alimentação de toda a família e, em sua fala, ele retoma a grande importância da pesca e a força atribuída ao peixe.

Porém, as plantações de mandioca, cana-de-açúcar, banana e batata ainda ajudam na composição da culinária quilombola e representam parte dessa cultura alimentar. A farinha de mandioca, especificamente, é consumida em outros Quilombos da região. Na sua entrevista, Adriano comenta um pouco sobre esse aspecto e consegue perceber com clareza uma transformação da forma de se alimentar:

A.: A farinha, o caiçara não pode perder esse costume de fazer a farinha, coisa que já estão perdendo.

L.: É, então, eu, eu fiquei vendo isso, que não tem mais tanto, a farinha né, e isso é comum de vários quilombos.

A.: Mas então, mas porque, porque os mais velhos tão morrendo. Os mais velhos estão morrendo.

L.: Entendi.

A.: E os costumes dos mais velhos já os mais novos não estão muito interessados em plantar, em cultivar a terra, esse costume está sendo para poucos, pouquíssimos.

L.: Entendi.

A.: É como a pesca nossa, os mais velhos não estão querendo mais é... é levar essa tradição a frente, não tá no gosto deles mais. Eles estão querendo um dinheiro rápido e se vê que o turismo está chegando, vão fazer outra coisa que vende lá.

L.: Entendi.

A.: Então muda, muda nossos costumes é isso aí. E outra, e uma também que, o meio ambiente, o meio ambiente é bom preservar, lógico que é gostoso preservar, mas o meio ambiente teria que dar possibilidade para nós também plantar.

L.: Lógico, é.

A.: Pra não perder nossa cultura.

Adriano atribui essa transformação a dois pontos específicos. O primeiro deles é o desinteresse no plantio por parte dos mais novos, preocupados com a necessidade de ganhar dinheiro e o segundo, o que ele chama de “meio ambiente”, que gera o impedimento do plantio. Começamos pelo segundo para compreender esse cenário.

Com a criação das Unidades de Conservação - tanto o Parque Estadual da Serra do Mar quanto o da Serra da Bocaina, se estabelecem legislações ambientais que impedem a utilização das terras para o plantio agrícola de subsistência, já que esse prevê a retirada de algumas árvores.

Apesar da importância dessas leis para a preservação ambiental, é desconsiderada a importância dos espaços de terra no sistema agrícola quilombola, significando na prática a escassez das roças e uma precariedade que impacta

diretamente a produção de alimentos para a comunidade, o comércio de excedentes, a alimentação e a continuidade das tradições culturais familiares.

A fala do Sr. Alcides reafirma uma certa ruptura em relação às práticas culturais pela nova geração, frente à lógica do trabalho agrícola:

Alcides Alves Jorge: A minha história é nascido e criado na roça né, e tenho minha rocinha aí, trabalho na cultura né, pejejo, pejejo com a cultura, que hoje a cultura dentro do Camburi tá se acabando, não são todo mais... quem foi criado dentro da cultura, os pai, hoje, já ficaram mais idoso, os que vem pra trás já não querem mais, diz que a cultura hoje não dá nada.⁹⁷

Agora, voltaremos ao primeiro ponto apresentado por Adriano: a necessidade do “dinheiro rápido”. É notório que isso estabeleceu uma transformação da cultura alimentar e, de certa forma, uma mudança, já que a agricultura tem deixado de ser interesse dos mais novos.

A introdução de uma base econômica que prevê a necessidade do acúmulo de capital faz com que existam outros princípios de consumo que não cabem em uma economia de subsistência. Sem atribuir um valor moral a isso, é necessário refletir sobre esse impacto.

Neste cenário, os quilombolas buscam alternativas. Alguns produtos, como é o caso da palmeira juçara, têm sido utilizados para compor renda de alguns moradores do Camburi. Era comum, anteriormente, o corte da árvore para a retirada do caule, de onde é extraído o palmito, apresentando um preço atrativo comercialmente. Como a Palmeira Juçara está ameaçada de extinção, hoje prevalece, ao invés do corte, a utilização dos frutos e venda da polpa, que se assemelha com o açaí e tem alcançado seu valor no mercado.

As palmeiras⁹⁸ demoram cerca de 8 anos para dar frutos, e podem atingir 20 metros de altura. Para a produção da polpa, o processo consiste na retirada dos cachos e para isso é necessário subir até o topo, tirar os frutos, lavar, e deixá-los na água para depois processá-los.

É fundamental pontuar que, mesmo sendo um produto destinado ao comércio, a vida quilombola é intimamente ligada à natureza, envolvida pela consciência da coexistência entre seres humanos e demais animais. Nesse sentido, na forma de ensinar um trabalho para as novas gerações, também se reproduz o ensinar para o cuidado ambiental, e não simplesmente para a exploração:

⁹⁷ ORIGENS. Op. cit.

⁹⁸ A Palmeira Juçara tem o nome científico: *Euterpe edulis Martius*.

Não pode tirar todos também, porque tem os pássaros para comer, os passarinhos também querem, deixa também para os pássaros também. Se tem três cachos [de frutos] tira dois, deixa um. Se tem dois, tira um. Deixa sempre os do passarinho. O deles é sagrado, não tem jeito.⁹⁹

Sempre existiu a preocupação da comunidade sobre a importância da preservação ambiental e de se dedicar ao cultivo e à colheita dos frutos. Nas palavras do morador do Quilombo do Camburi, Isaias Soares, sobre o cultivo da Juçara é necessário:

Incentivar eles, e pedir pros pais dele, familiar, plantar também, né, não cortar. Que assim, poucas pessoas quiseram plantar... hoje tem bastante gente aqui, criançada... mas poucos assim. [Alguns] querem cortar palmito, colocar no vidro e vender e ganhar mais dinheiro. Eu falo não, o que dá mais dinheiro é deixar isso daí em pé [a Palmeira Juçara] e todo ano cê ir colher.¹⁰⁰

Dentro dessa ótica, a escola pode servir como um caminho de manutenção do saber alimentar e da difusão dessa cultura, tendo em vista que no Brasil existe o Programa Nacional de Educação Escolar (PNAE) como uma das formas de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Do ponto de vista das estratégias para uma política alimentar quilombola:

A legislação vigente determina atendimento diferenciado aos escolares quilombolas como estratégia de promoção do DHAA. Trata-se de mecanismos de orçamento (com valor per capita diferenciado), planejamento (orientação para que o cardápio atenda às necessidades nutricionais específicas destes grupos e contribua para a superação da Insegurança Alimentar e Nutricional - InSAN) e de garantia de geração de renda (prioridade na aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar destas comunidades, pela gestão do PNAE nos estados e municípios).¹⁰¹

Nesse sentido, é possível reforçar tanto a possibilidade de manutenção da herança cultural quilombola, quanto a importância da luta pela terra para a garantia de uma agricultura familiar. A lógica da produção alimentar, ao longo do tempo, na história, foi se transformando a ponto de sucumbir o conhecimento sobre técnicas agrícolas, plantio e cuidado com a terra. A agricultura familiar no Brasil como um todo tem perdido espaço para o agronegócio, em que:

“Tantas pessoas no mundo inteiro não mais produzem o que consomem ou consomem o que produzem, e tanta comida flui e em tal volume e velocidade, que a unidade de produção e consumo muitas vezes se perde ou se oculta.” (MINTZ, 2001. P. 33).

⁹⁹ UBATUBA, Informar. Juçara: Colheita radical no Quilombo de Camburi, Ubatuba-SP. Youtube. 3 de maio de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=syAILjA_rCM&t=102s

¹⁰⁰ ORIGENS. Op. cit.

¹⁰¹ Sousa, Lucilene Maria de et al. Alimentação escolar nas comunidades quilombolas: desafios e potencialidades. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2013, v. 18, n. 4 [Acessado 15 Outubro 2022], pp. 987-992. p. 988.

Voltando para o aspecto cultural, Mintz (2001) discute que a alimentação, pelo seu caráter cotidiano, pode representar um aprendizado sociocultural, que está representado para além do alimento em si. O que deve ser apreendido é a forma de preparo, a divisão do trabalho até a refeição, a organização do momento alimentar, dentre outros valores sociais típicos de cada cultura, por isso, o olhar atento da antropologia em relação a tais valores:

Devemos comer todos os dias, durante toda nossa vida; crescemos em lugares específicos, cercados também de pessoas com hábitos e crenças particulares. Portanto, o que aprendemos sobre comida está inserido em um corpo substantivo de materiais culturais historicamente derivados. A comida e o comer assumem, assim, uma posição central no aprendizado social por sua natureza vital e essencial, embora rotineira. O comportamento relativo à comida revela repetidamente a cultura em que cada um está inserido. Nossos filhos são treinados de acordo com isso. O aprendizado que apresenta características como requinte pessoal, destreza manual, cooperação e compartilhamento, restrição e reciprocidade, é atribuído à socialização alimentar das crianças por sociedades diferentes. Os hábitos alimentares podem mudar inteiramente quando crescemos, mas a memória e o peso do primeiro aprendizado alimentar e algumas das formas sociais aprendidas através dele permanecem, talvez para sempre, em nossa consciência [...] (MINTZ, 2001. P. 32).

Ao longo da realização do trabalho de campo o caráter de coletividade em relação à alimentação foi bem evidente. Primeiro, pois há alguns restaurantes na praia que servem almoço e porções e são espaços coletivos para a alimentação dos turistas e difusão da culinária quilombola. Segundo, pois, do ponto de vista familiar, há uma organização em torno da cozinha e da preparação dos alimentos.

Cabe o destaque que, como vimos, por muito tempo o peixe assumiu um papel central na alimentação das pessoas da comunidade, no entanto, quem saía para a pesca era exclusivamente o homem. Por outro lado, na família das duas entrevistadas, por exemplo, as mulheres são as que centralmente ocupam as cozinhas.

É importante não delimitar essa tarefa dentro do âmbito exclusivamente doméstico, pois esse é um dos trabalhos remunerados exercido pelas mulheres de dentro da comunidade. É, também, uma forma de produção de renda. Além disso, nem todas as mulheres são responsáveis pela produção dos alimentos, algumas auxiliam com a louça, entrega dos pratos e organização das mesas. Em alta temporada, pelo aumento da demanda das refeições, há contratação temporárias de outras pessoas, geralmente mulheres, para auxiliar no fluxo de atendimento.

Além disso, as duas entrevistadas Gisele e Queli, por exemplo, embora tenham suas ocupações principais, também trabalham como confeitadeiras. O bolo, que está presente tradicionalmente em diversas comemorações coletivas, como festas, aniversários e casamentos, por exemplo, se torna uma forma de complementar a renda familiar.

Então, por mais que haja uma delimitação de gênero na realização de cada tarefa, do ponto de vista comunitário, elas se tornam complementares, no sentido de co-dependência na alimentação e não necessariamente de superioridade ou submissão de um gênero a outro. Isso não garante a supressão de estruturas de gênero ou da ausência do machismo em Camburi, por exemplo, mas é importante ressaltar essa diferença na questão da organização alimentar, como uma especificidade dentro das necessidades sociais da comunidade.

A culinária vai reunindo e tornando coesa essa complexidade social e cultural quilombola, com a reunião de elementos que envolvem a importância da terra e do mar para a população de Camburi, o trabalho e a educação para a continuidade das práticas agrícolas tradicionais, as transformações ocorridas ao longo do tempo com a mudança dos meios de produção impactando nos hábitos alimentares e nas memórias e, por fim, sintetizando traços significativos do que é esse “ser quilombola” para os camburienses, ou seja, parte da identidade.

4.2 O lugar do sagrado: Festividades e religiosidade

Aí está ele, o mar, o mais ininteligível das existências não humanas. E aqui está a mulher, de pé na praia, o mais ininteligível dos seres vivos. Como ser humano fez um dia uma pergunta sobre si mesmo, tornou-se o mais ininteligível dos seres vivos. Ela e o mar.

Só poderia haver um encontro entre seus mistérios se um se entregasse ao outro: a entrega de dois mundos incognoscíveis feita com a confiança com que se entregariam duas compreensões.

Ela olha o mar, é o que pode fazer. Ele só lhe é delimitado pela linha do horizonte, isto é, pela sua incapacidade humana de ver a curvatura da terra.

(Clarice Lispector, 1998)

A construção da identidade quilombola, para além da terra e de toda a materialidade estabelecida perante as necessidades estruturais do quilombo, se compõe por um conjunto de elementos que são imateriais. A História, quando atrelada ao materialismo histórico, tende a se concentrar na ênfase das distinções de classe e na análise da materialidade de determinada comunidade. No entanto, conforme Benjamin nos alerta:

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas. (BENJAMIN, 1987).

Portanto, parto do princípio de que as “coisas espirituais” não são indissociáveis na análise do contexto quilombola, embora tenhamos pensado também sobre as estruturas das “coisas materiais”. Nesse sentido, até mesmo a possibilidade de constituir toda e qualquer materialidade pode ser entendida também como uma continuidade da construção imaterial, que é sintetizada através do sagrado.

É um grande desafio se referenciar ao sagrado no Quilombo de Camburi, portanto, peço licença. Digo isso pois este se manifesta de diversas formas e sob uma diversidade de elementos, que vão desde as festividades até os lugares que são demarcados como explicitamente religiosos, como templos e igrejas.

No que tange ao aspecto religioso, o Quilombo de Camburi recebe forte influência direta das religiões cristãs, sobretudo evangélicas. Dentro desse cenário, a Igreja ocupa um papel de aporte tanto religioso, quanto das festividades e da vida em comunidade, sendo um espaço de eventos para as crianças e famílias, de cânticos e comunhão.

Ao que tudo indica, a história da igreja católica em Camburi se iniciou há mais de 100 anos. No entanto, é a Assembleia de Deus que assume a maior representação religiosa no local atualmente. No Brasil contemporâneo, as igrejas protestantes ampliaram sua relevância político-social, fator que é explicado, também, pela atuação dessas igrejas cristãs em locais onde havia extrema negligência de direitos por parte do Estado.

Ao refletir sobre o impacto das religiões cristãs na identidade das pessoas do território do Quilombo de Camburi, surgiram uma série de indagações. Dentro dessa temática, centrada em um estudo de caso na Amazônia brasileira, Véronique Boyeur (2002), argumenta:

Dans le cadre de ces nouvelles revendications identitaires et territoriales, l'avancée des Églises évangéliques dans le milieu des *quilombolas* préoccupe tant les militants du mouvement noir que les chercheurs consultés. Les travaux de ces derniers mentionnent d'ailleurs rarement la présence d'évangéliques dans les groupes étudiés, ou quand ils le font, les termes choisis sous-entendent qu'il s'agit là du résultat de pressions externes et que les nouvelles croyances religieuses ont peu à voir avec la foi originelle du group. [...] En effet, la participation à ce mouvement religieux est généralement perçue comme un facteur d'aliénation qui entrave l'émergence d'une conscience noire et donc le passage à l'action politique. (BOYER, 2002. P. 160).

Antes de prosseguirmos, é preciso fazer algumas considerações. A palavra quilombo está historicamente e etnicamente associada à cultura africana e afrodescendente. Pensando dentro dessa ótica, seria racional em um primeiro momento imaginar que as múltiplas experiências religiosas que derivam desses povos tenham uma prevalência sobre as religiões no território. No entanto, de forma controversa, como já mencionado, parte do sentido cultural e espiritual do Quilombo de Camburi é influenciado pela ótica cristã. Esta, por sua vez, passa por um processo de ressignificação de determinados aspectos culturais do próprio cristianismo.

Logo, não podemos partir do pressuposto de que é uma pura e simples assimilação de valores do cristianismo e negação de valores religiosos afrodescendentes, mas sim que, dentre todas essas influências, houve a criação de uma cosmovisão do cristianismo dentro do quilombo.

Com essa influência, no entanto, parte da cultura que estaria associada aos aspectos das religiões de matriz africana é, de certa, maneira negada. Isso é percebido e trazido à tona por parte de uma das entrevistadas cristãs:

L.: Existe algum hábito que para você é importante no quilombo? Algum hábito cultural, costume?

G.: Olha, aqui pra nós é, acho que a cultura da culinária, do artesanato, né?

Q.: Da roça...

G.: Das histórias...

L.: A parte mais legal...

G.: É porque você vê em outros quilombos as pessoas buscam aquelas danças africanas.

Q.: As origens delas né...

G.: As origens delas mesmo, só que a gente aqui, acho que pela nossa cultura...

Q.: A gente só não tem

G.: Muitos aqui são cristãos então...

Q.: Não tem muito interesse...

Q.: Não tem esse interesse. São praticamente a maioria são cristão, então...

G.: Acho que 70% ou 80% são cristão

Q.: Então essa parte da nossa, da nossa cultura mesmo...

G.: Da cultura africana, da vivência do quilombo mesmo

Q.: A cultura africana eles deixam a dar, porque a religião deles não permite a dança...

L.: Ah, entendi.

Q.: Não permite o canto, entendeu?

L.: Entendi.

Q.: Então, é por isso que a gente ainda não eleva né?

G.: Mas teve uma época que trouxeram para cá, né?

Q.: Sim, trouxeram, porque a maioria dos adolescentes eles não eram ainda cristão... Eles não estavam no caminho assim...

G.: Desse entendimento...

L.: Da a Assembleia de Deus, é isso?

G.: Isso, da Assembleia.

L.: E aí só tem a Assembleia de igreja, ou tem outras?

G.: Não, aqui tem a Católica, e também um outro Ministério que é lá de Angra dos Reis também.

L.: Ah tá...

G.: Que é lá em cima, lá no...

Q.: Tem a Católica, que está parada...

G.: O padre abandonou.

Q.: Lá é Assembleia de Deus também, mas é outro nome, não sei muito bem...

L.: Aí, aqui de baixo que é a Assembleia?

G.: É, Assembleia de Deus é aqui. Ela, bem dizer, é a mãe de todas. Que foi a primeira congregação a ser levantada foi a Assembleia de Deus aqui de Camburi.

L.: Ah é? Não sabia...

G.: Foi...

Q.: Não...

G.: Não foi aqui?

Q.: Foi a... católica, né?

G.: Não, digo da nossa, cristã!

Q.: A católica foi a primeira...

G.: Não...

Q.: A questão da dança, que tinha antigamente...

G.: Tô falando da cristã... Nossa cristã aqui foi a primeira...

Q.: Sim...

G.: Ela foi levantada.

L.: Aí primeiro a daqui, depois a de lá?

G.: Isso.

L.: Aham.

G.: A de cima acho que tem de dois a três anos.

L.: Entendi.

G.: Essa aqui tem mais de cem anos já.

L.: Essa aqui?

G.: Essa já tem uns 80, 100 anos.

L.: Nossa! Muito tempo. Essa é aquela ali da placa?
G.: É, não, porque a gente já fez os 100 anos já de Assembleia daqui.
L.: Nossa, muito tempo. Essa ali, do lado ali do camping?
G.: Isso...
L.: A Assembleia ali?
G.: Isso, aquela ali.
L.: Ah... sei onde que é então.

As duas entrevistadas no início dos diálogos se identificaram como cristãs. Gisele é bem atuante na Assembleia, participando dos cultos e auxiliando nas questões religiosas da comunidade. Queli, em sua fala, demonstra um aspecto interessante, que é a frase “religião deles”, se referindo ao cristianismo, embora ela mesma tenha dito anteriormente que é cristã.

Existe um cenário de interpretação dessa fala, que pode estar atrelado ao fato de Queli ser presidente da Associação e, portanto, ter uma preocupação que sua linguagem não esteja somente ligada a seus próprios valores. Há um reconhecimento demarcando a diferença entre os outros quilombos que enfatizam as danças africanas, por exemplo, e Camburi, que enfatiza outros aspectos culturais como o artesanato e a alimentação, tendo em vista o impacto do cristianismo nos valores morais da comunidade.

Gisele, por sua atuação, tem mais familiaridade com a História da Assembleia, demonstrando um questionamento à Igreja Católica ao dizer que “o padre abandonou”. A Assembleia tem auxiliado também, por algumas obras dentro da comunidade, tal como uma das pontes construídas para atravessar o rio. Isso, sem dúvidas, influencia em uma escolha religiosa.

Queli, em sua fala, tem uma visão mais crítica em relação aos valores cristãos e o quanto isso impacta na ausência da consciência da herança africana no quilombo de Camburi, se aproximando do olhar de Véronique Boyeur (2002). Daí surgem algumas indagações: isso demonstra um conflito identitário na comunidade? Há um atravessamento religioso que impede uma consolidação da afirmação política voltada ao aspecto da herança africana?

Faço um parêntese, que não é novidade alguma. Historicamente, a religião cristã, sobretudo a católica, foi imposta e atravessou todo o cenário de formação do Brasil. Dentro dessa lógica, é impossível negar um conflito cultural e o quanto isso impacta na forma como a população africana e afrodescendente propaga sua fé e sua religiosidade.

Ainda sobre essa perspectiva, o autor João José Reis (1988), ao escrever do ponto de vista historiográfico sobre as religiões afro-brasileiras na Bahia do século XVIII, nos lembra de um aspecto significativo:

Um grande problema é a escassez e a natureza das fontes. A clandestinidade a que as práticas religiosas africanas foram empurradas e a própria natureza secreta de muitos dos seus rituais reduziram sua visibilidade e, portanto, seu registro sob, digamos, condições normais de existência.(REIS, 1988, P.57).

No mundo contemporâneo, superamos o olhar de clandestinidade a que essas religiões foram submetidas no período colonial. No entanto, é preciso cautela ao buscar referências espirituais das religiões afro-brasileiras dentro da comunidade. Me atrevo a dizer que o problema da natureza - e também da subjetividade - das fontes¹⁰² ainda permanece nesse cenário espiritual da atualidade.

Contudo, existe uma contradição implícita nesse território. Embora no Quilombo de Camburi exista a propagação verbal da prevalência religiosa cristã e nenhum dos entrevistados tenha falado explicitamente sobre outra religião além da cristã, isso não significa uma homogeneização da fé dentro da comunidade.

Além disso, é possível observar aproximações e influências das religiões de matriz africana, associadas à prática da vida cotidiana no território e, sobretudo, à natureza. Analisaremos outro elemento que trouxe luz ao cenário desse debate: o carnaval.

Um dos eventos que reúne essa confluência de aspectos imateriais e culturais que movimentam Camburi é o carnaval. O “Bloco vai quem quer” nasceu no Camburi e junto a ele se forma a tradição dos “bonecos” que, à semelhança dos “bonecos de Olinda”, são confeccionados manualmente para compor o bloco de carnaval.

As letras são criadas todos os anos, com suas temáticas pensadas pelos quilombolas. Além de brincadeiras, as músicas trazem suas reivindicações, lutas e percepções políticas da comunidade. Abaixo, a letra do carnaval de 2016:

A lua iluminou o luar, na praia do Cambury¹⁰³,
e o sol veio dourar a barra
o paraíso é aqui
viemos de vários lugares
culturas de várias cores,
sorrisos e vários abraços,
amigos e muitos amores.
Mas temos um problema grave
a falta da consciência

¹⁰² Não consegui chegar a um consenso se fontes é um termo adequado.

¹⁰³ Mantive a palavra com ‘y’ em respeito a letra da música, mesmo tendo escolhido utilizar ‘Camburi’ ao longo da dissertação.

precisamos preservar
para a nossa sobrevivência.
Vem junte-se a nós,
preserve a natureza
e o bloco vai quem quer
Tá nessa causa pro que der e vier.¹⁰⁴

O Bloco é composto de várias alas, dentre elas: Frexolé, Guaiamuns, Palhaços, Baianas, Bonde dos Unicórnios, Sereias, Peppa Pig, Puro Suco. Por fim, temos a bateria e a divisão das crianças no Bloco Vai Quem Quer Mirim, que acontece na parte da tarde.

No ano de 2020, o nome do samba foi “Desgoverno da Piada”, frente ao questionamento do sistema político do Brasil Contemporâneo. Uma das denúncias da letra diz respeito ao derramamento de óleo no mar no Litoral do Nordeste brasileiro, que prejudicou significativamente o meio ambiente.

Desgoverno da Piada¹⁰⁵

“O ministro já falou,
Os peixes são inteligentes
“Olha que brisa”
Eles Desviam do óleo,
E não nadam com fascistas

(2x Refrão)

Salve Chico Mendes, Salve Irmã Dora
Deixaram o legado, Lutaram pela causa
A luta continua, Com a nossa cultura
Samba Maracatu, Oxossi Nhanderu”

Compreendendo esse cenário de influências, origens e reinterpretações culturais, a letra do bloco de carnaval “Vai quem quer” de 2020 aponta para um elemento significativo no seguinte trecho: “*A luta continua, Com a nossa cultura. Samba Maracatu, Oxossi Nhanderu*”.

A citação associa Oxossi, que é um Orixá cultuado nas religiões de matriz africana tais como candomblé e umbanda, e está diretamente ligado às matas, à caça e também à ideia de fartura.

Oxóssi é um Orixá da cosmovisão dos povos Yorubá que foi trazido para o Brasil e para outros cantos das Américas escravocratas da região que hoje conhecemos como Nigéria, Benin e Togo. O Orixá é a divindade caçadora, o senhor das matas e florestas, local qual ele tem o total conhecimento, pois é aquele que por saber tudo sobre a mata e os seres vivos que a habitam, pode

¹⁰⁴ A letra é do ano de 2016.

¹⁰⁵ INDAÍZ, Sandro. Desgoverno Da Piada / Bloco Vai Quem Quer 2020 Quilombo Camburi Ubatuba SP. Youtube. 22 de janeiro de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cLa_52PxL8o

extrair proveito dela, de uma forma modesta, para prover o sustento de sua comunidade. (CORREA, 2019. P. 47).

Oxossi também apresenta uma única flecha. Lembro que Camburi é um local com mata atlântica, atribuindo sentido à sua associação dentro do território do quilombo.

Do ponto de vista da cosmovisão Guarani, por sua vez, há a citação de um dos deuses principais, que é Nhanderu (RAMO, 2020), que aparece ao lado de Oxossi. Nhanderu, dentre outros aspectos da religiosidade do povo Guarani, estabelece um vínculo entre o divino, o espaço e o tempo:

““Lembrar de Nhanderu” e fazer aqui na Terra as coisas como eles fazem nos planos celestes é a via para, pela afirmação do parentesco, receber as informações sobre a antecipação do futuro. Para falar dos vínculos entre a memória e a imitação/repetição, nada como a assertiva do karai (Pajé) Augustinho: “Tudo que vai acontecer já tinha acontecido”. (RAMO, 2020. P. 129).

No caso, existiria entre o território e a memória, o ser e o estar, uma relação que é pautada na relação entre passado, presente e futuro, do ponto de vista geracional e inter-relacional das gerações. Em Camburi, a demarcação de tempo é constante. É comum ouvir dos quilombolas a expressão no “tempo dos antigos” como um marco temporal-geracional, mas que, ao mesmo tempo em que se vincula a uma memória do passado, se faz uma memória do presente, quando dita.

Há, sem dúvidas, uma influência religiosa de matriz africana. No entanto, essa não pode ser vista, como foi por muito tempo nos estudos coloniais, como um simples processo de assimilação cultural do cristianismo, ou até mesmo como um “sincretismo”, que teria sido utilizado para pôr fim à perseguição religiosa das autoridades portuguesas.

Nesse sentido, negar a influência das religiões de matriz africana no quilombo, e quiçá no Brasil, seria impossível. É importante que se tenha em mente que, do ponto de vista identitário, a busca por tais influências se estabelece em um terreno sinuoso, tendo em vista que não necessariamente elas são declaradas e mencionadas:

Por outro lado, buscar origens africanas não quer dizer procurar algum tipo de “pureza”, como se houvesse uma forma cultural permanente e imutável que se perpetuasse através dos séculos. Buscar origens não significa buscar uma origem que explica tudo por si só, mas sim procurar uma base a partir da qual a cultura se transformou e adquiriu novos significados. (...) O mais importante aqui é buscar a mudança, e não qualquer tipo de pureza ou permanência, pois há muito mais transformações do que continuidades, especialmente nas culturas de origem africana que foram reelaboradas nas Américas, como já mostraram os antropólogos Mintz e Price ao estudar

culturas de origens africanas na América Central. (DOS REIS SAMPAIO, 2009. P. 196).

Conversando com Adriano, um outro aspecto do sagrado, que também pode ser atrelado à ideia de proteção, se incorpora no debate. Adriano me explica sobre a função de uma “sentinela” e seu papel perante a sociedade em que ocupa:

A.: Vamos supor, nós vamos pescar. Você já vai, né? Eu sendo mais um pouco sábio, eu vou ficar lá vendo as ondas, que pode crescer e te atingir. E você às vezes não tem essa noção. Não pode fazer isso. Não pode fazer isso.

Primeiro, então, os animais são assim, eles vêm, sempre tem um que a gente não vê, a gente não vai ver. Ele está lá no último galho, só assim ôh... só assim pra ver se não vem predadores. Entendeu? E esse predador, pode pegar os outros de surpresa ali, e se pegar vai matar. E quando vier, ele vai [avisar] não fica um.

A figura da sentinela também está aludida na dissertação da pesquisadora Lânia Mara Silva (2018), que pesquisou sobre a territorialidade e sobre o movimento de um terreiro de umbanda. Mais do que buscar uma fixação desse terreno, a autora sugere a perspectiva da movimentação e escreve:

Não se engane o leitor que busque nesse trabalho um território fixo, completamente delimitado e esgotado em si. Mais que se fixar e fazer um território, o povo de terreiro navega pela cidade. Não se trata de permanência, uso contínuo dos lugares, mas de movimento. E movimento que o direito territorial deve englobar. As rotas dessa navegação, desse território, são feitas e refeitas a depender das circunstâncias! Bem me dizia o cajueiro, quando falava da água do mar que não tem domínios, só fluxos. O mar não pode ser apreendido. Por isso ele nos sopra a brisa, jeito dele de existir na observação. E para ser visto, são tantas margens, tantas que a soma é zero mais zero. Esse zero não do “nada há”, mas zero de “tudo e nada ser”. O zero repleto de conteúdos, odisséia do pensamento! Pense a química, você vai ver que a água do mar é uma solução, uma mistura de possíveis. Mas esqueça a química quando adentrar o mar. Ela se esquece de dizer que mar é água e é também peixe. E corais, caranguejos, mariscos, espumas. Água só vai. E volta. E quando volta, está indo também. Recordo-me dessa conversa tão rasteira para dizer que o território do povo de terreiro é fluxo, linhas em movimento, circulando pela ancestralidade, pela magia, pelo falar com os orixás. (SILVA, 2018. P.17).

O movimento é necessário, sobretudo, porque ele garante a possibilidade da permanência e a segurança, se vinculando diretamente à perspectiva do sagrado no quilombo. Além disso, como vimos, as próprias relações do sagrado que são simbolizadas em Oxossi - Nhanderu projetam os vínculos de movimento, seja ligado ao tempo passado, seja da projeção ao futuro.

Além disso, cabe a análise de que as letras são atuais, portanto, pode existir uma associação religiosa tendo como perspectiva a construção da memória e da

influência guarani e das religiões de matriz africana. Essa é uma necessidade atual da memória quilombola de Camburi?

Deixando a pergunta acima para ser respondida no tempo futuro, caminho para o encerramento olhando para a morte como processo da vida. Pensando o papel que se atribui a longevidade e a morte, sob a luz dos estudos de Walter Benjamin (1987):

No decorrer dos últimos séculos, pode-se observar que a ideia da morte vem perdendo, na consciência coletiva, sua onipresença e sua força de evocação. Esse processo se acelera em suas últimas etapas. Durante o século XIX, a sociedade burguesa produziu, com as instituições higiênicas e sociais, privadas e públicas, um efeito colateral que inconscientemente talvez tivesse sido seu objetivo principal: permitir aos homens evitarem o espetáculo da morte. Morrer era antes um episódio público na vida do indivíduo, e seu caráter era altamente exemplar [...] (BENJAMIN, 1987, P. 208).

No relatório do bairro de Cambury, que serviu como uma das fontes históricas escritas, que foi utilizada para a realização da pesquisa, existe um documento que pertence à Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba que contempla justamente a questão do cemitério. O referido documento está em más condições de conservação, pois foi escrito em papel térmico e está parcialmente apagado, embora ainda esteja legível. Portanto, me preocupei com sua transcrição, sendo possível lê-lo na íntegra no Anexo 1.

Com os olhos voltados ao cemitério, observemos o seguinte trecho para análise:

“Referido cemitério foi criado pela lei municipal nº 028/58 datada de novembro de 1953, sendo que no livro de registro do cartório, consta que o mesmo foi fundado em 17 de março de 1967 o registro de sepultamento sob o nº 3 ocorrido em 19 de abril de 1967. (documento nº 01 e 02).”

Esse documento exhibe a importância do trabalho dos historiadores e, embora o cemitério tenha sido criado, do ponto de vista da lei em 1953, ele só foi registrado em cartório em 1967. Contudo, mesmo diante dessas datas, não sabemos quando ele de fato foi criado fisicamente.

Nesse sentido, cabe a nós, historiadoras e historiadores, nos preocuparmos com o tratamento e adequação das fontes e documentos ao longo da escrita da história e não, simplesmente e equivocadamente, tomá-las como “verdade histórica”, pois:

Para o historiador, o documento não está simplesmente dado, como a ideia de rastro deixado poderia sugerir. Ele é procurado e encontrado. Bem mais que isso, ele é circunscrito, e nesse sentido constituído, instituído documento, pelo questionamento. (RICOEUR, 2007. P. 189).

Enquanto olhamos as datas, a atribuição da importância social do cemitério em questão para um dos moradores mais antigos vem através de um testemunho da oralidade, e não dos documentos cartoriais. Aqui é a terra quem documenta. É a síntese do sagrado e de toda a vida coletiva no quilombo.

O sr. Genésio estava de cadeira de rodas e precisava de cuidados médicos para tratar alguns problemas de saúde. Cabe lembrar que não existe nenhum tipo de acessibilidade para cadeirantes no local em que sr. Genésio morava, tais como rampas ou pontes. Algumas passagens são feitas por dentro do rio, por cima das pedras.

Em entrevista concedida a Edison Santos (2012), o Sr. Genésio se apresenta e, com sua fala, sintetizo e concluo essa dissertação:

Eu, essa pessoa, Genésio dos Santos, que aqui fala com vocês é descendência de quilombo, é descendência de escravos. Eu fui uma pessoa que nasci e me criei aqui. Com a idade de 18 anos eu comecei para andar a vida do mar. Fazendo pesca em barco de pesqueiro até Vitória, Rio de Janeiro. Eu já fui até Brasília, tenho oito Estados do Brasil andados, mas eu quero que o meu final seja aqui. Fundei o cemitério daqui, fui zelador. E eu quero fazer parte dele que fundei com a minha força, com a minha mão.¹⁰⁶

O Sr. Genésio faleceu e foi enterrado no cemitério do Quilombo, fundado por ele. Aqui se estabelece uma inversão temporal: o fim é, na verdade, aquilo que abre os caminhos e inicia as trilhas desse território quilombola.

¹⁰⁶ A entrevista pode ser lida na íntegra no site: <https://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/protagonistas/sr-genesio-dos-santos-a-memoria-viva-de-cambury-esquecida/>

Considerações finais

Encerrar essa dissertação é olhar todo o caminho percorrido e como ele se transformou. O projeto inicial dessa pesquisa não dava conta da dimensão do que encontraria pela frente.

A pesquisa inicial tinha como finalidade entender o contexto histórico da comunidade de Camburi, como ela surgiu e se inseriu a partir da perspectiva da formação do Brasil colonial e com base na demografia histórica. Inicialmente, um dos objetivos era realizar um mapeamento da população da época utilizando como fonte as listas de habitantes, reconstituindo as famílias de moradores do Quilombo.

No entanto, me deparei com uma pergunta inicial: Afinal, o que é um quilombo? E ela foi modificando todo o projeto inicial ao contrapor os quilombos entre coloniais e contemporâneos.

Em campo, compreendi que o território não estava ligado somente ao mundo colonial e fui me deparando com a necessidade de trabalhar e pesquisar sobre a perspectiva do Quilombo de Camburi no contexto contemporâneo.

A demografia histórica, por sua vez, é uma metodologia que não respondia a algumas perguntas que a pesquisa trouxe na perspectiva contemporânea. Nesse momento, a História Oral foi surgindo como possibilidade de encontrar outras vozes e agentes históricos.

Encarar uma nova metodologia foi praticamente iniciar uma nova pesquisa. Contudo, os passos dados foram mais firmes e os diálogos com os moradores da comunidade ajudaram a conduzir o processo de construção da dissertação, pois embora alguns pontos já estivessem no horizonte de pesquisa, eles foram se confirmando à cada entrevista realizada.

Ao longo dessa trajetória, foi possível refletir sobre a formação histórica do Quilombo, reiterando a multiplicidade étnica e cultural da região gerando um debate sobre os processos de posse de terra e reconhecimento do território quilombola frente à transformação da estrutura político-econômica da região.

Nesse aspecto, reitero que essa dissertação só foi possível com todo o apoio dos moradores de Camburi e compreendo que o papel é justamente atuar no apoio da construção das memórias dessa Comunidade Quilombola.

Fontes

BRESSAN, Silvio. Fraudes predominam em processo ambiental. O Estado de São Paulo. São Paulo, 24 de agosto de 1997.

INDAÍZ, Sandro. Desgoverno Da Piada / Bloco Vai Quem Quer 2020 Quilombo Camburi Ubatuba SP. Youtube. 22 de janeiro de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cLa_52PxL8o

ORIGENS. Websérie completa. Youtube, 18 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KUXZP4MwqXI>

Relatório do Bairro de Cambury. Ubatuba - SP. 1ª Etapa. Coordenação Adriana Mattoso. Equipe: Maria Ignez Maricondi, Eliane Penna Firme Rodrigues, Alfredo Pereira de Queiroz Filho. Fevereiro, 1992.

ROUSSELET, Sérgio. Dia de limpeza dos oceanos - Cambury / Ubatuba - surf clube Camburi. Youtube, 21 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cQ9uZoUNefA>

Relatório Técnico-Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo do Sertão de Itamambuca (Cazanga) Ubatuba - São Paulo. Disponível em: http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC_Sertao_de_Itamambuca.pdf

UBATUBA, Informar. Juçara: Colheita radical no Quilombo de Camburi, Ubatuba-SP. Youtube. 3 de maio de 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=syAILjA_rCM&t=102s

Referências

ADORNO, Theodor W. *Progresso*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 1992, n. 27], pp. 217-236.

ALMADA, Emmanuel Duarte. *Entre as serras: etnoecologia de duas comunidades quilombolas no sudeste brasileiro*. 2012. 239 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

ALMEIDA, F. G. (2012). *Terra de Quilombo: arqueologia da resistência e etnoarqueologia no território Mandira, município de Cananéia/SP*. Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALMEIDA, Mariléa de. *Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro*. 2018. 1 recurso online (302 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

ARAUJO, Ana Lucia (org.). *African Heritage and Memories of Slavery in Brazil and South Atlantic World*. Nova York: Cambia Press, 2015.

ARAUJO, Paulo Roberto David de. *Território Quilombola Caçandoca: Termo de ajustamento de conduta como instrumento de governança*. Brasília - DF, 2016.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

_____. *Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola*. In: Revista Contemporânea de Educação, v.12, nº 23, 2017.

BÂ, Amadou Hampaté. *A história geral da África: A tradição viva*. V.I. SP, Ática, UNESCO, 1982.

BACELLAR, Carlos A. P. A. “Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico”. IN: Locus, v. 14, 2008, p. 107-124.

BATISTA, Paula Carolina. *Comunicar para (r)existir: a voz que vem dos quilombos*. 2019. 1 recurso online (150 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

BRASIL, Fernanda Kandrát; CARVALHO, Yara M. *Pescadores Artesanais, Surfistas e a Natureza: Reflexões a partir de um olhar da Educação Física*. Movimento, v. 15, n. 1, p. 217-239, 2009.

BENTO, Ana Carolina Amelia. *O Quilombo da Fazenda: atravessamentos do dispositivo de inclusão*. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre a literatura e a história da cultura*. Obras escolhidas, vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRUGNHARA, A. C., Gonçalves, E., Oliveira, P. M. de, Gomes, T. P. de S., & Chrispim, L. (2012). *Tradições, Identidades e Indefinições do Poder Público: a Trama de Tensões em Comunidades Quilombolas do Estado de São Paulo*. Retratos De Assentamentos, 15(2), 87-139.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOYER, Véronique. *Quilombolas et évangéliques: une incompatibilité identitaire? Réflexions à partir d'une étude de cas en Amazonie brésilienne*. Journal de la société des américanistes n. 88, p. 159-178, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravidão e Abolição no Brasil: Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

_____. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CALVENTE, Maria Del Carmen M. H. *No território do azul marinho, a busca do espaço caiçara*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Brasil). 1993.

CASTILHO, Celso e MACHADO, Maria Helena (org.). *Tornando-se livre – agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: EDUSP, 2015.

CARVALHO, Maria Celina Pereira de. *Bairros negros do Vale do Ribeira: do "escravo" ao "quilombo"*. 2006. 211p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

CARVALHO, Maria Leticia de Alvarenga. *Quilombo Cabral*. Coleção Terras de Quilombos - Belo Horizonte: NUQ/ FAFICH: OJB/FAFICH, 2016.

CERQUEIRA, Beatriz Westin. *Um estudo sobre a escravidão em escravidão em Ubatuba*. In: Estudos Históricos. Número 5. Dezembro/1966. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

CORDEIRO, Janaina Martins. *Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) [online]. 2009, v. 22, n. 43, pp. 85-104.

COSTA, Ana Carolina Francischette da. *Educação, turismo e ação Griô: impactos da modernidade na comunidade quilombola do Remanso (Lençóis - BA)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COSTA, Eliane Silvia. *Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

- CHAUNU, Pierre. *Histoire, Science sociale*. Paris, SEDES, 1974
- CONRAD, Robert. *Tumbeiros. O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- CORRÊA, Maíra Leal. *Coleção Terras de Quilombo: Quilombo Camburi, São Paulo*. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.
- CORREA. Marco Aurélio da Conceição. *Ôké Aro! Estéticas, epistemologias e culturas de Oxóssi - o caso dos cinemas negros na luta antirracista*. UERJ, 2019.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 5.ed. São Paulo, Editora UNESP, 2010.
- DA SILVA, Rosimeire Barboza; SANTOS, Gersiney. *Aquilombar, Verbo Intransitivo: Experimentações Dialogadas entre Clóvis Moura e Beatriz Nascimento em Aquilombagem Crítica*. Confluente. Rivista di Studi Iberoamericani, v. 14, n. 2, 2022.
- DE AMARAL, Ananda Veras; DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. *Da praia para o mar: motivos à adesão e à prática do surfe*. LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 11, n. 3, 2008.
- D'ASSUNÇÃO BARROS, José. *Rupturas entre o Presente e o Passado: leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt*. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2011, XXI.
- DE PAULA, Luis Roberto. *Relatório técnico científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo de Camburi/ Ubatuba - SP I. Título. II. Série*.
- DEDINI, Julia; RAMOS, Lara. *Saúde e saneamento em comunidades tradicionais e os aspectos socioambientais relacionados: estudo de caso de Cambury, Ubatuba (SP)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

DIAS, Cleber, Fortes, Rafael e Melo, Victor Andrade de. *Sobre as ondas: surfe, juventude e cultura no Rio de Janeiro dos anos 1960*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) [online]. 2012, v. 25, n. 49, pp. 112-128.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna (org.). *Enciclopédia Caiçara*, v.1 – São Paulo: HUCITEC: NUPAUB : CEC/USP, 2004.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Nupaub/USP, 1994.

DOS REIS SAMPAIO, Gabriela. *Juca Rosa: um pai-de-santo na corte imperial*. 2009.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. *Novos estudos CEBRAP*. 2007, n. 77

FAKIH, Tamires Arruda. *Políticas públicas e comunidades quilombolas: o modo de vida quilombola na comunidade Sapatu*. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FELÍCIO, Julia Dedini. SILVA, Lara Ramos Monteiro. FANTIN, Marcel. *A engenharia ambiental e os territórios tradicionalmente ocupados: diálogos entre saúde, saneamento, território e cultura no contexto de Cambury, Ubatuba (SP)*. Anais do XV Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social. v. 15 n. 1 (2018).

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. *O livro didático na memória de seus leitores*. São Paulo.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FERREIRA, Tatiane de Moraes. *O turismo no litoral norte de São Paulo: o caso de Camburi*. 2015. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FIABANI, Aldemir. *Os novos quilombos: Luta pela afirmação étnica no Brasil (1988-2008)*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, RS, 2008.

FRANCO, Luiz Henrique Simões. *A criação de mercadorias a partir da biodiversidade: o caso do cambuci (Campomanesia phaea)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2016.

FREIRE, Karen Pessoa. *Quilombos nas bordas do ouro: conflitos entre negros e agentes lusitanos pelo domínio do Campo Grande no século XVIII*. 2020. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

FREITAS, Gabriel Maurílio Colombo de. *As expropriações e os quilombos no Brasil: entraves entre o reconhecimento e a titulação*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2019.

FREITAS, Jefferson B. de; Portela, Poema; Feres Júnior, João; Sá, Izabele & Lima, Louise. *As Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais (2003-2018)*. Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, 2021, p. 1-44.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRA DO ESTADO DE SÃO PAULO-ITESP. *Relatório técnico-científico sobre a comunidade de quilombo da Caçandoca, localizada no município de Ubatuba/SP*. Junho/ 2000.

_____. *Relatório técnico científico sobre os remanescentes da comunidade de Camburi – Ubatuba-SP*. Abril/ 2002.

GALDINO, Clayton; PAPALI, Maria Aparecida; MOREIRA, Pedro Ribeiro. *Ser quilombola: conceitos e memórias na trajetória da comunidade negra da Caçandoca, Ubatuba, Estado de São Paulo*. V. 33 n. 53 (2020): Diálogos afro-brasileiros, 2018.

GALLO, Dominique Chahine. *Gestão territorial e dos recursos naturais na praia do Cambury, Ubatuba, SP*. 2014. Dissertação (Mestrado em Oceanografia Biológica) - Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. Coleção Repertórios. Editora Unicamp. Campinas, 1990.

GOMES, Andre Luis. *Uso do território, normas e política: dos compartimentos quilombolas à comunidade Cafundó (Salto de Pirapora-SP)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)*. 1997. 773f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

_____. *Experiências Atlânticas: ensaios e pesquisas sobre escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2003.

_____. *Quilombos: sonhando com a terra, construindo a cidadania*. In: *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. MACHADO, Maria Helena P.T. “Atravessando a liberdade: deslocamentos, migrações e comunidades volantes na década da abolição (Rio de Janeiro São Paulo), in GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Políticas da Raça*. São Paulo: Summus/ Selo Negro, 2014.

GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

INSTITUTO PÓLIS. *Projeto Litoral Sustentável: diagnóstico de Ubatuba*. São Paulo, 2013.

JORGE, Maria do Carmo Oliveira. *Potencial geoturístico e estratégias de geoconservação em trilhas situadas na região sul do município de Ubatuba–SP*. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia) -Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2017.

KLEIN, Herbert S. *The Atlantic Slave Trade*. Cambridge University Press, Cambridge.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras,

LIMA, Livia Ribeiro. *Quilombos e políticas de reconhecimento: o caso do Campinho da Independência*. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space* (engl. transl.) Oxford: Blackwell, 1991.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico*. Rio de Janeiro: EDUFRJ; São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. *O descontínuo na História da cultura colonial e pós-colonial: Acidente ou fatalidade?* Revista de História: Dossiê “Cinema Brasileiro e História”, n.141. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

MANTOVANI, Juliana Vechetti. *A educação da pessoa com deficiência em comunidades remanescentes de quilombos no estado de São Paulo*. 2015. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

MARCHETTI, Fábio Frattini. *Alternativas de subsistência da comunidade Caiçara/Quilombola do sertão da fazenda, no núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, Ubatuba-SP*. 2009. 67 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado e licenciatura - Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2009.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: Terra e População: Estudo de Demografia Histórica e de História Social de Ubatuba*. 2. Ed. São Paulo: Edusp, 2006.

MARQUES, Carlos Eduardo. *De Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico*. *Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 52, n. 1, p. 340-374, 2009.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. de. *História oral como fonte: problemas e métodos*. *História*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 95–108, 2011.

MATTOS, Hebe. *As cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

MAZZUCATO, Eliana. *Estratégias de geoconservação no Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleos Picinguaba e Caraguatatuba (SP)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Mineralogia Experimental e Aplicada) - Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, 2017.

MENESES, Rosana. *Caleidoscópio quilombólico da regularização*. 2012. 185 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

MELLO, Marcelo Moura. *Caminhos criativos da história: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. 2008. 300p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

MERLO, Márcia. *Entre o mar e a mata: a memória afro-brasileira*. São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba. São Paulo: FAPESP: EDUC, 2005.

MILLER, Joseph C. *The Problem of Slavery as History. A Global Approach*. New Haven: Yale University Press, 2012.

MOURA, Clóvis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil: A gestação do conflito (1785-1824)*. Ed. Alameda, 2ª Ed. São Paulo, 2012.

MUTERLE, Maria do Carmo Cataldi. *Quilombo da Caçandoca: desafios da (re)construção*. 2010. 150 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, Lisângela Kati do. *Identidade e territorialidade: os quilombos e a educação escolar no Vale do Ribeira*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2006.

NEVES, L. A. *Memória, história e sujeito: substratos da identidade*. História Oral, 3, 2000, p. 109-116.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

ORALIDADES: revista de História oral/Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Ano 1, n. 1, jan./jun. 2007. São Paulo: NEHO, 2007.

PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e Historiografia no Brasil; comentários sobre algumas obras notáveis*. BIB/ANPOCS, R. Janeiro, (35):41-57, 1993.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. *Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1945.

_____. *História e Desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1972.

_____. *A Questão Agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

RAMO, Ana Maria. “Nos Tempos Antigos Nhanderu Soube Qual Haveria de Ser Nosso Futuro Teko’ Tempo, Troca e Transformação Entre Os Guarani.” *Revista de Antropologia* 63, no. 1 (2020): 122–42.

RAMOS, Lara; FANTIN, Marcel. *Representações Cartográficas no Município de Ubatuba (SP): da Invisibilidade à Valorização das Práticas e Saberes dos Povos e Comunidades Tradicionais*. 2017. Programa Unificado de Bolsas de Estudo para Estudantes de Graduação. EDITAL 2016-2017.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

_____. *Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro - Bahia, 1806*. In: REIS, João José; GOMES, Flávio S. (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 332-372.

RIBEIRO, David William Aparecido. *Caminhadas indígenas, quilombolas e afro-diaspóricas: mobilizando as políticas culturais e a produção do conhecimento por narrativas plurais da História (1988-2020)*. 2021. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

_____. *Resistência ontem e hoje: a historicidade das lutas dos quilombos do Vale do Ribeira nas narrativas quilombolas*. Anais Eletrônicos do XV Encontro Nacional de História Oral: Narrativas Oraís, ética e democracia, 2020.

_____. DOS SANTOS, Cláudia Fernanda. *Patrimônio afrobrasileiro e turismo: comunicando o modo de ser quilombola*. sescsp. org. br/revista cpf, 2018.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. 1. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PAES, Gabriela Segarra Martins. *A 'recomendação das almas' na comunidade remanescente de Quilombo de Pedro Cubas*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEREIRA, Diogo Valmor. *Quilombismo: o índice secreto de uma proposta anti-isolacionista do negro (1948 - 1982)*. 2020. 1 recurso online (197 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992

_____. *Memória, esquecimento, silêncio*. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. *O que faz a história oral diferente*. Proj. História, São Paulo, (14), fev. 1997.

REIS, João José. “*Magia Jeje na Bahia: a invasão do Calundu de Pasto da Cachoeira, 1785*”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 8, num 16, 1988. pp. 57-81.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, Alexandra. *O sabor da história: práticas alimentares e identidade quilombola*. *Revista Intratextos*, v. 3, n. 1, p. 54-71, 2012.

SANTOS, Edison Luis dos. *Estação memória Cambury: mediação cultural com os parceiros do rio que muda*. 2013. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

_____. GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da Escravidão e da Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SCHWARTZ, Stuart B. *Mocambos, quilombos e Palmares: A resistência escrava no Brasil colonial*. *Estudos econômicos*, vol. 17, número especial, 1987, p. 61-88.

SELIGMANN SILVA, Márcio. (2018). *Sobre o anarquivamento – um encadeamento a partir de Walter Benjamin*. *REVISTA POIÉISIS*, 15(24), 35-58.

SILVA, Djalma Antonio da. *The walk of quilombolas and the formation of the urban quilombo*. 2005. 432 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, Francisca de Paula dos Santos da. MARTINS, Luciana Conceição de Almeida. *Mergulhando em memórias, tecendo culturas e construindo histórias: o diálogo entre a história e o turismo de base comunitária: Sustentabilidade em Debate* – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, v. 3, n. 2 (2010 - 2012). – Brasília.

SILVA, Simone Rezende. "Questão agrária em Camburi: território, modo de vida e problemas fundiários." *Ruralidades Latinoamericanas, Identidades Y Luchas Sociales*. GIARRACCA N; LEVY B. (ed). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales–CLACSO, Buenos Aires, Argentina (2004).

_____. *Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e a preservação da natureza*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2008.

SIMÕES, Eliane. *A Caminho do mar: um Projeto de Saneamento, Educação e Saúde no Bairro Cambury*. Páginas & Letras Editora e Gráfica. São Paulo, SP. 2006.

_____. *O dilema das decisões sobre populações humanas em parques: Jogo Compartilhado entre Técnicos e Residentes no Núcleo Picinguaba*. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais. Programa de Doutorado em Ambiente e Sociedade, UNICAMP. Campinas, 2010.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (org.). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Centro de Memória Unicamp, 1997.

SLENES, Robert W. "Malungo, ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil". *Revista USP*, 12: 48-67, dez. 1991 / fev. 1992.

_____. *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. 2ª Edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SOUSA, Lucilene Maria de et al. *Alimentação escolar nas comunidades quilombolas: desafios e potencialidades*. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2013, v. 18, n. 4, pp. 987-992.

SOUZA, Marcia Lucia Anacleto de. *Educação e identidade no Quilombo Brotas*. 2009. 197 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

SOUZA, P. *Os quilombolas na Constituição de 1988: Da proteção à identidade cultural ao direito fundamental às terras de preto*. Rio de Janeiro: [s.d.].

TOPIC-EBIZERO, Amanda. *Vida e produção literária de Virgínia da Silva Lefèvre (1907-1987): um estudo introdutório* - Guarulhos, 2021. 85 f.: Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021.

VASCONCELLOS, Marcia Cristina Roma de. *Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888*. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Ritos de Magia e Sobrevivência. Sociabilidades e Práticas Mágico-Religiosas no Brasil (1890/1940)*. 1997. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. *Práticas religiosas, errância e vida cotidiana no Brasil (finais do século XIX e inícios do XX)*. São Paulo: Intermeios, 2018.

Anexos

Anexo 1 - Transcrição Documental Cartório de Ubatuba

Anexo 2 - Plano Diretor de Ubatuba com os Macrozoneamentos (2006)

Anexo 3 - Jornal: O Estado de São Paulo - Fraudes predominam em processos ambientais (1992)

Anexo 4 - Desenhos das crianças em atividade de férias (2022)

Anexo 1 - Transcrição Documental

EMBRACOP

T:0112595743

P:03

Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba
Litoral Norte de São Paulo

Referido cemitério foi criado pela lei municipal nº 028/58 datada de novembro de 1953, sendo que no livro de registro do cartório, consta que o mesmo foi fundado em 17 de março de 1967 o registro de sepultamento sob o nº 3 ocorrido em 19 de abril de 1967. (documento nº 01 e 02).

Portanto a lei municipal que criou o cemitério e a própria fundação do mesmo, são em muito anteriores à Lei 6.383776 da qual se alberga o Suplicante para embasar seu pedido.

A gleba sob o nº 059 que atende aos interesses da coletividade e que também não é de domínio particular conforme prevê o embasamento legal da suplicante, está destinado pelo município para servir de posto de saúde.

A lei municipal nº 080/? que criou o posto de tratamento e datada de 28 de Novembro 1953, também em muito a lei em que anterior em que a Autora se socorre. (documento nº 03.)

No que pertine a gleba sob onde está erigida uma Escola e uma [parte ilegível] negação no sentido de que a Fazenda do Estado já se encontra na posse, pois referido imóvel foi doado a Fazenda Municipal em 30.05.78 pela Sociedade Pró Educação e Saúde na pessoal do seu representante legal a Sra. Virginia Lefevre que na época era a presidente.

Importante esclarecer que através da Lei Municipal nº 08.06.53, a Prefeitura Municipal de Ubatuba foi autorizada a criar uma escola no Bairro de Camburi, sendo que, em 21.12.1966 a Delegacia de E.E. de São José dos Campos, por intermédio a Inspeção Auxiliar de Ubatuba, informou que essa escola necessitava de reformas e que a mesma seria doada ao Município de Dona Virgínia Lefevre.

Anexo 2 - Plano Diretor de Ubatuba com os Macrozoneamentos - 2006



Anexo 3 - Jornal: O Estado de São Paulo - Fraudes predominam em processos ambientais - 1992

A10 - O ESTADO DE S. PAULO

POLÍTICA
INDÚSTRIA DA INDENIZAÇÃO

DOMINGO, 24 DE AGOSTO DE 1992

Fraudes predominam em processos ambientais

Avaliações baseadas em critérios absurdos exigiram, em São Paulo, R\$ 47 bilhões

SILVIO BRESSAN

So o governo paulista perder todos os 650 processos que enfrenta hoje por indenização ambiental, a conta deve chegar a R\$ 47 bilhões. Isso é tudo o que os 27 Estados arrecadaram no ano passado. Ou quase tudo o que o governador de São Paulo, Mário Covas, espera arrecadar nos seus quatro anos de mandato. A causa da dor de cabeça são avaliações fraudulentas com critérios absurdos, que multiplicam em centenas de vezes o valor do hectare. A maioria das indenizações ambientais hoje no Estado de São Paulo fica entre R\$ 15 milhões e R\$ 30 milhões. Os números são do coordenador

das Promotorias de Meio Ambiente, Antônio Herman Benjamin, que concluiu o balanço de um ano da atuação nas desapropriações em áreas protegidas pela legislação ambiental. "Há uma máfia de advogados, proprietários e peritos que ficou bilionária com as fraudes", diz o promotor. O assunto preocupa o governo federal porque o mesmo sistema de avaliação começa a ser adotado nas desapropriações para a reforma agrária.

De acordo com Benjamin, um dos cuidadores de meio ambiente mais respeitados no País, dos R\$ 5 bilhões que São Paulo já deve em preventivos (dívidas judiciais julgadas) mais da metade (R\$ 2,7 bilhões) decorre de desapropriações de reservas ambientais. No total, a indústria das indenizações ambientais em São Paulo já envolve R\$ 50 bilhões, valor igual ao Produto Interno Bruto (PIB) de países como Chile e Peru.

A principal origem do problema foi o Decreto 18.251, de 30/08/77, que criou o Parque Estadual da Serra do Mar, uma área de Mata Atlântica com 315 mil hectares no litoral de São Paulo. Cinco anos mais tarde, o governo declarou como de utilidade pública todas as terrenos particulares encontrados na área. Sob a alegação de terem perdido todo o direito de explorar economicamente a área, os proprietários entraram com milhares de ações por indenização indireta. A maioria foi acolhida em todas as instâncias jurídicas, chegando até ao Supremo Tribunal Federal, que teve o mesmo entendimento.

Com a demora do Judiciário, a conta só foi chegar para o governo no início dos anos 90. Mesmo assim, o problema era desprezado pelo Judiciário, Executivo e Ministério Público. O caso mais notório foi o do ex-procurador-geral de Justiça Antônio Araldo Ferraz Dal Pozzo, beneficiado por uma indenização de R\$ 72 milhões para uma área da Mata Atlântica pertencente ao sogro. O valor foi dividido em 30 parcelas e o pagamento só foi concluído no início do governo Covas.

Embora o terreno fosse avaliado em R\$ 2 milhões por alguns corretores, o valor inicial requerido ultrapassava os R\$ 100 milhões. "O Araldo chegou a me ligar para explicar", lembra Benjamin. "Eu lhe disse que jamais me convenceria de que um terreno em Parabiaba valesse mais do que os japoneses tinham pago pelo Empire State Building (prédio de Nova York, que já foi o mais alto do mundo)".

Filão — Depois de descobrir o filão, um grupo de advogados especializou-se nessas indenizações. Como o prazo de prescrição das ações é de 20 anos, Benjamin diz que os próprios advogados começaram a comprar terrenos em áreas desapropriadas. "Para eles é uma verdadeira mina de ouro".

Benjamin: máfia de advogados e peritos fez uma "mina de ouro"

Al começam as artimanhas para inflacionar o preço do imóvel. Ao contrário de qualquer avaliação normal de mercado, eles calculam duas vezes o preço da área: primeiro a terra nua e depois a cobertura vegetal. "É uma ficção, até porque 20% da cobertura é protegido por lei e nunca poderia entrar no cálculo", explica Herman. Também vale citar espécies vegetais não existentes no ecossistema de São Paulo, incluir áreas que já pertencem ao Estado, utilizar critérios válidos para avaliação de imóveis urbanos e até cobrar direito de paisagem.

Mas a grande arma dos requerentes são os juros compensatórios e lucros cessantes. No papel, os proprietários alegam que pretendiam usar a área para plantar, criar gado, extrair madeira e até construir loteamentos. Na prática, a natureza do solo e a topografia da Serra do Mar impedem todas essas atividades.

Também não há nenhuma documentação que comprove a intenção de lotear o terreno. Benjamin ressalta que muitas áreas estão em locais íngremes ou margens de rio, inviáveis economicamente e protegidos por lei de qualquer exploração

comercial. O resultado disso é que um terreno no Vale do Ribeira, considerada a região mais pobre do Estado, possui um dos hectares mais caros do mundo.

O procurador-geral do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Francisco Ubiraci Araújo, ficou alarmado. "É impressionante o valor que as indenizações em São Paulo alcançaram".

Disparite — Ele conta que o governo federal está desapropriando 1,5 milhão de hectares no Acre para criar a primeira reserva extrativista do País. "Estamos pagando R\$ 60 por hectare", diz Ubiraci. Em algumas indenizações julgadas em São Paulo, o hectare chegou a ser avaliado em R\$ 50 mil. As melhores terras do Estado não valem hoje mais do que R\$ 10 mil o hectare. Para o promotor Benjamin, nem a terra roxa do Paraná (a mais cara do Brasil) ou o cinturão agrícola de Illinois, nos Estados Unidos (o hectare mais valioso do planeta), conseguem cotação tão alta. "Não há o que explique tamanho disparite", observa o curador.

Na maior dessas indenizações, o governo foi condenado a pagar R\$ 1,05 bilhão por uma área de 13 mil hectares na região montanhosa de Ubatuba, litoral norte do Estado. O governo recorreu e o caso continua no Superior Tribunal de Justiça

(STJ). "Isso é quase o dobro do que precisamos para regularizar todos os parques, reservas e florestas do País", espanta-se Ubiraci.

De acordo com Ubiraci, tudo isso custaria hoje R\$ 650 milhões para o governo federal. Para Benjamin, não dá para explicar que a indenização de 13 mil hectares custe quase um terço da Vale do Rio Doce, vendida pelo governo federal por R\$ 3,6 bilhões.

Desde o ano passado o Ministério Público decidiu intervir nas demandas judiciais dessas áreas. O objetivo é detectar as fraudes, identificar os criminosos e obter a revisão ou mesmo a anulação da maioria dos processos. Na semana passada, os 37 promotores enviaram nessa operação fizeram a avaliação do primeiro ano de trabalho. Segundo Benjamin, o Ministério Público já analisou todos os processos, bem como os advogados e peritos envolvidos. "Agora vamos cruzar os dados para descobrir quem está no esquema", informa o promotor.

Embora não queira revelar os nomes para preservar as investigações, Benjamin diz que já existe um grupo de suspeitos na mira do Ministério Público. "São algumas dezenas de nomes que aparecem em muitos processos", conta o curador. Depois de concluir as primeiras investigações, o Ministério Público pretende instaurar um inquérito policial. "Os envolvidos vão responder criminalmente pelas fraudes e podem ter seus registros profissionais cassados", prevê Benjamin. "Mesmo que os processos já estiverem concluídos, vamos tentar a anulação e a devolução das indenizações".

PRONTO PARA MORAR

BROOKLIN NOBRE

3 DORMS
(1 SUÍTE COM CLOSET)
+ ESCRITÓRIO
+ LAVABO + 2 VAGAS

FINANCIADO COM A CONSTRUTORA EM 60 MESES

ÚLTIMAS UNIDADES. VENTE APARTAMENTO DE EXPOSIÇÃO

RUA INDIANA, 484 (2-10)

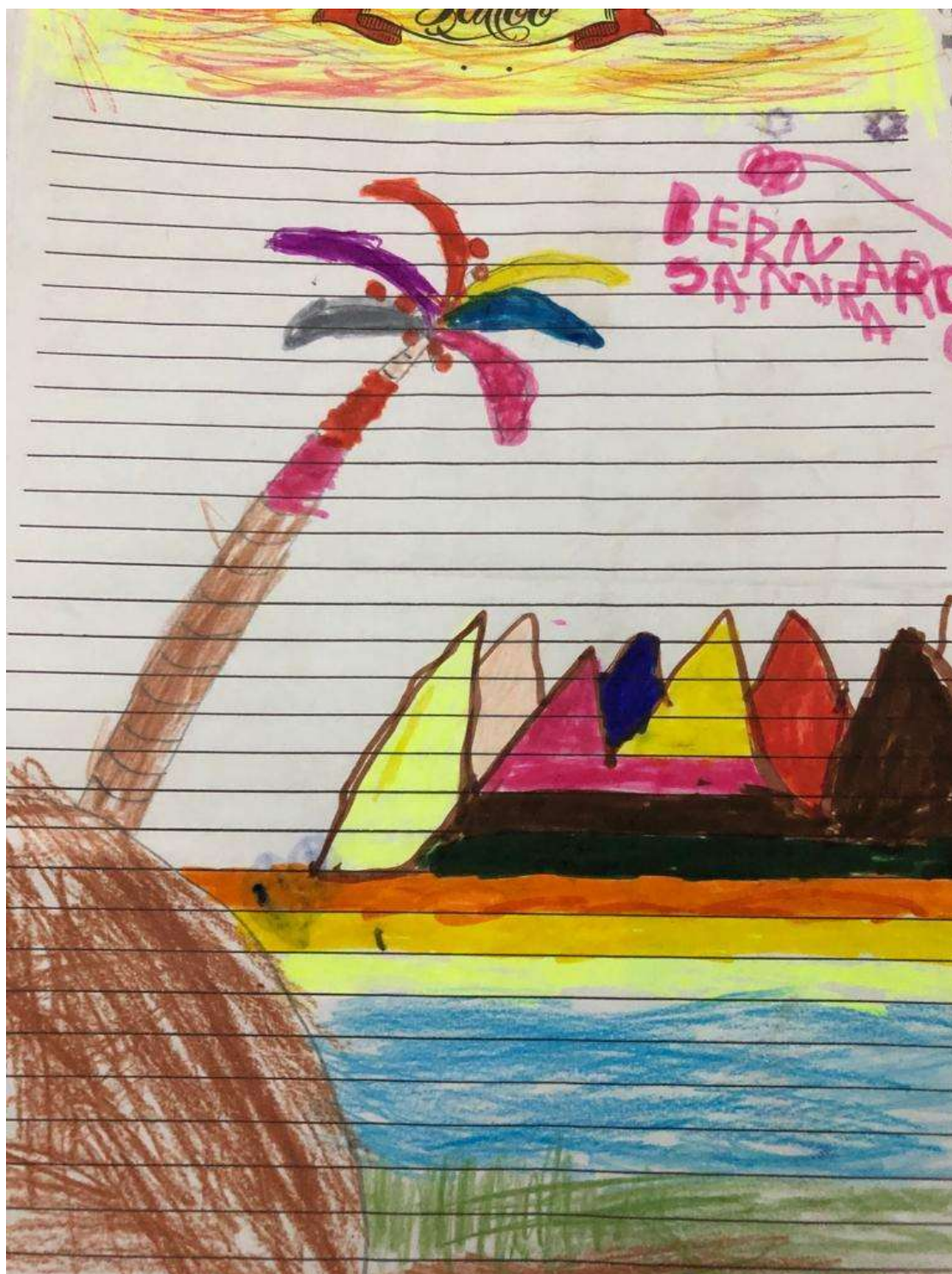
CONSTRUTORA: Luciano Wertheim

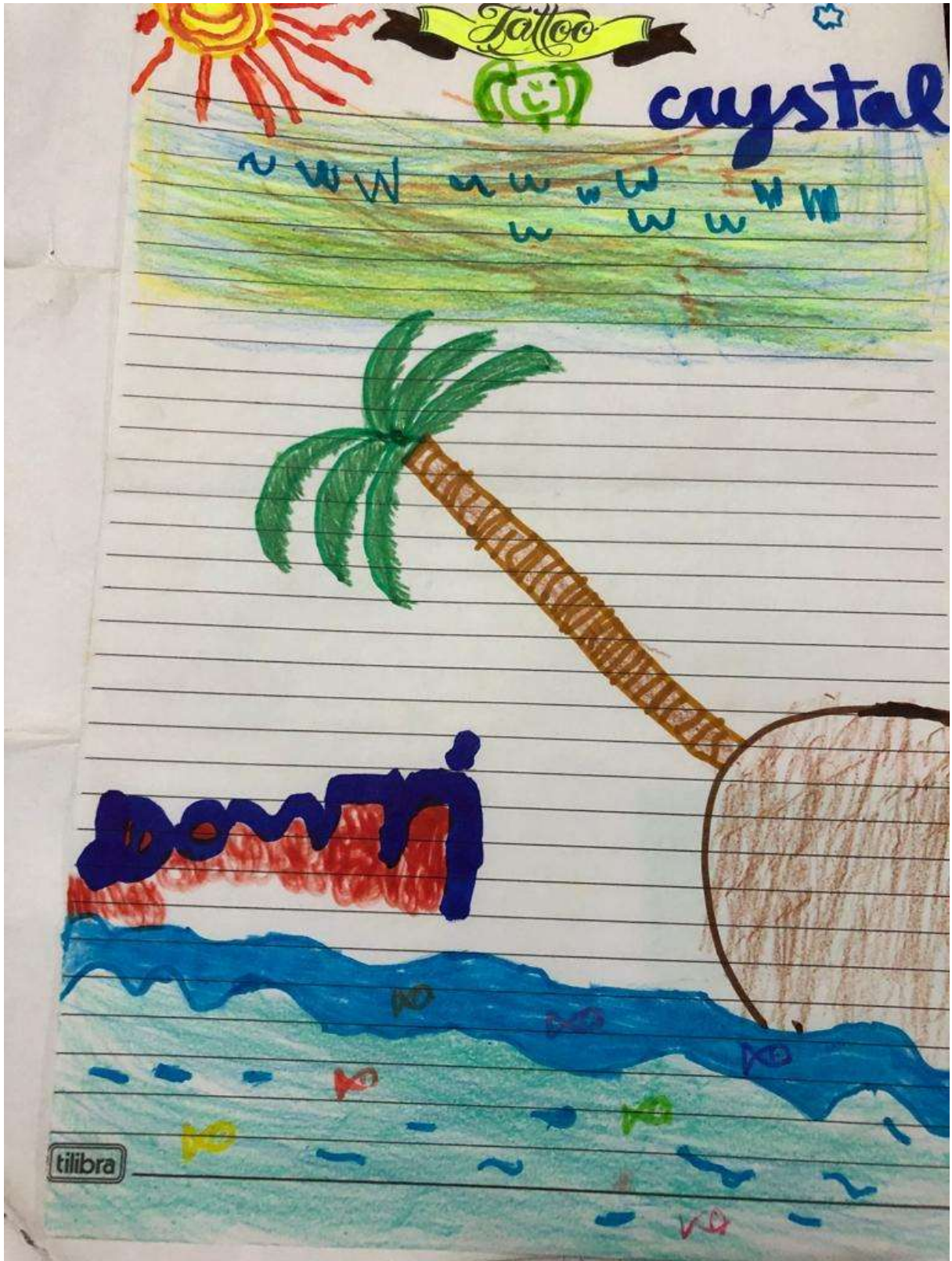
PROJETADA POR: Fernando Mera

3111-3461-3466

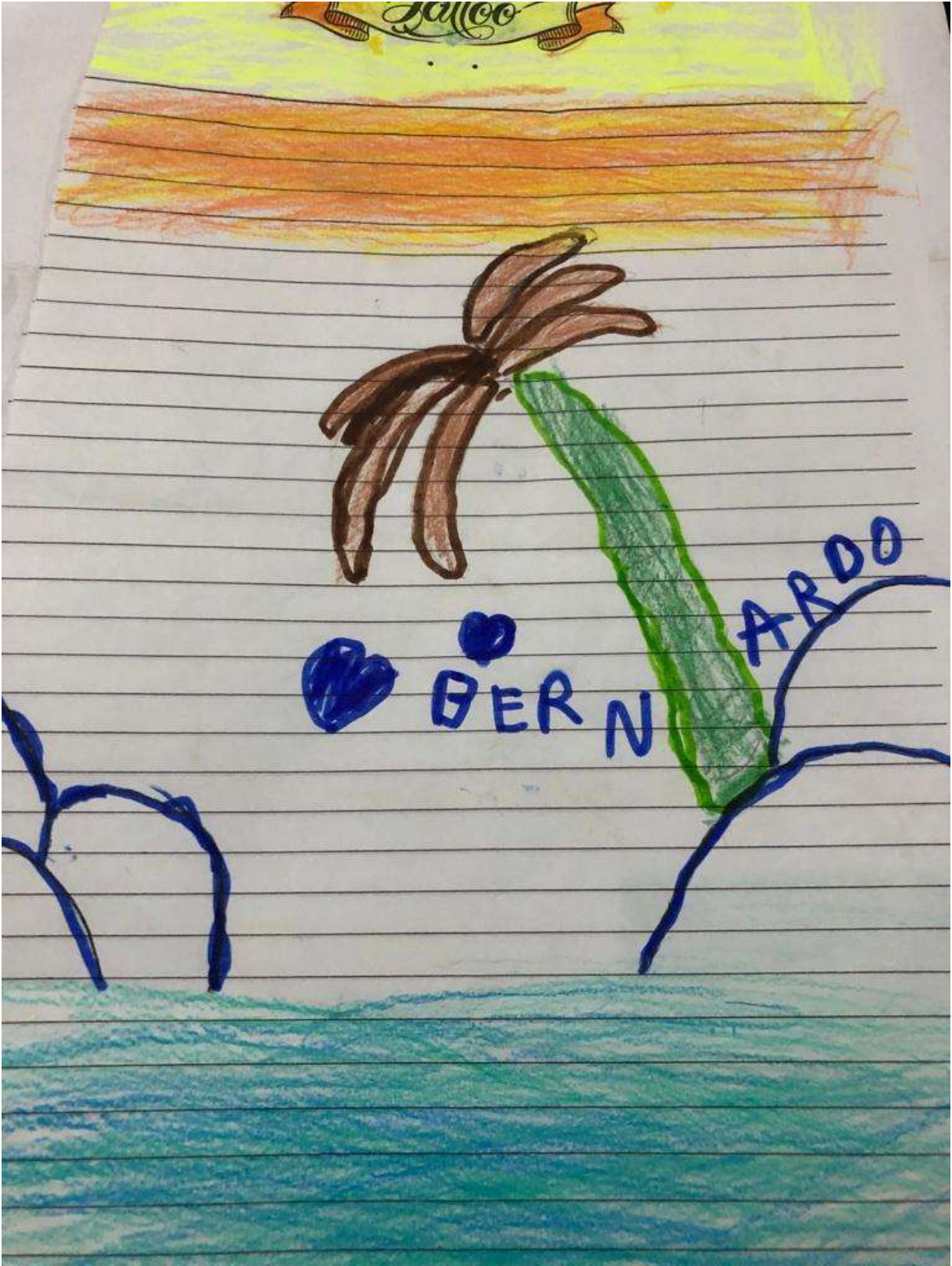
147

Anexo 4 - Desenhos das crianças em atividade de férias - 2022









ARTHUR *Tattoo*



